



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

AMANDA DE AZEVEDO CAVALCANTI TAVARES

**ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE UNIDADES PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS:  
O estudo da Fazenda Mulata, Itapissuma, Pernambuco.**

Recife

2023

AMANDA DE AZEVEDO CAVALCANTI TAVARES

**ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE UNIDADES PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS:  
O estudo da Fazenda Mulata, Itapissuma, Pernambuco.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, na área de concentração Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador (a): Cláudia Alves de Oliveira

Recife  
2023

Catálogo na Fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

T231o Tavares, Amanda de Azevedo Cavalcanti.  
Organização espacial de unidades produtivas agroindustriais : o estudo da Fazenda Mulata, Itapissuma, Pernambuco / Amanda de Azevedo Cavalcanti Tavares. – 2023.  
116 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Cláudia Alves de Oliveira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. Arqueologia. 2. Fazenda Mulata (Itapissuma, PE). 3. Organização espacial. 4. Patrimônio industrial 5. Unidade agrofábrica. 6. Engenhos. 7. Usinas. I. Oliveira, Cláudia Alves de (Orientadora). II. Título.

930.1 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-173)

AMANDA DE AZEVEDO CAVALCANTI TAVARES

**ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE UNIDADES PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS:  
O estudo da Fazenda Mulata, Itapissuma, Pernambuco.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, na área de concentração Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Aprovada em: 28/07/2023

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Alves de Oliveira (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Demétrio da Silva Mützenberg (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Amparo Alves de Carvalho (Examinadora Externa)

Universidade Federal do Piauí

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter dado a mim, sempre que precisei, força e paciência, principalmente nos momentos de fraqueza e desespero, para a realização deste e outros trabalhos desenvolvidos ao longo de minha pós-graduação em Arqueologia.

Aos meus pais, Rosário e Marcos, que sempre acreditaram nas minhas escolhas e ações. A todos vocês agradeço de coração por todo o amor incondicional e apoio investidos durante todo este tempo.

Aos meus irmãos, Bruno e Marcelo, pelo companheirismo, conselhos e inspiração na vida e em seguir e persistir na busca pela qualificação, estudos e pesquisa acadêmica.

A Marcus, meu companheiro, melhor amigo e confidente, em todos esses anos. A você, agradeço toda a paciência, conselhos, bom ouvido e, sobretudo, amor dedicados ao longo do nosso relacionamento.

Aos meus amigos e companheiros de aulas e laboratório, pelo incentivo, amizade, parceria, diversão e dedicação oferecidas durante os vários trabalhos realizados ao longo desta e de muitas outras etapas acadêmicas e em momentos de descontração.

À minha orientadora Cláudia Alves de Oliveira por ter, primeiramente, acreditado neste trabalho e por ter disponibilizado seu suporte, credibilidade e orientação científica, sem os quais jamais teria realizado esta pesquisa.

Aos demais professores e funcionários da UFPE, especialmente do Departamento de Arqueologia, pelo apoio e dedicação ofertados durante a graduação tornando-a possível.

A todos que não foram citados aqui, mas que de alguma forma ajudaram na realização deste trabalho e conclusão do meu mestrado em Arqueologia, declaro meus profundos agradecimentos.

## RESUMO

Compreende-se que a produção açucareira teve um importante papel no processo de formação territorial e econômica do Estado de Pernambuco. Logo, o estudo de engenhos e usinas é essencial para o entendimento de parte da história industrial e agroindustrial do Estado. O patrimônio industrial abrange estudos sobre a memória do trabalho, gestão e reconhecimento de bens industriais materiais e edificados em meios urbanos e rurais. Na Arqueologia, esta área pode ser estudada a partir de relações entre aspectos da arquitetura, organização espacial e paisagem como uma forma de analisar determinado contexto social e cultural atuantes em espaços como fábricas, engenhos, usinas e fazendas. Em Itapissuma, Pernambuco, localiza-se o sítio histórico Fazenda Mulata que, possivelmente funcionou entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e que hoje preserva um significativo conjunto construtivo constituído por uma casa grande e ruínas de uma antiga unidade agrofábrica. Dessa forma, esta pesquisa buscou analisar a organização espacial do sítio Fazenda Mulata, bem como esclarecer parte da historiografia da propriedade, verificando possíveis hierarquias sociais a partir da paisagem construída, bem como a recorrência de critérios de organização espacial semelhante ao contexto de antigos engenhos e propriedades rurais produtivas. Para tanto, foram efetuados levantamentos bibliográficos, documentais e atividades de campo afim de resgatar, contextualizar e evidenciar a história; transformações tecnológicas; aspectos culturais, além de características espaciais relacionadas ao sítio. Em suma, apesar de algumas lacunas informativas, estes primeiros estudos buscam evidenciar a Fazenda Mulata como um importante remanescente agrofábrica que atuou como parte integrante de um contexto econômico açucareiro em Pernambuco no momento de transição e transformações dos espaços fabris dos engenhos e usinas.

**Palavras-chave:** fazenda mulata; organização espacial; patrimônio industrial; unidade agrofábrica; engenhos e usinas.

## ABSTRACT

It is well recognized that sugar production played an important role in the process of territorial and economic formation of the State of Pernambuco. Therefore, the study of sugar mills and plants is essential for understanding part of the industrial and agro-industrial history of the State. Industrial heritage includes studies on the memory of work, management and recognition of material and built industrial remains in urban and rural areas. In Archaeology, this subject can be studied based on the relation between aspects of architecture, spatial organization, and landscape as a way of analysing a specific social and cultural context in spaces such as factories, mills, plants, and farms. In Itapissuma, Pernambuco, is located the historical site Fazenda Mulata, which possibly operated between the late nineteenth century and the first decades of the twentieth century, and which now preserves a significant building complex that consists of a large house and ruins of an old agrofactory unit. The purpose of this research was to analyze the spatial organization of the Fazenda Mulata site, as well as to clarify part of the historiography of the property, verifying possible social hierarchies from the built landscape, as well as the recurrence of spatial organization criteria similar to the context of old mills and productive rural properties. For this, bibliographic, documentary and field activities were conducted in order to rescue, contextualize, and evidence the history; technological transformations; cultural aspects, as well as the spatial characteristics related to the site. In short, despite some information gaps, these first studies seek to demonstrate Fazenda Mulata as an important agrofactory remain that acted as an integrant part of a sugar economic context in Pernambuco at the time of transition and transformations of the factory spaces of the mills and sugar plants.

**Keywords:** (fazenda mulata) mulata farm; spatial organization; industrial heritage; agrofactory unit; mills and sugar plants.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação de um engenho de açúcar baseado no desenho de Gomes (2006, P. 76) que segue o modelo do plano geral de Vauthier (s.a.). Eixo C-A-B (hóspedes-capela-casa do senhor); Eixo D-E (senzalas-casa do administrador); Eixo J-K-L (estrebria-casa de purgar-olaria); Eixo F-G-H-I (engenho-moendas-fornalha-casa de bagaço). ....	46
Figura 2 - Esquema gráfico dos partidos construtivos dos engenhos de açúcar, segundo descrição de Gama (1983). ....	49
Figura 3 - Vista geral da localização de alguns engenhos e usinas em Pernambuco que foram estudados a partir de sua organização espacial. ....	53
Figura 4 - Modelo gráfico do espaço do Engenho Monjope. Detalhe em vermelho da organização espacial (partido). ....	54
Figura 5 - Localização das unidades construtivas (capela, casa paroquial e estruturas) do Sítio Engenho Maranguape. ....	56
Figura 6 - Localização das estruturas construtivas do sítio Fazenda São Bento. ....	57
Figura 7 - Complexo fabril da Usina Estreliana, Ribeirão, Pernambuco. ....	59
Figura 8 - Cartografia da capitania de Pernambuco, 1667. Destaque em vermelho na área de Itapissuma. ....	62
Figura 9 - Áreas relativas à casa e fábrica da Fazenda Mulata, Itapissuma-PE. ....	65
Figura 10 - Recorte que se refere à Usina Mulata e um de seus proprietários. ....	66
Figura 11 - Trecho do inventário sobre as safras. ....	71
Figura 12 - Trecho do inventário sobre as embarcações. ....	71
Figura 13 - Trecho do inventário sobre as terras e sítios. ....	72
Figura 14 - Trecho do inventário sobre a destilaria e área fabril. ....	72
Figura 15 - Mapa pedológico de Itapissuma e localização da Fazenda Mulata. ....	79
Figura 16 - Imagens 1 e 2. Fachadas frontal e lateral da casa da Fazenda Mulata. ....	86
Figura 17 - Imagens 1 a 3. Fachadas e elementos estéticos ecléticos. ....	86
Figura 18 - Imagens 1 a 3. Acréscimos (área da cozinha e serviços; alpendre). ....	87
Figura 19 - Engenho Central do Porto Real, Resende-RJ (1885 e hoje). ....	88
Figura 20 - Engenho Central Laranjeiras. Itaocara-RJ (1948 e hoje). ....	88
Figura 21 - Imagem 01. Fachada Sul; Imagens 02 e 03. Fachada Leste; Imagem 04. Fachada Oeste (fábrica da Fazenda Mulata). ....	89
Figura 22 - Imagens 01 a 03 apresentam detalhes da Fachada Oeste da fábrica. ....	90
Figura 23 - Imagens 01 e 02 apresentam detalhes da fachada Norte da fábrica. ....	90
Figura 24 - Imagem 01. Chaminé; Imagem 02. Em detalhe, a fornalha da fábrica. ....	90
Figura 25 - Planta representativa da fábrica (cômodos) da Fazenda Mulata. Cômodos 1, 5 e 6 (atividades complementares); cômodo 2 (salão principal); cômodo 3 (sala de aparelhagens); cômodo 4 (finalização da produção). ....	92
Figura 26 - Planta em forma de cruz, onde cada asa corresponde a uma etapa essencial (moenda, caldeiras, casa de purgar e destilar). ....	93
Figura 27 - Croqui da planta da usina do Engenho Central Schmidt, Pontal-SP. ....	93
Figura 28 - Modelo baseado no esquema de manufatura linear dos engenhos do século XVII a XIX proposto por Ruy Gama (1983). ....	94
Figura 29 - Planta representativa da fábrica da Fazenda Mulata. Cômodos 1, 5 e 6 (atividades complementares); cômodo 2 (salão principal); cômodo 3 (sala de aparelhagens); cômodo 4 (finalização da produção). ....	95
Figura 30 - Imagens 01 a 03 representam o cômodo 2 (Figura 31) da fábrica da Fazenda Mulata. ....	96

Figura 31 - Imagens 01 a 03 representam o cômodo 3 (Figura 31) da fábrica da Fazenda Mulata.....	96
Figura 32 - Imagens 01 a 03 representam o cômodo 4 (Figura 31) da fábrica da Fazenda Mulata.....	97
Figura 33 - Imagens 01 a 03 representam os cômodos 5 e 6 (Figura 31) da fábrica da Fazenda Mulata.....	97
Figura 34 - Imagem 01 representa a chaminé e Imagem 02 a fornalha (cômodo 2) da fábrica da Fazenda Mulata.....	98
Figura 35 - Visão aérea do Engenho Comprido, Vicência-PE.....	99
Figura 36 - Engenho em Pernambuco (séc. XVII), e a situação do complexo construtivo. Desenho baseado em quadros e gravuras do artista Franz Post.....	99
Figura 37 - Imagens 01 e 02 representam uma vista aérea da área do sítio e do relevo. ..	101
Figura 38 - Vista geral de parte da propriedade Fazenda Mulata (2010).....	102
Figura 39 - Parte da antiga entrada e muro da Fazenda Mulata (2012). .....	102
Figura 40 - Vista geral e elevação das unidades construtivas Casa (01) e Fábrica (02). ...	103
Figura 41 - Relação entre a usina e possíveis pontos estratégicos para escoamento.....	107

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção e comércio nacional de cachaça da Usina Mulata.....	66
Quadro 2 - Quadro cronológico de uso da Fazenda/Usina Mulata.....	76
Quadro 3 - Relação entre os espaços de propriedades agroprodutivas em Pernambuco. .	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CSFB	Central Sugar Factories of Brazil Limited
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS</b> .....	19
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÓGICA DA PROPRIEDADE RURAL E A CONSOLIDAÇÃO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO. ....	28
2.2	A ARQUITETURA, TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS E ESPACIAIS NA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA.....	32
2.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADES PRODUTIVAS E ARQUITETURA INDUSTRIAL.....	42
2.4	ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES CONSTRUTIVAS DE UMA PROPRIEDADE RURAL AÇUCAREIRA.....	44
2.4.1	<i>Engenho Monjope</i> .....	53
2.4.2	<i>Fazenda/Engenho Maranguape</i> .....	55
2.4.3	<i>Fazenda São Bento</i> .....	56
2.4.4	<i>Usinas em Pernambuco</i> .....	58
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AMBIENTAL DO SÍTIO FAZENDA MULATA</b> .....	61
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO DO SÍTIO FAZENDA MULATA.....	63
3.2	CONTEXTO AMBIENTAL DA ÁREA SÍTIO FAZENDA MULATA.....	77
<b>4</b>	<b>O SÍTIO FAZENDA MULATA: ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E ESPACIALIDADE</b> .....	82
4.1	A CASA .....	84
4.2	A FÁBRICA .....	87
4.3	O ESPAÇO.....	98
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	109
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	112

## 1 INTRODUÇÃO

No município de Itapissuma, litoral norte de Pernambuco, localiza-se o sítio Usina Mulata<sup>1</sup>, porém o mesmo é mais conhecido como Fazenda Mulata. No local, atualmente, além da presença da morada principal bem preservada, encontram-se também as ruínas de uma antiga unidade agrofabril, podendo ser um importante remanescente material do patrimônio e memória industrial do Estado.

O patrimônio industrial pode ser descrito como um campo de pesquisa voltado à estudos sobre a memória do trabalho, proteção e gestão de acervos e bens industriais, bem como reconhecimento e registro de edificações industriais situados nas tramas urbanas e áreas rurais. De acordo com Meneguello (2011), ainda que não seja possível esgotar todo o conhecimento adquirido sobre o patrimônio industrial, hoje é possível entendê-lo melhor como um campo de investigação capaz de gerar cada vez mais novas pesquisas dentro do tema de industrialização, materialidade, imaterialidade e questões socioculturais.

Na arqueologia, esta área apresenta-se a partir de estudos sobre fábricas, engenhos e usinas, tecnologia a vapor, ferrovias, dentre outras temáticas pertinentes ao estudo do homem e sua cultura material. No Brasil, a Arqueologia Industrial está situada como um subtema da ampla área da Arqueologia Histórica.

Apesar do que afirma Thiesen (2006) sobre as muitas críticas que foram dirigidas inicialmente a esse particular campo de conhecimento e ao seu caráter arqueológico, é preciso reconhecer a importância de estudos no campo da Arqueologia Industrial como mais uma área de conhecimento que vem somar no processo investigativo dos aspectos materiais e imateriais de uma sociedade.

Nesse contexto, deve-se considerar que a Arqueologia Industrial inclui tanto o repertório tecnológico quanto às relações entre os homens e seu ambiente, assim como o conhecimento compartilhado de processos industriais que se concretizam em relações sociais (CERDA e BONAFÉ apud MENEGUELLO, 2011).

Assim, o estudo de propriedades rurais como engenhos, usinas e fazendas pode trazer o entendimento de parte da História Industrial e agroindustrial de uma região, pois possibilita a compreensão do processo social e econômico, abarcando

---

<sup>1</sup> Sítio com esta nomenclatura cadastrado no CNSA-IPHAN.

desde os primeiros engenhos até as transformações tecnológicas e estruturais para o surgimento e estabelecimento das usinas.

Já dentro do contexto de preservação do patrimônio industrial, em muitos casos, as estruturas e edificações são as únicas evidências que sobrevivem ao tempo, logo, é importante destacar também que estudos aplicados à arquitetura e organização espacial, como elementos constitutivos da paisagem humana, podem ser um meio alternativo para analisar um determinado contexto social e compreender a paisagem cultural que está relacionada a esses espaços construídos e modificados.

Sobre isso, Zarankin (2003) afirma que a Arqueologia da Arquitetura permite estudar estruturas arquitetônicas dentro de uma perspectiva arqueológica, oferecendo olhares alternativos ao abordar aspectos relacionados ao mundo social e os processos de adaptação e transformação do espaço humano. E segundo Gomes (2006), devido a todo o processo de produção do açúcar, o espaço organizacional produtivo dessas unidades agroindustriais, em muitos casos, passou a designar todo o complexo ou propriedade rural onde tais atividades eram desenvolvidas, bem como o plantio e a colheita.

No âmbito das pesquisas que abrangem de uma certa forma a temática de Arqueologia Industrial e seus espaços, no Brasil, ainda que poucos, alguns estudos trouxeram à luz importantes contribuições, levantamentos e reflexões a respeito do patrimônio industrial e toda a sua amplitude material e imaterial. Alguns trabalhos científicos que abarcam estudos teórico-metodológicos aplicados à História e Arqueologia Histórica e Industrial podem ser pontuados. São eles: o trabalho de Nilton Pereira dos Santos, realizado em 2010, sobre a fábrica de ferro São João de Ipanema (Iperó, São Paulo) que trouxe uma análise do desempenho econômico e político da empresa em meio ao Segundo Reinado, em 1860 e 1889; outro trabalho que deve ser mencionado é o resgate memorial da Fábrica Rheingantz, localizada em Rio Grande (RS), desenvolvido por Maria Letícia Ferreira entre os anos de 1998 a 2012 (publicado em 2013) que, em resumo, buscou discutir, a partir dos remanescentes materiais e imateriais da fábrica (edificação, documentação textual, imagética e memória oral), as dimensões que assumem as noções de trabalho, memória e patrimônio nas narrativas de antigos trabalhadores; e, mais recente, o estudo sobre o Engenho central de Piracicaba, São Paulo, desenvolvido em por Marcelo Cachioni e Beatriz Mugayar Kühl, em 2018 (publicado em 2020), que propuseram a recuperação da memória arquitetônica a partir da Arqueologia Industrial.

Em Pernambuco, especificamente sobre unidades agrofábricas, alguns trabalhos também devem ser citados, tais como: o trabalho de Vera Lúcia Menelau de Mesquita, desenvolvido em 2005, à respeito da produção de açúcar e, posteriormente, da cachaça, além da espacialidade e adaptações físicas com base nos remanescentes estruturais e edificações do Engenho Monjope, localizado em Igarassu; o estudo e análise das estruturas e o modelo de organização espacial da antiga fazenda colonial de São Bento desenvolvido por Mércia Medeiros (2005); a pesquisa desenvolvida em 2006 por Melânia Gaudêncio Noya Forest sobre a propriedade rural Maranguape (comumente conhecida por “Engenho Maranguape”) localizado em Paulista, onde buscou-se compreender a organização dos espaços construídos e identificar estruturas de moita como todo um contexto relacionado à produção açucareira em Pernambuco; e por fim o trabalho de Gabriela Campagnol (2008), no qual desenvolveu um estudo comparativo a partir de características e transformações do espaço ocasionadas pela agroindústria sucroalcooleira, especificamente em unidade usineiras, nas regiões produtivas de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Diante deste breve panorama de pesquisas desenvolvidas a partir da temática do patrimônio industrial em contextos urbanos e rurais, é preciso salientar que a produção açucareira, em Pernambuco, já desempenhou um importante papel em sua formação territorial e econômica, desde o estabelecimento dos primeiros engenhos até a remodelação e surgimento das usinas. Dessa forma, diante da considerável quantidade de remanescentes de unidades produtoras de açúcar no Estado, o estudo de engenhos e usinas é essencial para o entendimento de parte da história industrial e agroindustrial do Estado.

Nesse contexto, a economia açucareira teve forte influência na formação territorial de todo o Brasil, sobretudo na região Nordeste, pois foi através do açúcar que os europeus puderam efetivar uma ocupação no território. Assim, os engenhos de açúcar podem ser considerados como os primeiros meios de produção industrial do Brasil, uma vez que já foi introduzido um sistema produtivo lógico, funcional e hierárquico previamente conhecido pelos portugueses.

Assim, de uma forma geral, entende-se que o início da ocupação portuguesa no Brasil muito se relaciona com o estabelecimento dos primeiros engenhos de produção açucareira, bem como posteriormente, ao desenvolvimento dos engenhos centrais e as usinas.

Portanto, o presente estudo busca analisar a organização espacial do sítio Fazenda Mulata e a relação entre as unidades construtivas ali presentes. Dessa forma, o principal objetivo é caracterizar a organização do espaço construído e social do conjunto construtivo, além de buscar esclarecer parte da historiografia da propriedade; analisar a disposição no espaço das unidades residencial e fabril do sítio; propor um modelo organizacional de unidades agroindustriais alcooleiras com base nos dados obtidos, e verificar possíveis hierarquias sociais a partir da paisagem construída no conjunto construtivo do sítio.

O sítio Fazenda Mulata representa um importante remanescente fabril para o entendimento do contexto econômico do setor açucareiro em Pernambuco, uma vez que muitos engenhos precisaram ser reformulados produtivamente na tentativa de recuperarem-se economicamente, transformando-se em usinas de açúcar e álcool. Contudo, a própria história da Fazenda Mulata apresenta uma grande lacuna de informação no que concerne à dados históricos, estabelecimento e transformações físicas ao longo de sua existência. Por isso, questões como e quando ocorreu seu surgimento, ocupação, desenvolvimento, produção e desuso dentro do contexto industrial agrofábrica na época, podem permanecer parcialmente em aberto.

Além disso, diante do cenário de crises e mudanças econômicas ocorridas durante o século XIX, o setor açucareiro pernambucano passou por transformações. Os processos de remodelação de engenhos, construção de unidades usineiras e tentativas de um desenvolvimento agroindustrial do setor foram tentativas de se dar continuidade à produção para atender demandas do mercado.

Considerando as edificações residencial e fabril do sítio Fazenda Mulata, se problematiza a espacialidade do sítio e de suas unidades construtivas, e se examina se todo o conjunto teria sido formado através do novo sistema produtivo econômico ou teria mantido elementos construtivos e espaciais dos antigos engenhos e fazendas coloniais, para que finalmente se entenda como se configurou o modelo organizacional do sítio.

Considerando estudos sobre a organização espacial de propriedades rurais, tais como engenhos coloniais e fazendas, o que de fato poderia caracterizar distintivamente os tipos de propriedades seria a situação específica das unidades produtivas ou fabris associadas a tais contextos. Logo, de acordo com a organização associada ao espaço de usinas, apesar de terem sofrido adaptações no novo contexto produtivo, são ainda herdeiras de um contexto de engenhos e fazendas coloniais

produtoras de açúcar. Portanto, possivelmente se organizaram a partir de critérios semelhantes.

De um modo mais amplo, estudos aplicados à contextos industriais urbanos e rurais são importantes, pois proporcionam a compreensão do papel que as unidades industriais e agro fabris, no geral, desempenharam na economia e desenvolvimento sociocultural no Estado. E especificamente, enfatizar a história de sítios históricos como este, possibilita, em parte, compreender questões relacionadas ao espaço cultural construído, à existência de uma hierarquia social, bem como de uma sociedade e cultura de consumo.

Além do mais, é importante ressaltar que a área e o objeto de estudo em questão, do ponto de vista científico e de preservação, têm sido negligenciados, resultando numa considerável falta de informação e conhecimento sobre o próprio contexto histórico e arqueológico do local. Somado a isso, algumas pesquisas sobre propriedade rurais produtivas em Pernambuco evidenciam, ainda, lacunas informativas existentes, principalmente no que diz respeito aos processos de ocupação espacial, adaptações físicas e tecnológicas, produção e dinâmicas sociais ocorridas nesses espaços.

Assim, o sítio Fazenda Mulata, inserido nesse contexto agroindustrial, também passa por esta situação, uma vez que ainda são escassas as informações sobre sua fase inicial, crescimento, possíveis adaptações, produção e desuso do seu aparato produtivo.

Adicionando a esses problemas consideramos que, os remanescentes construtivos do sítio em questão são importantes testemunhos de um momento de transição e transformações tecnológicas, econômicas e sociais no setor agroindustrial de Pernambuco que precisam ser fontes de pesquisas, pois este tipo de patrimônio vem sofrendo com o descaso ao longo do tempo, gerando perdas irreparáveis para a história local. Por estas razões o estudo acerca da Fazenda Mulata se faz importante, pois sua materialidade corre o risco de ser destruída devido ao estado crítico de conservação, além de estar inserido em um contexto de constante ameaça pelo crescimento de especulação imobiliária<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> É importante ressaltar que inúmeros remanescentes do patrimônio industrial no Brasil e, conseqüentemente, em Pernambuco, sofrem constantemente com o processo de crescimento e remodelação urbana atrelados a projetos de mobilidade e requalificação urbana difusos, de reutilização descontextualizada e tirana, bem como a crescente especulação imobiliária dos espaços urbanos e rurais.

Diante do exposto, na primeira fase do desenvolvimento do trabalho foram efetuados levantamentos bibliográficos e documentais, a partir de acervos digitais e institucionais, além de uma coleta informal de alguns relatos orais de moradores locais. O propósito desta etapa foi resgatar e contextualizar a história da Fazenda Mulata, seu estabelecimento, uso e desuso; realizar explicações sobre os processos históricos de desenvolvimento do cultivo e economia açucareira na região e as transformações tecnológicas, espaciais e sociais relacionadas às mudanças nas formas de produzir e extrair insumos derivados da cana de açúcar que ocorreram, principalmente entre o início e meados do século XIX. Além de buscar informações elementares sobre o espaço concreto e social das propriedades agroindustriais no Estado de Pernambuco para correlacionar com os dados referentes ao objeto de estudo.

Em um segundo momento, foram realizadas atividades de campo que consistiram em um levantamento da área do sítio e de seus remanescentes edificados (casa e unidade fabril) por meio de registros gráficos, fotográficos e métricos, além de procedimentos de mapeamento aéreo das edificações com o intuito de obter um modelo virtual do conjunto construtivo agroindustrial e seu espaço ocupado.

Trata-se de uma proposta científica preliminar, através de qual inicia uma identificação e caracterização dos remanescentes construtivos e a divulgação de novas informações acerca da propriedade Fazenda Mulata. Isto ocorre por meio da correlação de dados históricos e arqueológicos que envolvem possíveis elementos culturais e ambientais determinantes, que podem contribuir para futuras pesquisas mais aprofundadas e pontuais relacionados ao próprio objeto de estudo, assim como para aprofundar os estudos sobre a Arqueologia Industrial.

Como parte dos procedimentos metodológicos foram realizados processos investigativos no âmbito da espacialidade a fim de analisar e interpretar a situação organizacional das estruturas construtivas em um contexto rural e produtivo, tais como engenhos, fazendas e usinas. O foco foi compreender aspectos espaciais e sociais associados aos modelos e características desses espaços culturais construídos e que sofreram mudanças ao longo do tempo diante das transformações da cultura do açúcar e da própria sociedade.

Dessa maneira, foi realizada uma caracterização e análise da organização espacial do conjunto construtivo do sítio Fazenda Mulata, por meio da identificação das feições arquitetônicas e características construtivas do conjunto. Buscou-se

estabelecer uma análise comparativa entre o conjunto construtivo do sítio com os dados obtidos a partir do levantamento bibliográfico sobre as características espaciais e construtivas dos engenhos e fazendas coloniais, a fim de reconhecer aspectos comuns a esses espaços e que podem ter sido perpetuados.

O presente trabalho divide-se em cinco capítulos que, de uma maneira geral, discutem alguns aspectos teóricos e metodológicos acerca do tema; apresentam informações sobre a contextualização ambiental e histórica do sítio histórico objeto de estudo; bem como expõe discussões e interpretações a partir dos dados levantados.

O primeiro capítulo apresenta de forma introdutória uma explanação da temática da pesquisa e as principais argumentações teóricas e metodológicas, além da problematização e hipóteses levantadas, e os principais objetivos e justificativa do estudo em questão.

O segundo capítulo faz referência, de forma ampla, às abordagens teóricas e metodológicas que fundamentam a presente pesquisa. Além dos aportes teóricos-metodológicos, busca-se expandir, um pouco, a discussão sobre possíveis origens e consolidação dos ideais associados à lógica produtiva de uma propriedade rural açucareira em Pernambuco. Este mesmo capítulo também traz considerações, a partir da fundamentação metodológica, sobre as relações e transformações entre os elementos arquitetônicos, tecnológicos e organizacionais em propriedades agroprodutivas.

No terceiro capítulo, se descreve brevemente os contextos histórico e ambiental da área de estudo na qual insere-se o sítio histórico Fazenda Mulata, apresentando em linhas gerais dados sobre parte de sua história e funcionamento como uma propriedade agroprodutiva na região.

O quarto capítulo, refere-se à leitura interpretativa dos aspectos construtivos e espaciais do sítio Fazenda Mulata, tendo como base a correlação entre os referenciais teóricos e metodológicos, e o levantamento de dados do sítio.

E, por fim, algumas exposições a respeito dos resultados são apresentadas de maneira objetiva nas Considerações Finais desta pesquisa.

## 2 OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A Arqueologia Histórica é comumente associada, conceitualmente, ao estudo do passado material de sociedades às quais se tem acesso às fontes documentais escritas, orais e iconográficas. De fato, esta área da Arqueologia utiliza uma série de fontes de informação documental e iconográfica, porém, de acordo com Orser (1992), além dessas fontes que são usadas cada uma à sua maneira, a Arqueologia Histórica também se preocupa com estruturas encontradas nos sítios que podem fornecer muitas evidências sobre presença humana, tipologia e funcionalidade, além de atividades socioeconômicas desenvolvidas no local.

Algumas dessas estruturas podem possuir grandes dimensões e fazer parte da paisagem cultural, tais como casas, fortes, fábricas, dentre outros tipos de edificações. Assim, a presença de remanescentes construtivos pode fornecer informações sobre fases, técnicas e funcionalidades construtivas como elementos indicadores de momentos de produção e processos de mudança de comportamentos social e cultural.

A Arqueologia Histórica, ao longo de seu desenvolvimento como área de pesquisa, de uma maneira geral sempre foi vista como uma mera disciplina auxiliar que se usufrui de conhecimentos oriundos da História e Arquitetura, por exemplo. Contudo, nestas afirmações, o caráter investigativo e interpretativo da Arqueologia Histórica é pouco considerado, uma vez que a mesma também contribui para a compreensão do passado por meio dos vestígios materiais a partir de dados históricos, documentais, antropológicos e arquitetônicos ampliando todo um contexto cultural, podendo resgatar e trazer novas perspectivas a questões de memória e história local, como afirma Forest (2006).

Inserido neste contexto técnico e descritivo de feições físicas arquitetônicas com o propósito de classificação tipológica e funcional de remanescentes construtivos históricos, deve-se discutir a importância que o histórico culturalismo detém no que concerne a uma abordagem teórico-metodológica voltada à análise de vestígios materiais como fonte de informação histórica e cronológica, e conseqüentemente, definidora de uma interpretação sobre o passado, permitindo a compreensão de fatores descritivos e classificatórios em um determinado tempo e espaço.

Segundo Symanski (2009), a abordagem histórico-cultural, ainda que criticada, é amplamente empregada nos estudos de Arqueologia Histórica e, sobre isso, é

importante ressaltar que é necessária para a caracterização de áreas e objetos de estudo ainda pouco trabalhados tanto em contextos históricos quanto pré-históricos.

Trigger (2004) ainda afirma que a relação entre as abordagens descritivas, cronológicas e funcionais associadas ao historicismo cultural pode produzir informações necessárias para descrever o desenvolvimento e transformações culturais e tecnológicas no passado.

É importante, então, enfatizar que os estudos acerca das características formais e funcionais dos vestígios arqueológicos, sejam eles de qualquer natureza, são voltados principalmente para determinar marcos temporais, tipologias e, possivelmente, funcionalidade e devem ser compreendidos, segundo Boado (2012), como um importante ponto de partida para a pesquisa arqueológica.

Sendo assim, todo vestígio é passível de uma leitura histórica e a chave dessa leitura é dada por diferentes disciplinas, e a interdisciplinaridade é fundamental para a prática analítica e interpretativa na arqueologia, como afirma Araújo (2019).

Na Arqueologia Histórica, portanto, é possível a partir destes preceitos teóricos desenvolver além de análises descritivas, abordagens comparativas e funcionais, a fim de lançar a luz sobre caracterizações de áreas de estudos e unidades arqueológicas pouco exploradas, como é o caso da própria Arqueologia Industrial e o papel que o sítio Fazenda Mulata desempenhou no contexto agroindustrial e social em Pernambuco.

A integração dessas bases teóricas estabelece uma fundamentação teórica importante para o processo de definição e contextualização histórica, tipológica e funcional necessárias para caracterizar e compreender o sítio e, possivelmente, atividades outrora desenvolvidas no local.

Dentro do universo interdisciplinar arqueológico, no âmbito da Arqueologia Histórica e em se tratando do objeto de estudo em questão, o patrimônio industrial pode ser descrito como um campo de pesquisa voltado a estudos sobre a memória do trabalho, proteção e gestão de acervos e bens industriais, bem como reconhecimento e resgate de edificações industriais situadas nas tramas urbanas e áreas rurais. Dessa forma, de acordo com Meneguello (2011), ainda que não seja possível esgotar todo o conhecimento adquirido sobre patrimônio industrial, hoje é possível entendê-lo melhor como um campo de investigação capaz de gerar cada vez mais novas pesquisas dentro do tema de industrialização, materialidade, imaterialidade e efeitos socioculturais.

E como afirma Thiesen (2006), várias áreas do conhecimento têm voltado seus instrumentos teórico-metodológicos para compreender o processo de industrialização do país. Em resumo, na Arqueologia, esta área apresenta-se a partir de estudos sobre fábricas; engenhos e usinas; tecnologia a vapor; ferrovias; dentre outras temáticas pertinentes ao estudo de toda essa materialidade que são testemunhos de atividades e processos antigos e atuais da força de trabalho humana e da própria produção industrial.

A partir da discussão a respeito do patrimônio industrial e todo seu arcabouço material, surge a Arqueologia Industrial que, especificamente no Brasil, está situada como um subtema da ampla área da Arqueologia Histórica. Dito isto, e segundo Thiesen (2006), é preciso ressaltar que inicialmente muitas críticas foram dirigidas a esse particular campo de conhecimento, ao questionar seu caráter arqueológico, profundidade temporal abarcada, ausência situacional de métodos de escavação, bem como acusações de um certo amadorismo técnico e intelectual nos procedimentos interpretativos.

De qualquer forma, é preciso reconhecer a importância de estudos no campo da Arqueologia Industrial como mais uma área de conhecimento que vem somar ao processo investigativo dos aspectos materiais e imateriais de uma sociedade. Logo, a Arqueologia Industrial é uma área de conhecimento que busca estudar os aspectos materiais e imateriais relacionados às atividades industriais e, conseqüentemente, suas relações com determinado meio e contexto social.

Já dentro do contexto de preservação do patrimônio arqueológico industrial, em muitos casos, as estruturas e edificações são as únicas evidências que sobrevivem ao tempo, logo, é importante destacar também que estudos aplicados à arquitetura, como um elemento constitutivo de uma paisagem cultural, podem ser um meio alternativo para analisar um determinado contexto social. Assim, como a Arqueologia estuda os fenômenos sociais a partir da cultura material, a materialidade construtiva também poderia oferecer informações importantes para desenvolver discussões sobre o tema.

Nesse contexto, a Arqueologia da Arquitetura ou da Construção insere-se como ferramenta analítica fundamental às pesquisas. Sobre isso, é interessante ressaltar o que Borrazás, Rotea e Vila (2002) já afirmavam, que esta área de estudo apesar de ter sido definida nas últimas três décadas, o registro arquitetônico como objeto de

estudo na Arqueologia já era desenvolvido anteriormente a partir de parâmetros espaciais e cenográficos onde se desenvolvia a atividade humana.

Diante do exposto, se percebe que a Arqueologia da Arquitetura permite estudar estruturas arquitetônicas dentro de uma perspectiva arqueológica, oferecendo olhares alternativos ao abordar aspectos relacionados ao mundo social e aos processos de adaptação e transformação do espaço humano (ZARANKIN, 2003).

Logo, assumindo que a Arquitetura pode ser interpretada como uma tecnologia que representa poder e influência sobre uma sociedade, pode-se interpretar através dos vestígios construtivos e de estruturas os diferentes níveis de controle paisagístico humano e como eles acabam por gerar organizações particulares do espaço.

De tal modo, Ramalho (2007), considera que a Arquitetura trabalhada junto com a Arqueologia apresenta um desafio inovador adotando métodos de abordagem do edifício em toda a sua complexidade, para assim compreender sua história, única e irrepetível; busca conjugar dados históricos e arqueológicos, estudos patológicos, comportamentais (da estrutura), materiais construtivos e outros elementos, possibilitando um conhecimento profundo do passado da edificação através de um método coerente, objetivo e sistemático, que vem sendo testado há anos pela Arqueologia e revelando resultados extraordinários.

Em suma, a Arqueologia da Arquitetura pode ser compreendida como uma área de estudo que busca investigar a história de uma edificação através de uma análise arquitetônica dos elementos construtivos - a partir de um ponto de vista arqueológico - sob o contexto material que o próprio bem edificado representa.

Dentro do aspecto arquitetônico, outro elemento fundamental para exercer uma análise relacional é considerar os aspectos espaciais, considerando a estreita relação que os bens edificados possuem com a paisagem. Sobre isso, Boado (1999) enfatiza que a paisagem pode atuar como uma espécie de entidade independente e autoexplicativa, tendo em vista que também pode ser compreendida como um produto do meio e de processos socioculturais, imbuído de corpo material e simbólico.

Considerando a prévia discussão teórica a respeito dos aspectos representativos arquitetônicos e da paisagem, do patrimônio industrial e o importante papel que desempenham nas interpretações arqueológicas, compreende-se o quanto a correlação entre tais estudos podem esclarecer sobre questões tipológicas, funcionais e paisagística a respeito de unidades produtivas rurais, tais como engenhos e usinas.

Diante do exposto, é preciso ressaltar que em Pernambuco, a produção açucareira já desempenhou um importante papel em sua formação territorial e econômica, desde o estabelecimento dos primeiros engenhos até a remodelação e surgimento das usinas. Dessa forma, ante a considerável quantidade de remanescentes de unidades produtoras de açúcar no Estado, o estudo de engenhos e usinas é essencial para o entendimento de parte da história agroindustrial do Estado.

Segundo Mesquita (2005), a História do Brasil, desde os primeiros séculos da ocupação portuguesa até hoje, está intimamente ligada aos engenhos produtores de açúcar e da cachaça. Até meados do século XIX os engenhos tradicionais foram responsáveis pela produção desses produtos e com o estabelecimento dos engenhos centrais<sup>3</sup> e, posteriormente, as usinas, levaram os engenhos tradicionais ao papel de simples fornecedores de cana de açúcar.

Entende-se, então, que diante de tamanhas mudanças ocorridas nos âmbitos tecnológicos e produtivos ao longo dos anos, os espaços desses locais de produção açucareira também são passíveis de transformações. Assim, para compreender tais transformações, é preciso fundamentar e construir uma base analítica para a interpretação dos dados sobre características tecnológicas, construtivas e espaciais associadas aos contextos de engenhos, usinas ou propriedades rurais produtivas como um todo.

É, portanto, necessário definir e caracterizar os diferentes tipos de unidades agrofábricas existentes, destacando seus elementos característicos; variedade construtiva e a presença ou não de um possível padrão construtivo, e variabilidade do arranjo espacial a fim de compreender os diferentes tipos de espaços fábricas neste contexto.

Para tanto, é preciso trabalhar com classificações construtivas, com técnicas organizacionais que são geralmente contemplados em estudos sobre engenhos e unidades produtoras, além de processos e transformações tecnológicas na produção açucareira que promoveram mudanças e estabeleceram possíveis padrões construtivos e organizacionais empregados aos espaços industriais em um contexto rural.

O trabalho de análise e interpretação funcional de estruturas arquitetônicas deve ser realizado com cautela devido às situações transformadoras inerentes ao

---

<sup>3</sup> Informações sobre o papel dessas unidades produtivas e diferenças em relação aos antigos engenhos serão aprofundadas no capítulo 2 desta pesquisa.

contexto que cada edificação se insere. Logo, um edifício pode sofrer mudanças estruturais e de finalidade, ao longo do tempo. Tais transformações podem ser de caráter estético, bem como estrutural, o que pode ocasionar mudanças de sua função original. São diversos os motivos de mudança, desde questões ideológicas e culturais a mudanças tecnológicas, que reunidas podem demonstrar necessidades da época.

Para analisar edificações agroindustriais e seus arquétipos construtivos no Brasil, é preciso compreender que diante da implantação arquitetônica de uma unidade produtiva, por exemplo, sua configuração estrutural e situação espacial estão fortemente relacionadas à sua funcionalidade, força motriz, tipo produtivo e produtividade, assim como o contexto temporal.

Logo, muitas vezes, o tipo e a cadeia produtiva acabam moldando, de acordo com determinada demanda, o produto construído, a arquitetura do edifício e o espaço que ele ocupa. Sobre isso, Fragnals, Sitterson, García e Zanetti apud Marquese afirmam que:

A imposição das necessidades do processo produtivo açucareiro sobre a planta arquitetônica das unidades rurais escravistas acentuou-se ainda mais após 1830, com a revolução tecnológica ocorrida no setor [...] quebrando com o caráter de manufatura orgânica, o engenho de açúcar adquiriu nessas regiões o estatuto de verdadeira indústria no campo [...]. Tudo isso implicou a revisão profunda da planta arquitetônica dos engenhos (FRAGINALS, 1987; SITTERSON, 1973; GARCÍA; ZANETTI, 1998 apud MARQUESE, 2006, p.19-20).

A exemplo disto, os engenhos centrais que marcaram o início dessa industrialização no campo, adaptaram seus espaços a necessidade de incorporar ao processo manufatureiro a tecnologia a vapor para gerar ganhos produtivos e desempenhar uma lógica produtiva mais centralizada na recepção de matéria prima, tratamento e produção em maior escala.

Portanto, percebe-se, sobretudo, que diante de imposições, necessidades e mudanças específicas, a planta e disposição espacial de uma dada edificação agroindustrial, ou conjunto agroindustrial pode sofrer muitas modificações ao longo do tempo. Tais modificações podem ocorrer por motivos diversos, tais como alterações do volume da produção; uso de novas tecnologias; mudanças do tipo produtivo ou compartimentação do mesmo espaço para diferentes produções, modificando tipo e finalidade da construção, dentre outros fatores. Em suma, todos esses motivos podem levar a uma modificação pontual ou a uma completa remodelação que, por vezes, deixam marcas e vestígios na estrutura construtiva e no espaço ocupado.

De acordo com Gomes (2006) e Eisenberg (1977), há diferentes tipos de unidades agrofábricas, e algumas delas seriam os engenhos, engenhos centrais e usinas. Primeiramente, é necessário compreender uma unidade agrofábrica como uma edificação ou espaço fabril destinado especificamente para desenvolver atividades transformadoras de matérias-primas provenientes dos setores agrícola e pecuário, como por exemplo, o manejo e tratamento da cana de açúcar para a produção de açúcar e derivados. No contexto arqueológico geralmente, podemos encontrar dois tipos de unidades fábricas deste tipo destinadas à produção de derivados da cana de açúcar.

O engenho em si, como afirmam Pires e Gomes (1994), denomina-se como o mecanismo utilizado para moer a cana, daí a sua usual caracterização a partir do tipo de energia que emprega: engenho d'água e engenho de bois<sup>4</sup>. Na verdade, o processo de produção de açúcar envolve outras etapas, tais como o cozimento do caldo da cana, a clarificação ou purga do açúcar, além do próprio armazenamento. Por extensão, dessa forma, o termo engenho compreendia todas essas atividades, e mais ainda o plantio e a colheita da cana. E Gomes (2006) ainda reforça que o Engenho significava, até fins do século XIX, uma propriedade rural com cultura de cana de açúcar e uma sede construída que serviam a fins diversos.

Os engenhos centrais, por sua vez, seriam unidades exclusivamente industriais, destinadas a produzir açúcar com a cana fornecida por fazendas que se limitariam a plantar e colher a cana (PIRES; GOMES 1994). Esta unidade industrial costumava centralizar a recepção da matéria prima dos lavradores e antigos engenhos banguês<sup>5</sup>, recebendo por isso o nome de Engenho Central (RODRIGUES; ROSS, 2020). Em termos estruturais, o Engenho Central em pouco se difere de um engenho comum, ainda assim, o engenho central passa a centralizar e a tratar o processamento da cana, em algumas regiões produtoras, em uma maior escala.

Em um contexto de transição e modernização tecnológica e industrial, surgem as usinas que seriam equipadas com maquinaria importada e mais eficiente. Este tipo de complexo agroindustrial possuía fazendas que plantavam, colhiam e processavam sua própria matéria-prima, ou em alguns casos, recorriam a aquisição de cana de

---

<sup>4</sup> Segundo Azevedo (2009), são engenhos movidos a roda d'água (também chamado de "engenho real") e por tração animal (também chamado de "trapiche"), respectivamente.

<sup>5</sup> De acordo com Azevedo (2009), é o termo designado aos primeiros engenhos a vapor que surgiram na segunda década do século XIX.

açúcar de outros produtores (PIRES; GOMES, 1994). Dessa forma, a usina era um arranjo moderno do engenho tradicional, em escala mais complexa e muito maior e estabelecendo-se a partir de sua própria matéria prima, a qual, se desejasse, poderia também ser adquirida de outros agricultores (EISENBERG, 1977).

Dessa forma, pode-se dizer que as usinas são complexos agroindustriais equipados com maquinário destinado ao processamento e produção de derivados da cana de açúcar. Sua diferença dos engenhos consistia na total centralização dos processos da cadeia de produção do setor açucareiro, uma vez que adquiriam matéria prima de produtores locais, bem como mantinham a sua própria lavoura para a produção de derivados da cana de açúcar.

Logo, para fazer as primeiras análises e compreender parte do arranjo espacial e tipológico do edifício agrofábril da Fazenda Mulata é importante considerar o ambiente construído e os remanescentes construtivos como uma possível ferramenta analítica para investigar as construções do açúcar como um processo dinâmico condicionado por aspectos tecnológicos, sociais e econômicos.

Para tanto, é preciso analisar as características físicas e estéticas dos remanescentes construtivos da propriedade agrofábril, considerando que pode haver, especificamente, uma tecnologia e arquitetura do açúcar lá empregados. Além disso, é necessário identificar o tipo e funcionalidade da unidade agrofábril da Fazenda Mulata, por meio da definição de um padrão construtivo associado à edificações agrofábril de produção de açúcar e derivados, a partir da análise do contexto arquitetônico e histórico.

Sobre padrões, South (2007) afirma que para o seu reconhecimento em um contexto histórico, é preciso isolar as variáveis, observar e identificar o padrão no registro arqueológico e entendê-lo como um reflexo de um rigor cultural imposto e reproduzido no passado. Assim, ainda de acordo com este autor, padrões estabelecidos a partir de vestígios arqueológicos provenientes de sítios históricos, quando possível, podem ser comparados com informações documentais. Contando com as variáveis e correlacionando-as com as informações obtidas (documentos escritos e registro arqueológico) é possível selecionar, classificar, comparar e definir padrões específicos para cada grupo de dados.

Assim, considerando o objeto de estudo em questão, o principal foco deste trabalho é apresentar as primeiras considerações sobre a propriedade agrofábril da Fazenda Mulata, sua espacialidade e atividade produtiva a partir da interpretação de

seus remanescentes construtivos. Compreende-se que ao serem caracterizados os elementos físicos da construção e ao relacioná-los com os dados historiográficos, possivelmente, tem-se a determinação de padrões construtivos e espaciais associados a um determinado uso ou atividade produtiva.

Em suma, para serem realizados os estudos preliminares da Fazenda Mulata foi necessário investigar e analisar o seu contexto cultural e histórico a partir de dados historiográficos e iconográficos para compreender o seu surgimento e atividades no contexto do advento e desenvolvimento de engenhos e usinas na região.

A Arqueologia Industrial entendida a partir de seus preceitos metodológicos é caracterizada como interdisciplinar e estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003).

Fundamentado nos aportes teóricos da Arqueologia Histórica, no âmbito metodológico da Arqueologia Industrial, da Arqueologia da Arquitetura e da Paisagem buscou-se compreender o sítio, analisando sua organização espacial, como também seu funcionamento nos contextos socioeconômicos da região.

Em resumo, algumas etapas foram seguidas para estudar e compreender o espaço e as estruturas no contexto espacial e arquitetônico da propriedade agrofábrica Fazenda Mulata, tais como: o levantamento documental amplo a fim de integrá-los com os dados arqueológicos (remanescentes construtivos), possibilitando a investigação e discussão acerca das atividades desempenhadas pela unidade agrofábrica; levantamento métrico e imagético dos remanescentes construtivos da edificação; caracterização e definição de critérios tipológicos com base na arquitetura de construções agrofábricas; e por fim, a partir da classificação das tipologias arquitetônicas no contexto agroindustrial, correlação e identificação do tipo e funcionalidade do espaço fabril.

Sobre o procedimento metodológico de reconhecimento e definição de um padrão construtivo para unidades agrofábricas, o método comparativo a partir da análise dos aspectos descritivos e funcionais foi empregado. Para tanto, necessitou-se estabelecer algumas diretrizes classificatórias com base no levantamento de dados: os tipos característicos de unidades agrofábricas; contextualização e momentos de ruptura ou transição dos tipos construtivos; e identificação de elementos

característicos persistentes ao longo de um período, ou seja, recorrências ou padrões construtivos que permaneceram com o tempo.

No geral, foi preciso observar, analisar e discutir a presença ou não de um rigor construtivo nas construções agrofábricas, pois um contexto de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais podem impor ou tornar necessárias o estabelecimento de normas e padrões construtivos diante da similaridade de atividades e funções desempenhadas por unidades produtivas.

Em síntese, a partir da fundamentação teórica e metodológica foi proposto, inicialmente, investigar e identificar as atividades desenvolvidas pela Fazenda Mulata, além de definir seu tipo construtivo e funcional, sua espacialidade e relações socioculturais. Além disso, é imperativo ressaltar que estudos sobre unidades fábricas de engenhos e usinas em Pernambuco ainda são escassos, porém são essenciais para o entendimento de parte da história industrial e agroindustrial do Estado, uma vez que possibilitam a compreensão de transformações econômicas, tecnológicas e sociais de uma dada região.

## 2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÓGICA DA PROPRIEDADE RURAL E A CONSOLIDAÇÃO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO.

A produção e o comércio açucareiro brasileiro foram fatores que inicialmente deram impulso à organização territorial, política e econômica da colônia. No entanto, antes de entender como o sistema açucareiro foi implantado no Brasil e como o mesmo foi utilizado como um bem agrícola comercial, precisamos entender os principais aspectos da ocupação inicial e formação do território brasileiro.

A ocupação do território brasileiro, após o “descobrimento”, não foi imediata. Logo, as primeiras tentativas de exploração das terras brasileiras se basearam no estabelecimento de feitorias que já seria um sistema adotado pelos europeus na costa africana, assim como afirma Fausto (2006).

As feitorias foram utilizadas, a princípio, como pontos estratégicos de defesa contra ataques de invasores, assim como para estocagem e troca de produtos, efetuando ao mesmo tempo uma ocupação mais duradoura no local afim de assegurar e explorá-lo aos poucos. Como exemplo disto, Holanda (2007) escreve a respeito da feitoria de Cristóvão Jaques que teria sido resultada a partir de expedições oficiais

realizadas em terras brasileiras desde 1503 com o intuito de ocupar e, sobretudo impedir a pirataria do pau-brasil.

Contudo, segundo Fausto (2006) e Forest (2006), o arrendamento das terras brasileiras por meio das feitorias foi passageiro e ineficaz diante das constantes investidas de invasores estrangeiros e, portanto, D. João III passou a estabelecer uma nova ordem ocupacional baseada no sistema de divisão de terras em capitânicas, denominado de Capitânicas Hereditárias.

O sistema de Capitânicas Hereditárias, como define Abreu (1998), seria a doação e atribuição de terras ao poder dos donatários que exerceriam o papel de administrador e provedor da capitania designada. Em suma,

O estabelecimento das Capitânicas Hereditárias no Brasil tinha vários objetivos: o povoamento, a implantação de uma economia rendável, a colonização, o oferecimento de terras a "homens bons", que seriam donatários e exerceriam autoridade sobre o novo território (VIDAL & MALCHER, 2009, p. 39).

De tal modo, o estabelecimento das Capitânicas Hereditárias seccionou o território brasileiro em 12 capitânicas, das quais as que mais se desenvolveram foram as capitânicas de São Vicente e Pernambuco. Fausto (2006) comenta que com exceção das capitânicas de São Vicente e Pernambuco, as demais enfrentaram problemas devido às questões de falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência e embates com grupos indígenas locais.

Após o recebimento das terras por doação da Coroa, os donatários tornam-se responsáveis por ocupar e desenvolvê-las. Sobre esta posse, de acordo com Fausto (2006), o donatário teria plenos direitos administrativos e econômicos a partir de arrecadação de tributos (salvo a parte devida à Coroa); instalação de engenhos de açúcar; cultivo agrícola; exploração de bens naturais, bem como a fundação de vilas e doação de sesmarias.

Logo, dentro do sistema de gestão das Capitânicas Hereditárias, com a transferência da responsabilidade administrativa e gestão dos rendimentos ao donatário, também ocorria o processo de distribuição e utilização dessas terras doadas pela Coroa, o que se configurava como o Sistema Sesmarial. Assim,

[...] setembro de 1534, o Donatário de Pernambuco recebeu autorização do rei D. João III para distribuir terras através do sistema sesmarial. Portanto, Duarte Coelho tratou de fazer a distribuição de terras, que em sua maioria foi destinada à construção de engenhos, os fundamentos da colonização [...] o donatário Duarte Coelho poderia conferir cartas de sesmarias de terras a quaisquer pessoas que as solicitassem, conforme as leis da época, livres de ônus, salvo o dízimo a Deus, sendo, entretanto, proibido repartir a sesmaria. O sesmeiro não poderia fazer doações a sua mulher nem aos filhos e herdeiros, como também não poderia se apropriar de uma parte para si mesmo. [...] Sucessivas leis regulamentavam as sesmarias, que estivessem em mãos de ordens religiosas (FERRAZ, 2008, p. 63).

Assim, a partir da distribuição das sesmarias em Pernambuco, os sesmeiros além de receber os lotes para serem explorados diretamente por eles ou por terceiros, poderiam ainda exercer o monopólio sobre alguns produtos, implantar engenhos e fundar povoados, mesmo que sob total responsabilidade financeira (VIDAL & MALCHER, 2009).

Nesse contexto, em meio ao processo de desenvolvimento da capitania e distribuição de sesmarias, segundo Oliveira et al (2020), em decorrência das fundações das vilas de Igarassu, em 1535, e de Olinda, em 1537, o povoamento da Capitania de Pernambuco tornou-se cada vez mais efetivo, de tal maneira que, no ano de 1573, Pernambuco já possuía uma estrutura administrativa e produtiva organizada a partir dos engenhos de açúcar compostos, inicialmente, por mão de obra indígena e, posteriormente, escrava.

Sobre isso, Gomes (2006) discorre que em 1580, a Capitania de Pernambuco já contava com cerca de 66 engenhos em funcionamento, tornando-se um polo colonial de interesse da metrópole para investimentos, vindo a ser na época a principal região produtora de açúcar no Brasil.

Em suma, a atribuição e doação de sesmarias muito contribuiu à origem e formação de vastos latifúndios que foram desenvolvidos ao longo do tempo através de propriedades rurais produtivas, tais como engenhos, usinas e fazendas. Assim como afirma Oliveira et al (2020), ao tratar o Sistema Sesmarial como um importante parâmetro de formação da economia açucareira, sobretudo, em Pernambuco, pois claramente seguia uma política mais efetiva em ocupar, explorar e defender um território recém descoberto.

Observando os processos de ocupação, desenvolvimento e distribuição de terras adotados por Portugal inicialmente, nota-se o tanto que tais bases políticas de colonização - por um lado - fundamentaram a formação da divisão de terras; criação

de sesmarias; surgimento dos primeiros núcleos populacionais e implantação de uma agroindústria e economia açucareira em Pernambuco, como por exemplo a Sesmaria Jaguaribe e a Vila de Igarassu. E por outro lado, também forjaram e inseriram a concepção de propriedade privada rural na dinâmica social em espaços agroprodutivos como engenhos, usinas e fazendas.

A respeito da introdução e produção da monocultura açucareira no Brasil, tal feito implicou em muitas transformações nos âmbitos econômico, tecnológico, político e social, pois de acordo com Dabat (2021), o açúcar, antes de ser inserido no país, já era um produto muito valorizado e rentável em vários países e os portugueses que já tinham o benefício de conhecer o sistema desta monocultura, estabelecem uma economia açucareira efetiva no país.

Segundo Campagnol (2008), o açúcar, como produto final, remonta desde 500 anos a. C. na Índia. De lá para cá este bem de consumo passou a ser bastante apreciado e se tornou uma das principais especiarias, permanecendo como um produto exótico e bem quisto na Europa, principalmente após a cana começar a ser cultivada pelos povos mouros na região da Sicília e na Espanha, e em seguida tornar-se um produto muito valorizado no mercado internacional.

Posteriormente, de acordo com Gama (1983), no início do século XV, a cana de açúcar foi introduzida com sucesso pelos europeus nas ilhas Canárias, Madeira, Açores e Cabo Verde, o que também incentivou sua introdução nas terras conquistadas do continente americano, como exemplo disso, nas Antilhas, a cana já foi sendo cultivada a partir da segunda viagem de campanha de Cristóvão Colombo.

No Brasil, nas Capitânicas de Pernambuco e São Vicente, as plantações de cana de açúcar foram amplamente difundidas, sobretudo, na faixa litorânea, tornando-se efetivamente a primeira atividade econômica do país. Porém, vale ressaltar que, segundo Gama (1983),

uma peculiaridade na produção açucareira é que não se podia exportar nem a cana-de-açúcar, seu caldo, ou garapa, porque se perderia, num curto prazo, as propriedades necessárias para a obtenção do açúcar. O consumo de cana in natura, assim, nunca apresentou expressão econômica; uma vez colhida, ela precisa ser processada num prazo de até 72 horas, para que não perca o teor de sacarose (GAMA, 1983, p. 22).

Portanto, essa característica do processamento do açúcar foi fundamental para se importar as técnicas produtivas e, de fato, consolidar a instalação de oficinas e

fábricas junto às plantações. Essa atividade produtiva se baseou fortemente na correlação entre o latifúndio, monocultura, processos fabris e mão de obra escrava.

## 2.2 A ARQUITETURA, TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS E ESPACIAIS NA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA.

É necessário examinar os aspectos funcionais e disposição espacial das unidades rurais produtivas, a fim de compreender suas configurações, padrões construtivos e relações entre processos produtivos e hierarquia social e do trabalho que, evidentemente, coexistem em espaços construídos deste tipo. Dessa forma, a princípio, é importante discutir sobre ideais construtivos e modelos de disposição que essas unidades rurais podem ter herdado com o tempo.

De acordo com Miller (1997), na mesma época em que é lançado na Itália os *Quattro Libri dell'Architettura* de Palladio, por volta de 1570, a rede de engenhos no nordeste da América Portuguesa (Bahia e Pernambuco, sobretudo) alavancava sua produção a partir de unidades rurais que combinavam especialização de uma monocultura para exportação, tecnologia específica, ideais consolidados de propriedade de terras, além da força de trabalho oriunda da mão de obra de povos escravizados.

Sobre isso, Miller (1997) ainda discorre que esta relação do Palladianismo e do advento das unidades produtoras escravistas na América parecia buscar um referencial ou reconfiguração e projeção do mundo antigo para o moderno, a partir do ideal de *villa*<sup>6</sup> empregado na Itália Setentrional. Porém, tais valores só iriam aparecer de forma mais clara no final do século XVIII. A respeito disso Marquese (2006) cita que,

(...) na segunda metade do século XVII, parece ter havido uma certa leitura de Palladio para o universo dos engenhos na América portuguesa. Todo o quadro pictórico empregado por Frans Post para tratar da paisagem dos engenhos de açúcar de Pernambuco, por exemplo, baseou-se claramente nos princípios do palladianismo, como a disposição da paisagem construída na forma de teatro, localizando-se a casa-grande e a capela no alto da encosta, as instalações produtivas no plano médio e a várzea ao fundo (MARQUESE, 2006, p. 13).

---

<sup>6</sup> A ideia de *villa* nasce a partir dos ideais de “pequena cidade”, como um mundo fechado, um lugar onde o homem gentílico poderia ser senhor de si, completamente autônomo no governo de sua família e de seus dependentes (BENTMANN; MÜLLER, 1975 apud MARQUESE, 2006, p. 13).

Entretanto, é sábio ressaltar o que Marquese (2006) afirma a respeito da contextualização a partir de documentos visuais, os quais não podem ser tomados unicamente como registros fiéis e neutros de práticas materiais. Porém, ainda assim é possível levantar dentre algumas hipóteses, a de que a releitura Palladiana pode ter ocorrido primeiro no campo das representações visuais e, posteriormente, na prática construtiva dos engenhos.

Marquese (2006) aponta, portanto, que somente no final do século XVIII é que este caráter político e ideológico do Palladianismo, dentro de suas adaptações, foi sistematicamente utilizado por senhores de engenho na América e parece que perduraram até meados do século XIX, infiltrando-se em meio à expansão de uma corrente de estilo neoclássico.

Apesar da possível influência do ideal Palladiano em um contexto mais amplo das unidades rurais produtivas, na América Portuguesa, diante das necessidades e imposições ambientais e tecnológicas, a disposição e volumetria das unidades construtivas das propriedades açucareiras parecem ter ganhado uma lógica diferenciada.

Marquese (2006) explica isso a partir do que ele descreve como relações produtivas, funcionais e arquitetônicas que coexistem nestes espaços construídos, ao comparar as situações das fazendas algodozeiras dos Estados Unidos e os engenhos de açúcar no Brasil colonial. Ou seja, um dos pontos fundamentais para compreender as plantations algodozeiras norte-americanas é que o foco do processo produtivo residia no campo e não na manufatura em si, porém este mesmo raciocínio não poderia ser aplicado à análise dos espaços construídos do açúcar, pois a complexidade do processo impôs uma configuração particular à construção do próprio engenho. Para Marquese (2006),

A transformação do sumo da cana em açúcar envolve etapas distintas, porém articuladas. Após o corte, a cana precisa ser moída em menos de 24 horas, sob o risco de inviabilizar a produção. A primeira imposição do processo produtivo sobre a arquitetura dos engenhos, portanto, derivou desse elemento. Houve, desde o século XVII até o presente, uma relação estreita entre os meios de transporte disponíveis e a extensão e distância dos canaviais em relação à fábrica (MARQUESE, 2006, p. 18).

Nota-se, portanto, que inicialmente as unidades produtivas dos engenhos na América portuguesa possuíam um processo construtivo relativamente padronizado até final do século XVIII, onde era comum observar as áreas da moenda e caldeiras

fazendo parte de um único edifício ou construções contíguas, sendo que a casa de purgar seria concebida à parte. Por outro lado, a contínua determinação da proximidade dos engenhos com sua fonte de energia era fundamental e, este detalhe, passou a acentuar cada vez mais as transformações espaciais e arquitetônicas das unidades rurais produtivas, sobretudo, em meados do século XIX por conta dos avanços tecnológicos no setor.

De acordo com Fraginals (1987) e Sitterson (1973) apud Marquese (2006), estas mudanças quebram o caráter de uma manufatura orgânica do açúcar, e o engenho passa a adquirir nessas regiões o status de uma verdadeira agroindústria. Todo o processo de moagem, cozimento e purga foram transformados pela tecnologia a vapor, ampliando em muito a capacidade de extração e produção e, claramente exigindo a ampliação dos espaços fabris devido ao aumento quantitativo de caldeiras e demais ampliações proporcionais do processo produtivo como um todo.

Gama (1983) comenta que desde o início do século XVII, principalmente em Pernambuco e Bahia, o rigor técnico que vigorou nas propriedades rurais produtivas era um claro reflexo da imposição do próprio processo produtivo sobre a arquitetura dos engenhos, que seria a relação direta dos meios de força motriz, recursos naturais, área de plantio, escoamento de produção e localização da fábrica. E mesmo com as mudanças tecnológicas do maquinário e conseqüentemente da produção em si, era necessário obedecer a uma correlação matemática proporcional entre a capacidade e processos produtivos, bem como a readequação dos espaços.

Ainda assim, observando os padrões e adaptações, a configuração espacial numa escala macro do terreno dessas unidades produtivas na região nordeste do Brasil, nota-se que tais áreas estão intrinsecamente relacionadas à aspectos Palladianos associados à organização do espaço.

Diante do exposto, observa-se um interesse menor recorrente pela arquitetura rural, sobretudo, no que diz respeito às áreas destinadas ao trabalho e de vivência do trabalhador (fábrica, senzalas, vila operária, por exemplo). E sobre isso, ressalta-se que somente no final do século XX é que começaram a surgir os primeiros estudos sistemáticos sobre esse tipo de arquitetura no Brasil, como é o caso do trabalho “Arquitetura do Açúcar” (1990), de Esterzilda de Azevedo e como afirma Pires e Gomes (1994) ao esclarecer que,

Esse esquecimento a que foram relegados esses marcos da nossa cultura deve-se a equívocos usuais e generalizados quanto à própria conceituação da arquitetura. Costuma-se confundir, por exemplo, valores arquiteturais com valores decorativos, o que significa dizer que a arquitetura somente se realizaria em edifício, de formas requintadas e muito elaboradas. Segundo outro falso conceito, os valores arquiteturais se acrescentam, como acessórios, às qualidades funcionais e estruturais do edifício (PIRES; GOMES, 1994, p. 28).

Dito isto, no contexto rural, assim como no âmbito urbano, pode-se dizer que muitos edifícios tiveram suas formas determinadas, quase que exclusivamente, pelo pragmatismo funcionalista, como é o caso das construções destinadas à fabricação do açúcar. Tais edifícios, de acordo com Pires e Gomes (1994) podem ser analisados de acordo com características estéticas, espaciais, organizacionais, produtivas e sociais.

Dessa forma, os engenhos de cana-de-açúcar podem ser entendidos como os primeiros exemplares da atividade industrial no Brasil. São tipologias arquitetônicas que, até hoje, podem elucidar etapas e procedimentos fundamentais à produção do açúcar, da cachaça e do álcool. Estas edificações evidenciam também possíveis formas de escoamento, articulação funcional entre edifícios e arranjos espaciais característicos das “construções do açúcar”. Propriedades como os engenhos podem ser consideradas espaços industriais porque, embora não se enquadrem inicialmente ao período da Revolução Industrial, são locais que evidenciam o trabalho, o maquinário, processos e fabrico de um bem (MARIUZZO, 2006).

Pereira (2012) coloca que a denominação “engenho” se referia, inicialmente, a um dos edifícios do sistema produtivo: a moita ou fábrica. Sabe-se que em um mesmo edifício geralmente era feita a moagem e o cozimento do caldo da cana-de-açúcar e, posteriormente, seguia para um edifício próximo, a casa de purgar, onde era realizado o branqueamento do açúcar. Ademais, existiam ainda a casa-grande ou vivenda, que se destinava à moradia do proprietário; as senzalas, moradias dos povos escravizados e pequenas capelas destinadas ao culto religioso católico.

Seguindo este contexto, Gomes (2006) cita de forma sucinta que engenhos, até final do século XIX, seriam propriedades rurais destinadas à cultura da cana de açúcar e constituídas por unidades construtivas com fins específicos. E na atualidade, no entanto, a conceituação da palavra engenho parece que passou a designar todo o conjunto ou complexo de edifícios que compõe o sistema açucareiro, assim como afirma Pereira (2012).

Dentro do complexo construtivo e funcional dos engenhos, obviamente um dos prédios mais importantes para o funcionamento de todo o sistema açucareiro, é a fábrica ou moita. Este edifício sempre atuou como peça fundamental aos processos iniciais da indústria do açúcar, tais como as atividades de moagem, cozimento do caldo, processos de branqueamento do produto na casa de purgar. Assim, compreende-se que dentro do próprio complexo construtivo do engenho, há também um complexo fabril composto por subunidades destinadas a atender unicamente a demanda do açúcar.

No geral, as atividades ligadas à produção açucareira e aos espaços construídos dos engenhos e demais propriedades rurais produtivas estão intimamente correlacionadas ao ambiente e configuração espacial disponível, de modo a atender às necessidades essenciais ao seu funcionamento, como claramente afirma Forest (2005).

Sendo assim, a respeito das questões de organização espacial das unidades rurais produtivas, é importante discutir a variabilidade de aspectos e condicionantes que atuam nos processos de escolha quanto à localização. Sobre isso, Gomes (2006) afirma de forma categórica que alguns fatores influenciadores foram marcantes e necessários na implantação dos primeiros engenhos, tais como a proximidade e fácil acesso à vegetações arbóreas para extração de insumos como madeira e combustível para as fornalhas; e cercania à cursos de água para, em muitos casos, o próprio fornecimento da energia motriz e, sobretudo, transporte e escoamento do produto final. O mesmo autor ainda cita um outro possível fator que seria a distância de áreas indígenas como forma de evitar confrontos diante uma defesa ineficiente que tais propriedades dispunham.

Dessa forma, fica claro que as condições ambientais se sobressaem no quesito de fatores determinantes de implantação dos engenhos. São parâmetros que se tornaram tanto fundamentais quanto práticos à continuidade e expansão dos processos de desenvolvimento, instalação e transformação destas propriedades rurais por tanto tempo.

Tendo uma visão macro das condicionantes ambientais que atuaram no processo de instalação das propriedades açucareiras, é necessário ainda discutir a organização espacial desses terrenos de forma isolada, a fim de considerar as particularidades e recorrências no modo de instalação e configuração que podem ter

sido perpetuados na história do estabelecimento destas propriedades rurais em Pernambuco.

Analisando o que Gomes (2006) e Azevedo (1990) descrevem sobre esses espaços, evidencia-se uma constância ou modelo de implantação das unidades construtivas na situação do terreno. Logo, observa-se uma tendência a destinar as áreas mais elevadas do terreno à casa grande ou vivenda, talvez por permitir um domínio e alcance visual maior do proprietário para o que é toda sua propriedade; a capela, quando presente, de certa maneira equipara-se à situação privilegiada da casa grande, podendo estar no mesmo nível ou um pouco acima no relevo como uma forma simbólica de devoção e controle religioso do contexto social do espaço e, por fim, em cotas mais baixas geralmente encontra-se os edifícios destinados à residência dos povos escravizados e à área fabril, com o intuito de manter o controle e subserviência da mão de obra escrava, bem como por outro lado, obter maior aproveitamento dos cursos d'água para força motriz, respectivamente.

É nítida uma tendência na escolha de ambientes ricos em insumos naturais e terrenos acidentados para, sempre que possível, dispor as unidades construtivas em seus devidos lugares a fim de reforçar o caráter simbólico e social dos núcleos de poder desses espaços, bem como permitir o pleno funcionamento das unidades produtivas do complexo rural açucareiro.

A configuração espacial das unidades construtivas sobre o arranjo topográfico do terreno, e por vezes, a variabilidade e especificidade dos materiais utilizados em cada edifício representam parte da materialidade presente nos sítios históricos que refletem aspectos de uma hierarquia, princípios e valores sociais incorporados por uma sociedade canvieira, como afirma Forest (2005).

Em concordância com o que foi exposto, Gama (1983) também é de acordo que a disposição espacial de uma propriedade rural como um engenho, geralmente acata requisitos organizacionais ligados às necessidades específicas do estabelecimento. Sendo assim, todo o espaço é naturalmente dividido para atender às necessidades intrínsecas e à própria hierarquia social e de trabalho presentes nas áreas de convívio e labor dentro de um espaço rural produtivo.

Em suma, a situação do terreno para instalação e as distintas configurações e organização das construções dentro do espaço de uma propriedade rural podem ser compreendidas como um processo de escolha proposital. Por um lado, era necessário aproveitar os benefícios topográficos e ambientais do terreno para obter insumos,

melhorar a operação das máquinas e efetivar a produção açucareira, e por outro, impor uma ordem social tradicional e vigente.

É observado que tal configuração e valores atribuídos aos primeiros engenhos não diferiu muito ao longo dos anos da história do desenvolvimento da tecnologia açucareira. A princípio, tais requisitos foram perpetuados nos séculos seguintes, sofrendo pequenas alterações diante das inovações do maquinário e produção desta monocultura, bem como das transformações dimensionais dos edifícios fabris destinados à tal produção.

Santos (1995) discorre que o rigor ou modelos construtivos aplicados sobre esses espaços, obedeciam à condição e status do proprietário e se estendiam aos eixos econômico, representado pela fábrica sempre à frente dos olhos do proprietário; e o político/religioso, representado pela casa grande e capela. Contudo, ainda deve-se colocar em ênfase também, o eixo laboral atrelados aos espaços da fábrica e moradias dos povos escravizados ou trabalhadores livres.

Segundo Pires e Gomes (1994), em Pernambuco, no que diz respeito ao espaço organizacional e produtivo das propriedades rurais como fazendas, engenhos e usinas, desde o século XVII, são apontadas situações em que demonstravam relações e adaptações sistêmicas da produção açucareira. Ou seja, observava-se um cenário variado onde existiam fazendas unicamente de lavoura de cana de açúcar, que eram colhidas e levadas a engenhos próximos para moagem. Dessa forma, existiam fazendas, engenhos, e até complexos rurais de maior escala produtiva e importância econômica e social na região.

Naturalmente, o número e a diversidade de edifícios nas fazendas era bem menor do que nos engenhos. Estes, em alguns casos, pareciam verdadeiras povoações, com a fábrica propriamente dita, as moradias do proprietário ou do administrador, dos trabalhadores especializados, dos agricultores, a senzala dos escravos, a capela, a estrebaria, oficinas, a olaria (PIRES; GOMES, 1994, p. 30).

Nesse contexto produtivo rural, os edifícios mais notáveis dos engenhos de açúcar passaram a ser a fábrica, a residência do proprietário, a capela e a senzala. Tal complexo produtivo passou por algumas transformações nas últimas décadas do século XIX, com a criação dos engenhos centrais, que seriam unidades exclusivamente industriais, destinadas a produzir açúcar com a cana fornecida por fazendas de lavouras próximas. Tais mudanças seriam instaladas por incentivo e

subsídios do governo, por meio de maquinaria importada e, conseqüentemente, por meio de uma nova força e divisão do trabalho, onde deveria ser produzido mais a um menor custo, para que o açúcar brasileiro pudesse competir no mercado internacional.

De acordo com Rodrigues e Ross (2020) e Eisenberg (1977), a economia açucareira apresentou um curto renascimento no século XVIII devido ao aumento da demanda de açúcar oriunda do crescimento populacional e urbano europeu. Além deste fator, alguns entraves como guerras pela independência nas Antilhas e o bloqueio continental inferido à Inglaterra, trouxe uma folga à produção brasileira. Entretanto, como foi mencionado, esta recuperação foi curta e logo outros problemas surgiram e debilitaram a produção açucareira nacional, como a introdução do açúcar de beterraba europeu no mercado internacional em meados do século XIX, bem como a mecanização do processo fabril de açúcar em várias colônias produtoras espanholas, inglesas, holandesas e territórios norte-americanos, que além de melhorar a fabricação, aumentavam a produção e poder de exportação.

Ao final do século XIX, a produção açucareira brasileira ainda enfrenta uma crise econômica diante da concorrência e queda da taxa cambial, e uma crise relacionada a mudanças de ordem laboral com o fim do trabalho escravo, entrando numa fase de escassez de mão de obra e queda de produção (Eisenberg, 1977).

Logo, diante dessa situação era imprescindível que o Brasil aderisse aos novos e mais eficientes processos de produção do açúcar já utilizados em outras regiões produtivas, a fim de recuperar-se em meio ao comércio açucareiro internacional.

Assim, de acordo com Canabrava (1971), era preciso desenvolver técnicas produtivas eficientes e atualizadas que já demonstravam sucesso em territórios franceses, por exemplo. É o caso da lógica produtiva do engenho central, o qual seria uma unidade industrial que centralizava a produção a partir da recepção de matéria-prima das lavouras de cana e antigos engenhos banguês próximos.

A princípio, tecnicamente, pensou-se que seria uma salutar solução para o enfrentamento à concorrência internacional ao considerar a possibilidade de redução de custos industriais e racionalização do processo produtivo como um todo. Por um lado, a mudança favoreceria a uma eficiência e redução de gastos em prioridades específicas às unidades rurais de lavoura e unidades rurais produtivas; e por outro os proprietários de engenhos centrais poderiam investir mais no aprimoramento técnico e mecânico das fábricas, não havendo necessidade de gastos nos canaviais.

De acordo com Eisenberg (1977), neste panorama de apoio financeiro do governo, as províncias que mais receberam subsídios governamentais foram Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Dentre estas, Pernambuco foi a que recebeu maior parcela dos fundos distribuídos por meio dos decretos imperiais de apoio ao estabelecimento de engenhos centrais, tanto que entre os anos de 1850 e 1880 o número de engenhos e melhorias tecnológicas aumentou significativamente, impulsionando mais uma vez a produção açucareira.

Os primeiros engenhos centrais da província de Pernambuco eram construídos e equipados por meio de concessões de empresas inglesas, contudo a principal empresa, a *Central Sugar Factories of Brazil Limited* (CSFB), instalou em muitos engenhos máquinas usadas e avariadas, bem como construiu muitos edifícios fabris com problemas estruturais, que geravam acidentes de trabalhos e atrasos na produção (EISENBERG, 1977).

Dentre muitos problemas relatados por Eisenberg (1977), em suma, é reconhecido que parte do insucesso dos engenhos centrais é atribuído a má administração, imperícia, além de abusos, fraudes e corrupção por parte do corpo executor e diretor da CSFB. Nesse contexto, vale também dizer que a própria CSFB recaí a responsabilidade dos problemas à falta e qualidade da matéria-prima utilizada, baixo preço do produto no comércio internacional, problemas com o maquinário e interferências do governo brasileiro<sup>7</sup>.

Considerando os pontos de vistas discutidos, é preciso ainda compreender que inicialmente era preciso o interesse e estabilidade financeira dos proprietários de engenhos para realizar tais mudanças, contudo, devido ao próprio endividamento de grande parte do senhorio em meio a década de 1870, muito dessa transição só seria possível com investimentos governamentais. Apesar dos investimentos e iniciativas por meio de decretos imperiais desde 1881 que incentivavam a instalação de engenhos centrais no país, os resultados foram ínfimos, e entre 1888 e 1889 encerra-se oficialmente os subsídios aos engenhos centrais (RODRIGUES, ROSS, 2020).

Neste processo transformativo, os engenhos centrais logo foram superados pelas usinas, que também eram equipadas com maquinaria importada, moderna e

---

<sup>7</sup> É importante ressaltar que apesar do desempenho frustrante das empresas inglesas nesse momento, de acordo com Eisenberg (1977), Pernambuco ainda teve cinco engenhos centrais que foram promissores, são eles: a Cia Usina João Alfredo (Goiana); o Engenho Central 13 de Maio (Palmares); o Engenho Central Trapiche (Sirinhaém); o Engenho Central Carassú (Barreiros) e a Usina Aripibu (Amaraji).

eficiente, porém instaladas sem financiamento do governo. O complexo usineiro possuía lavouras de cana próprias, e podiam ou não moer a produção das propriedades vizinhas. Portanto, em tais condições, alguns engenhos foram absorvidos pelas usinas; outros foram reduzidos à condição de fazendas de cana, que simplesmente forneciam matéria-prima (PIRES; GOMES, 1994).

Apesar do insucesso dos engenhos centrais, observa-se que tais contratemplos políticos e econômicos não desestimularam a vontade daqueles que almejavam a modernização do setor açucareiro. Na realidade, de acordo com Meira (2007) alguns engenhos centrais no Brasil já apresentavam características típicas de usinas já no final do século XIX, bem como alguns senhores de engenhos antes mesmo do empenho políticos pela instalação dos engenhos centrais, já implantavam unidades fabris modernas e que integravam agricultura e indústria.

Toda a lógica do surgimento das usinas teve início principalmente, devido a tentativa de evitar o desabastecimento de matéria-prima e de recuperar um melhor rendimento do açúcar. Sendo assim, há uma reintegração efetiva de antigos engenhos banguês que passariam a ser dominados por uma economia e um capital predominantemente industrial (PERRUCCI, 1978).

Nesse processo transformativo, as características funcionais e estruturais das usinas ainda permaneceram semelhantes às dos antigos engenhos centrais, tendo diferenças sobretudo no quesito de divisão do trabalho. Ou seja, enquanto que em um engenho central a matéria-prima era fornecida pelos produtores agrícolas (agricultores de cana-de-açúcar) e era estritamente gerido e fiscalizados por iniciativas governamentais, nas usinas, a obtenção de matéria-prima e abastecimento dependia de sua própria lavoura ou de produtores locais, de acordo com a preferência e necessidade do usineiro. Uma maneira muito objetiva e interessante de ver como caracteriza-se uma usina, é descrita por Eisenberg (1977, p. 124), na seguinte frase: “a usina era uma reencarnação moderna do engenho tradicional, em escala mais complexa e muito maior”.

Segundo Meira (2007) e Rodrigues e Ross (2020), o processo de transição entre engenhos centrais e usinas foi caracteristicamente sutil e às vezes simultâneo. Tudo parece ter ocorrido durante o período de espera da safra dos plantios de cana-de-açúcar e o tempo de instalação das máquinas.

Após a Proclamação da República, as usinas passaram a obter incentivos financeiros e fiscais dos governos locais, devido ao fortalecimento dos estados. Dito

isto, no caso de Pernambuco, a partir de 1890, os primeiros governos republicanos começaram a apoiar a implantação de usinas por meio de leis e concessão de empréstimos para auxiliar na modernização e aumento das safras e produção de açúcar no Estado.

Contudo, de acordo com Eisenberg (1977), de uma maneira geral, apesar das facilidades dispostas para estimular e manter as usinas de açúcar, poucas empresas conseguiram sanar suas dívidas. Somando-se a isso, é preciso considerar também que a relação entre os senhores de engenho e os usineiros era tensa devido aos contratos e zoneamentos específicos de fornecimento da cana às usinas. Toda esta situação levou que as usinas adquirissem os antigos engenhos, tornando os antigos proprietários meros fornecedores de matéria-prima ou arrendatários.

O período entre 1875 e 1890, como afirmam Rodrigues e Ross (2020), enquadra-se como uma fase intermediária e, conseqüentemente, um momento de ruptura do sistema produtivo dos engenhos banguês e início dos primórdios dos processamentos agroindustriais desenvolvidos pelas usinas. Nesta etapa, os engenhos centrais tiveram papel essencial nas mudanças das técnicas manufatureiras e adequação aos novos processos técnicos do setor açucareiro desenvolvidos a partir da Revolução Industrial.

Fica evidente os motivos porque esta relação de coprodução e ordem organizacional dos espaços ocorreram e se perpetuaram ao longo do tempo. Ainda que transformações tecnológicas, dimensionais e de trabalho ocorressem, a lógica e configuração espacial das unidades e sua representação simbólica permaneceram. Por isso, ao analisar os contextos espaciais das propriedades rurais como usinas, é necessário correlacioná-las também aos espaços dos primeiros engenhos e engenhos centrais, pois em meados do século XIX muitas unidades usineiras podem ter surgido a partir de remodelações de engenhos pré-existentes.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ATIVIDADES PRODUTIVAS E ARQUITETURA INDUSTRIAL.

O desempenho de atividades industriais de forma sistemática requer toda uma estrutura construtiva e espaço apropriados a tal função. Dessa forma, é correto falar que no âmbito dos processos industriais configurou-se, ao longo do tempo, uma tipologia arquitetônica específica às necessidades e técnicas produtivas empregadas,

seja em um contexto urbano ou rural. A respeito disso, é necessário realizar algumas considerações sobre a forte relação que há entre as atividades industriais executadas e o complexo construtivo utilizado.

A construção industrial, ao longo da história de sua concepção arquitetônica, parece ter sido estigmatizada como um espaço sem alma, sem proposta estética. Sobre isso, Munce (1960) apud Correia (2010) discorre que,

Ainda hoje existem resquícios do pensamento do século XIX, onde muitos acreditam que as fábricas possuem poucas alternativas plásticas, que são fonte de poluição, e que obrigatoriamente as edificações fabris são feias e, em sua maioria, possuem condições internas pouco agradáveis aos seus operários (MUNCE, 1960, p. 3 apud CORREIA, 2010, p. 34).

Entretanto, em termos estruturais e estéticos, as construções dos espaços industriais não são ilógicas, mas sim, frutos de tendências modernas tecnicistas e funcionais. Sobre isso, Caldas (2010) afirma que no processo de industrialização e produção em massa, a busca incessante pelos lucros forçou uma regularização do tempo e espaço empregados nestes ambientes. Tal organização espacial teria sido uma resposta aos fluxos produtivos, às etapas de trabalho, bem como à dimensão e à forma que o maquinário ocupava este espaço. Logo, com a contínua expansão do setor industrial e o emprego da máquina a vapor, importantes mudanças passaram a ocorrer nos processos produtivos e, conseqüentemente, na própria configuração espacial fabril. Foi um período de transição e início da mecanização dos sistemas produtivos em pleno século XVIII.

Dessa forma, os modelos construtivos industriais passaram a ser fortemente configurados a partir da relação entre o aparato tecnológico utilizado; às características funcionais definidas a cada unidade ou edifício, assim como às propostas arquitetônicas e estruturais necessárias ao desempenho de tais funções em um espaço fabril.

Assim, de acordo com Caldas (2010, p. 31) é possível apontar algumas condicionantes técnicas que guiaram os modelos construtivos industriais, tais como “o primeiro condicionante (...) ocorreu em razão de sua matriz de energia, o segundo condicionante diz respeito ao (...) maquinário e o terceiro envolve as questões de salubridade, segurança e conforto”. De uma certa maneira, todas estas condicionantes refletiram no rigor construtivo desses espaços industriais, uma vez

que, tal conjunto de variáveis exigiam grandes espaços para acomodação, assim como uma localização geográfica específica para atender as demandas energéticas necessárias.

A respeito das características construtivas dos edifícios fabris, de acordo com Munce (1960) apud Santos (2010), inicialmente as fábricas possuíam telhados e sustentações de madeira, fachadas simples e preenchidas com pequenas janelas, além de um grande portal localizado na fachada principal por onde passava todo o corpo operário, produtivo, e outros insumos. Posteriormente, os elementos construtivos em madeira caíram em desuso por conta do alto risco de incêndios, e dessa forma, adentram-se os elementos construtivos metálicos. E quando a tecnologia da máquina à vapor passou a ser uma realidade no cotidiano fabril, a necessidade de proximidade com os recursos naturais e a localização da fábrica em decorrência das fontes energéticas, sofreu algumas mudanças, pois o que importava no momento era a abertura de estradas e construção de ferrovias para o escoamento da produção.

Nota-se que a concepção de padronização empregada em produtos industriais convergiu com os ideais construtivos da própria arquitetura industrial em contexto urbano ou rural. Portanto, a presença de modelos com um determinado rigor construtivo; uma estética de traços simplificados, além de uma predileção pelo funcionalismo em decorrência do maquinário em uso, foram elementos que se tornaram comuns e amplamente empregados nas edificações industriais.

#### 2.4 ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES CONSTRUTIVAS DE UMA PROPRIEDADE RURAL AÇUCAREIRA.

A partir da compreensão das fases transitórias entre unidades produtivas como engenhos banguês, engenhos centrais e as primeiras usinas, é possível também discutir como tais transformações também deixaram suas marcas e caracterizaram de forma singular a organização espacial das unidades construtivas inseridas em um contexto agroindustrial açucareiro em Pernambuco.

Pires e Gomes (1994) asseguram que certamente o que se pode afirmar é que não ocorreu no Brasil uma simples reprodução dos modelos arquitetônicos de Portugal, mesmo porque era uma outra estrutura social, outro clima e outros materiais disponíveis. Para estes autores,

Não só os modelos portugueses foram reinterpretados no Brasil, porém, no final do século XVIII, com a introdução da cultura do café em São Paulo, estabeleceu-se o contato com os colonizadores franceses e ingleses das Antilhas. De lá vieram então novas técnicas de produção de açúcar responsáveis, em alguns casos, por transformações no modo de construir os engenhos. Por exemplo, as chaminés das fábricas foram consequência da instalação de um tipo de fornalha conhecida na época como "trem jamaicano" (PIRES; GOMES, 1994, p. 31).

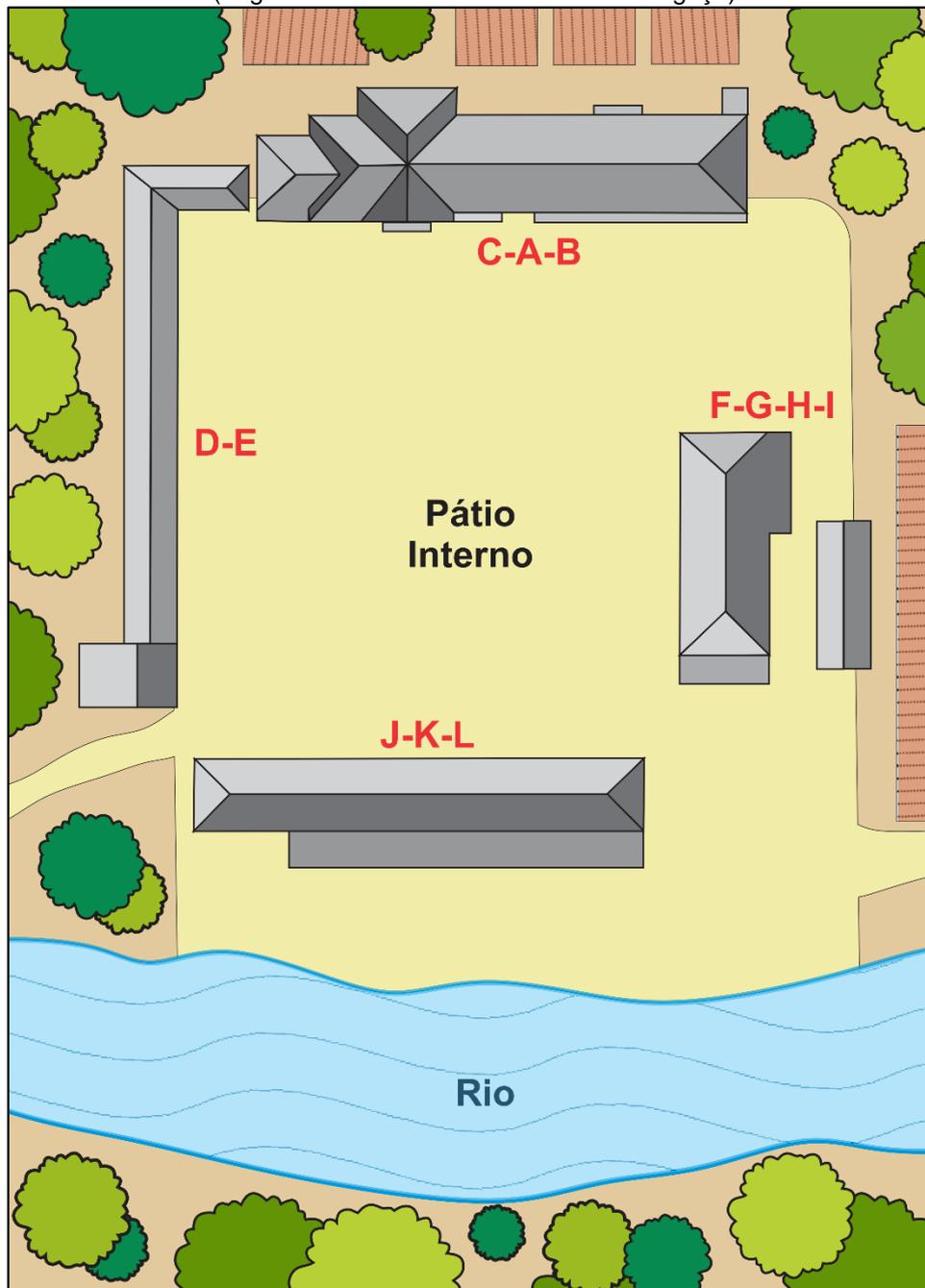
Portanto, na análise da organização espacial e arquitetônica dos antigos engenhos e usinas considera-se não só a forma que cada edifício tomou ao longo do tempo, como também a disposição relativa ao conjunto construtivo e a situação deste no espaço geográfico.

Algo que deve ser pontuado inicialmente é que o fator energético, em muitas ocasiões, determinou a escolha do local para instalação dos primeiros engenhos. Sabe-se de pelo menos três tipos de força motriz que foram empregadas nos engenhos brasileiros: a hidráulica, a de tração humana e a de tração animal.

De acordo com Gomes (2006), quanto ao arranjo desses edifícios no terreno, não parece ter havido um esquema muito rígido entre os séculos XVI e XVII. Dessa forma, a casa-grande está sempre em posição privilegiada e tem sua fachada principal voltada para a fábrica, estando esta muitas vezes em um plano mais baixo, pois obedece à lógica da força motriz gerada pelas rodas d'água, a princípio. Esta relação entre vivenda e fábrica denota também uma preocupação com a fiscalização das atividades do engenho. Já a capela fica em nível igual ou superior ao da casa e um pouco afastada da mesma.

Já no século XIX, Vauthier (s.a.) publica um modelo geral que teria sido adotado pela maioria dos engenhos de Pernambuco (Figura 1). Tal modelo atribui que todos os edifícios se distribuam pelo terreno, formando um pátio central retangular. Esta prática de seguir um modelo ao construir os edifícios separados uns dos outros favoreceu a diversidade na escolha dos materiais e técnicas construtivas empregadas no contexto rural açucareiro (GOMES, 2006).

Figura 1. Representação de um engenho de açúcar baseado no desenho de Gomes (2006, P. 76) que segue o modelo do plano geral de Vauthier (s.a.). Eixo C-A-B (hóspedes-capela-casa do senhor); Eixo D-E (senzalas-casa do administrador); Eixo J-K-L (estrebria-casa de purgar-olaria); Eixo F-G-H-I (engenho-moendas-fornalha-casa de bagaço).



Elaborado por: A Autora (2023).

Sobre a ordem de construção das unidades construtivas dos engenhos, Pires e Gomes (1994) apresentam uma descrição coerente e lógica que leva à compreensão de que os edifícios da fábrica e demais construções auxiliares eram concebidas primeiro devido à prioridade dada a atividade produtiva, obviamente. Em seguida eram construídas as habitações dos escravos que geralmente é caracterizada

como uma construção rústica e pouco resistentes e, infelizmente, pouco analisada em estudos sobre o presente tema. E, em um momento posterior, seria concebida a residência do proprietário, a vivenda do senhor de engenho.

Já a respeito do espaço fabril nos engenhos, Gomes (2006) ainda ressalta que o elemento principal para discutir sobre isto é entender como suas características funcionais e o corpo construtivo estão intimamente relacionados. Assim, em um contexto fabril, uma construção de alvenaria em tijolos com um telhado simples em duas águas e planta baixa retangular e linearizada, podem refletir aspectos consolidados das construções e atividades fabris vigentes.

Ruy Gama (1983, p. 244), outrora, indagou “o que tem a ver tudo isso com a arquitetura dos engenhos?”. Bem, começando pelas feições arquitetônicas, Gama (1983) afirma que assim como as construções militares, os engenhos e usinas aproximam-se de uma exigência funcionalista pré-estabelecida, ou seja, um realismo funcionalista. É um edifício e, sobretudo, um espaço que justapõe ofícios e, portanto, a função, o que precisa ser feito e como deve ser feito transferem-se para o desenho arquitetônico. Assim, chega-se a uma definição de que a edificação fabril neste contexto rural produtivo é um produto arquitetônico que mantém uma subordinação ou padrão dos que criam às regras da própria manufatura. Logo, as relações entre o pensar e fazer também estão presentes na arquitetura das unidades agrofábricas.

Dessa forma, a manufatura impõe configurações específicas ao espaço interno e externo desses locais fabris, uma vez que a racionalidade está impressa em um edifício que é propositalmente subdividido diante das necessidades funcionais especializadas da atividade produtiva em si. Essa divisão atende tanto à própria produção quanto à hierarquia social e do trabalho (GAMA, 1983).

Nesse momento, e como já foi mencionado, a topografia tem um importante papel na organização do espaço, não só pela instalação das rodas d'água para tornar a força motriz eficiente, mas também para beneficiar e facilitar a mobilidade e deslocamento da produção açucareira e demais derivados.

Gama (1983) e Gomes (2006) exemplificam bastante a recorrência das plantas dos engenhos, o que permite uma tipificação que reflete uma preocupação inicialmente em poupar custos e inovações e limitando-se ao que é pré-concebido e reconhecido. E sobre isso Gama (1983) ainda complementa que, às vezes, esse pragmatismo da técnica construtiva e funcional dos espaços fabris saltava para as

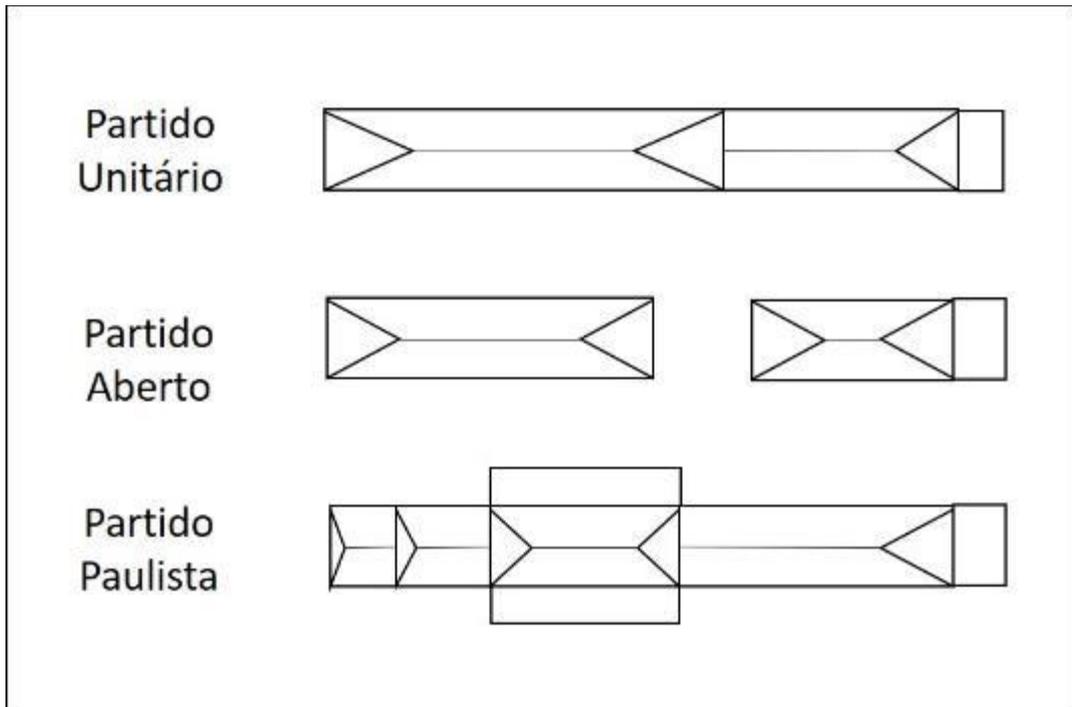
casas grandes e capelas, espaços estes que geralmente se sobressaíam propositalmente às demais unidades construtivas.

Em suma, a organização dos espaços dos engenhos tanto no que se refere aos edifícios e suas disposições no terreno, revelam a presença de uma forte preocupação funcional, bem como orgânica devido à própria natureza da manufatura do açúcar. Tanto que, por exemplo, sabe-se que os engenhos de maior porte apresentavam frequentemente a sua própria agricultura de subsistência, oficinas de carpintaria, tanoaria e olaria, anexas ao seu conjunto construtivo e áreas de trabalho.

Em relação ao edifício da fábrica ou engenho, este historicamente seguia uma arquitetura industrial que preconizava os preceitos técnicos da fabricação do açúcar ou de manufaturas que utilizavam processos tecnológicos semelhantes. No século XVII, observa-se plenamente que apesar de algumas inovações na técnica de produção, poucas modificações ocorreram nos engenhos, sendo recorrente a construção e espacialidade dos edifícios de acordo com partidos ou modelos construtivos já utilizados pelos primeiros engenhos banguês.

Sobre estes partidos ou modelos, Gama (1983) descreve como o partido “unitário”, o espaço em que a moradia do senhor de engenho se ajusta à fábrica, denotando o “pequeno empresário” e a presença do dono diariamente no local de trabalho. E o partido “aberto” que caracteriza o engenho de maior destaque, em que o senhor de engenho se isola por razões que incluem a segurança pessoal, familiar e estatutária. Ainda há o partido “paulista” como um espaço rural que possui como ícone a casa de tradição bandeirista e o partido “unitário” associados, pois concentra em um único edifício e seus anexos todas as instalações manufatureiras juntamente com a residência, ou seja, estando reunidas a moradia, o engenho de açúcar ou aguardente e demais oficinas auxiliares (Figura 2).

Figura 2 - Esquema gráfico dos partidos construtivos dos engenhos de açúcar, segundo descrição de Gama (1983).



Fonte: Elaborada pela Autora (2023)

Em Pernambuco, a princípio, percebe-se que os grandes engenhos eram organizados geralmente a partir do sistema de partido “aberto”, onde os edifícios eram isolados e a casa grande, a fábrica, a senzala, as moradias e a capela se distribuíam em áreas maiores pelo terreno, havendo sempre o posicionamento espacial hierárquico e funcionalmente preestabelecidos.

Contudo, de acordo com Gama (1983), no início do século XIX a situação muda um pouco, devido a inserção de novo maquinário e a uma nova indústria açucareira. A repercussão dessa alteração tecnológica na arquitetura e espaço fabril do açúcar é importante, na medida em que, devido ao redimensionamento mecânico tal aumento redefiniu os papéis de trabalho e, conseqüentemente, um novo espaço, gerando uma fragmentação funcional e disciplinar do edifício fabril. Os grandes galpões das usinas sugerem este novo espaço tecnológico, subdividido e especializado, exigindo grandes áreas cobertas e contíguas com vãos próprios. Assim, o projeto dos edifícios das novas usinas e engenhos centrais passam obedecer a uma lógica construtiva relativamente padronizada ligada a fatores externos que não dependem tanto de regionalismos, mas do aporte tecnológico aplicado.

A transição dos engenhos às usinas e a diferença no desenho dos edifícios fabris de unidades rurais produtivas foi mais rápida em Cuba em comparação com o Brasil, onde o processo foi mais difícil e demorado. No Brasil, tradicionalmente, a planta desses edifícios nos engenhos era predominantemente retangular com prolongamentos por vezes alongados ou alargados, e construções anexas. Contudo, no início do século XIX este cenário sofre algumas mudanças. As plantas retangulares dão lugar à planta em forma de “T” que tem relação com as inovações no fabrico do açúcar e divisão laboral exercida (GAMA, 1983).

Outro traçado que se assemelha ao formato “T” e que igualmente ganha destaque no contexto agroindustrial é a planta em formato de cruz. Tal formatação tornou-se popular nas principais regiões açucareiras do país, refletindo também espacialmente a racionalidade dos novos maquinários e processos produtivos do complexo fabril dos engenhos. No momento de transição dos engenhos centrais para usinas, este tipo de planta foi bastante adotado e comumente associado ao estilo arquitetônico neoclássico (GAMA, 1983).

Segundo Rodrigues e Ross (2020), já no período dos engenhos centrais e usinas, a espacialidade canvieira apresentou-se de forma diversa se comparada à época dos engenhos banguês. Entretanto, a localização destes espaços agroindustriais mais modernos ainda era determinada pela proximidade aos recursos naturais essenciais à produção. Sendo assim, leitos fluviais como fonte de energia para o processamento da cana de açúcar e vias de acesso para o transporte e escoamento do produto para as ferrovias e portos, ainda eram um dos importantes condicionantes à situação destes espaços produtivos.

Ao que parece, as áreas agrofábricas relacionadas a engenhos e usinas, apesar de algumas diferenças dimensionais e operacionais, seguiram em expansão a partir de fatores determinantes como topografia do relevo; recursos naturais propícios como malha aquífera e tipo de solo, além do próprio desenvolvimento tecnológico açucareiro.

Segundo Campagnol (2008, p. 79), pode-se dizer que a conformação do espaço usineiro pode ter surgido a partir da prévia constituição de antigas propriedades privadas, como os engenhos. Logo, a lógica construtiva e adaptativa parece ter se mantido, uma vez que as usinas foram e continuaram sendo implantadas em “áreas de fácil escoamento da produção e, por isso, priorizou os espaços que estivessem junto a rios navegáveis e conectados ao transporte ferroviário”. A autora

ainda acrescenta que, em Pernambuco, bem como em outros lugares do país, o crescimento desses núcleos agroindustriais teve força o suficiente para transformarem-se em pequenos aglomerados ou vilas, assim como puderam proporcionar o crescimento de cidades circunvizinhas.

Campagnol (2008), em seu estudo “Usinas de Açúcar: habitação e patrimônio industrial” descreve a partir de análises realizadas em núcleos usineiros nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, que a organização espacial dos locais de trabalho da indústria usineira está comumente associada, na maioria das vezes, a um crescimento de acordo com as necessidades e demandas produtivas, gerando construções anexas ou auxiliares a construção da fábrica. Dessa forma, é comum encontrar grandes galpões de alvenaria relativamente margeados pelas demais construções, como a casa do proprietário e vila de casas, além das áreas de plantio, todos inseridos em um traçado majoritariamente ortogonal, tudo seguindo uma lógica industrial.

Analisando a área industrial das usinas, esta geralmente era implantada em áreas mais rebaixadas, próximas aos cursos de água nas cercanias. Já em relação ao complexo construtivo, este poderia incluir além da fábrica em si; o setor de destilaria, no caso de usinas sucroalcooleiras; oficinas, assim como depósitos. Observa-se que a partir do final do século XIX e meados do XX, os edifícios fabris são caracterizados sobretudo por construções em alvenaria de tijolos que podem estar aparentes ou revestidos. Para a referida autora,

Alguns, mais antigos, com projetos concebidos na França e Inglaterra, com estruturas metálicas ou de concreto. Trata-se de edificações com o pé-direito equivalente a edifícios de três e quatro andares frequentemente cobertos com telhas metálicas. O tijolo foi bastante utilizado em galpões fabris, ao que tudo indica, por questões de segurança contra incêndios. Os raros galpões vedados com madeira, quando presentes, serviam como armazéns de açúcar (CAMPAGNOL, 2008, p. 81).

Já a respeito da área de morada dos proprietários, nota-se também que as construções dessa natureza se situam topograficamente em locais mais altos, em destaque e isolados das demais construções, no entanto, comumente em posição mais próxima e visível do edifício fabril. Dessa maneira, o espaço residencial das usinas, de acordo com Campagnol (2008), pode abrigar grandes casas ou vivendas com alpendres e varandas; jardins e pomares; capela; casas de hóspedes, dentre

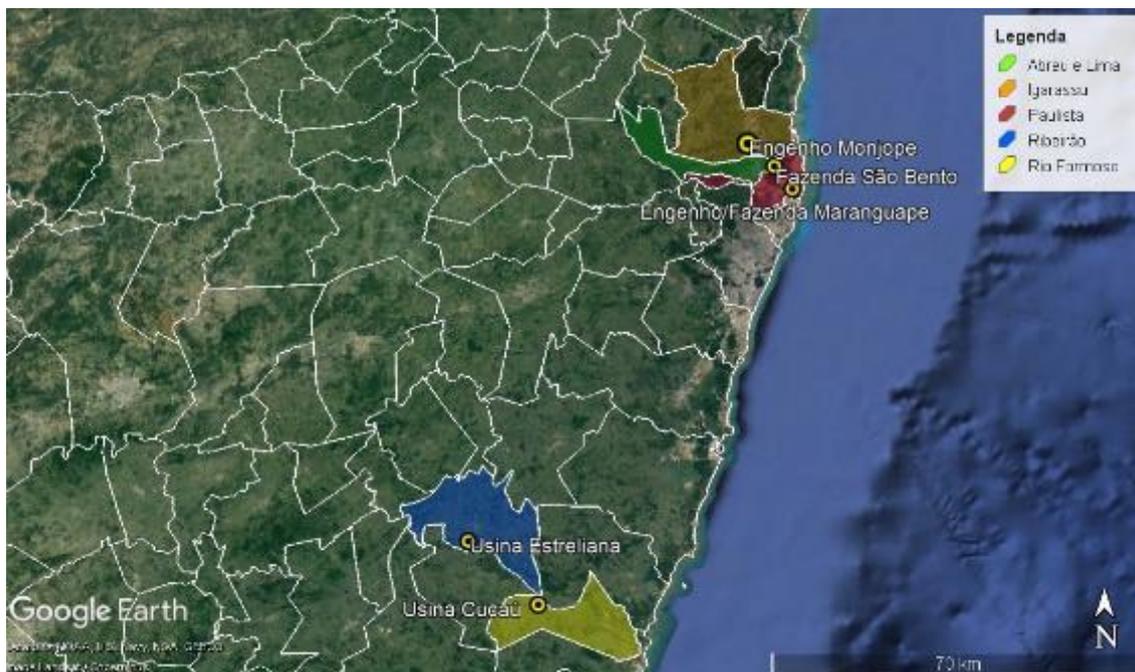
outras construções, mas tudo de modo setorizado e reunido numa determinada área que se mantenha restrita aos moradores e desconexos com os locais de trabalho.

A conformação dos espaços agrofábric usineiros, por um lado, seguiu uma organização semelhante à dos antigos engenhos, seguindo uma lógica hierarquizada e funcional na localização dos elementos construtivos no terreno. Contudo, em termos construtivos e arquitetônicos, particularidades como um princípio de verticalização; aumento na escala das plantas e mudanças nas feições estéticas do complexo fabril estão muito presentes e tornaram-se características comuns nas construções voltadas para as atividades industriais e agroindustriais especializadas.

Em resumo, as feições e os partidos arquitetônicos atribuídos aos antigos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro perpetuaram-se, de tal maneira, nas edificações fábricas dos engenhos centrais, usinas, bem como em propriedades rurais produtivas em geral. Mesmo diante de processos transformativos da tecnologia açucareira e agrícola, em tais espaços acabaram por gerar um tipo singular que assumia uma estética industrial em um contexto agrícola.

A seguir, será descrito brevemente alguns estudos realizados acerca de engenhos, usinas e fazendas localizadas em Pernambuco. Foram estudos desenvolvidos a partir da análise dos elementos construtivos, sua organização e espacialidade, bem como questões sociais atreladas a tais características (Figura 3).

Figura 3 - Vista geral da localização de alguns engenhos e usinas em Pernambuco que foram estudados a partir de sua organização espacial.



Fonte: Google Earth (2022).

#### 2.4.1 Engenho Monjope

Nos estudos sobre o Sítio Engenho Monjope, localizado em Igarassu, Pernambuco, Mesquita (2005), faz algumas considerações a respeito da forte relação entre o ciclo produtivo do açúcar e cachaça com o processo de ocupação portuguesa no país, bem como reafirma o papel efetivo do estabelecimento dos engenhos centrais e usinas na transformação dos engenhos tradicionais em meros fornecedores de insumos.

Em suma, a pesquisa com foco no Engenho Monjope trouxe informações sobre a busca pela adaptação e sobrevivência que muitos proprietários de engenho se submeteram ao incorporar ou suplantam a fabricação de açúcar pela produção de cachaça. O próprio Engenho Monjope representa este tipo de evento, que foi evidenciado por meio de escavações arqueológicas e a identificação dos vestígios e possíveis mudanças estruturais arquitetônicas que demonstram uma transformação produtiva.

Assim como no presente trabalho, Mesquita (2005) também buscou evidenciar a organização dos elementos construtivos de natureza fabril do Engenho Monjope para compreender a conformação do espaço, considerando questões topográficas,

ambientais, históricas, econômicas e culturais, a fim de proporcionar estudos relacionais entre espaço, arquitetura, arqueologia e a história da economia açucareira no Estado.

No caso do Engenho Monjope foram observadas modificações e adaptações das unidades construtivas, sobretudo fabril, para as necessidades físicas e tecnológicas da modificação produtiva. E com relação à organização espacial, fica evidente de acordo com a historiografia e o arranjo das edificações no sítio, a configuração em partido aberto do engenho. Observa-se um grande adro central, onde casa e capela situam-se no ponto mais alto do terreno, e moita e senzala, em local mais baixo, mas ainda dentro do campo visual dos pontos mais elevados da propriedade (Figura 4).

Figura 4 - Modelo gráfico do espaço do Engenho Monjope.  
Detalhe em vermelho da organização espacial (partido).



Fonte: Vera Mesquita (2005).

### 2.4.2 Fazenda/Engenho Maranguape

A pesquisa desenvolvida por Forest (2006), semelhantemente, propôs analisar a organização espacial do sítio Engenho Maranguape, localizado no município de Paulista, Pernambuco, no qual foram encontradas estruturas construtivas associadas a uma possível área de fábrica que poderia ter pertencido a um engenho, além das estruturas da igreja e casa paroquial.

O interessante desta pesquisa investigativa foi contrapor os dados históricos com os achados estruturais e arqueológicos evidenciados. A partir disso, foi questionado desde o princípio a natureza dessas estruturas e se de fato teriam relação com um contexto de produção açucareira, uma vez que apesar do sítio ser tombado em nível Estadual e estar definido como engenho, a documentação existente não faz nenhuma menção sobre engenho ou edificações relacionadas à produção açucareira.

Segundo Forest (2006), o grande objetivo deste estudo foi analisar e compreender o padrão organizacional e a relação das estruturas com o espaço, bem como definir a funcionalidade dos bens construtivos, sustentando-se na hipótese de serem remanescentes de uma propriedade rural produtiva e não um engenho, devido às informações documentais não mencionarem a existência de um engenho no local. Metodologicamente, o estudo teve como base novamente os critérios empregados no estabelecimento de engenhos do século XVII em Pernambuco.

E de fato, até o momento, a partir dos parâmetros comparativos utilizados nesta pesquisa, a terminologia “engenho” entra em questionamento, uma vez que todos os elementos construtivos identificados, a organização espacial do sítio, assim como a materialidade encontrada em contexto, juntas configuram o espaço do sítio como uma propriedade rural produtiva, uma fazenda.

Com relação à configuração espacial do sítio Fazenda/Engenho Maranguape, foi observado que a localização e características das estruturas evidenciadas não concluem se são remanescentes de uma antiga área de engenho ou não. Contudo, tais remanescentes construtivos situam-se em uma porção mais alta do terreno, o que corresponde geralmente a área das vivendas de fazendas de acordo com a historiografia, e a capela e casa paroquial encontram-se a uma distância de mais 200 metros dessas estruturas. Toda a organização de uma certa maneira distingue-se do padrão de organização espacial correspondente à tríade comum das propriedades rurais, tais como engenhos e usinas (Figura 5).

Figura 5 - Localização das unidades construtivas (capela, casa paroquial e estruturas) do Sítio Engenho Maranguape.



Fonte: Google Earth (2023).

#### 2.4.3 Fazenda São Bento

Assim como o propósito deste trabalho, Medeiros (2005) buscou responder algumas questões sobre a problemática da organização espacial nos espaços rurais produtivos, como as fazendas coloniais, através de estudos sobre o Sítio Fazenda São Bento, localizado no município de Abreu e Lima, Pernambuco.

A autora expõe que, a princípio, muitos pesquisadores concentraram esforços nos estudos a respeito da economia açucareira em detrimento de outros segmentos agrícolas atuantes durante este período, tais como as fazendas de produtos agrícolas de subsistência, bem como propriedades que desempenhavam atividades pecuaristas. Ambos segmentos também desempenharam seu papel econômico e político no processo de expansão territorial.

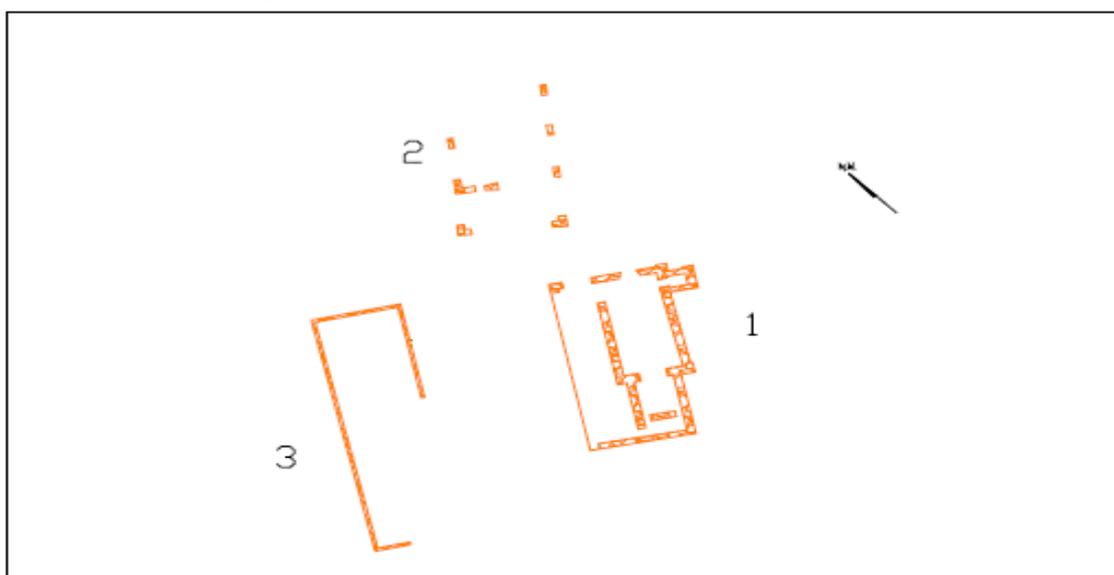
Medeiros (2005) propôs reconstituir e analisar as estruturas construtivas remanescentes da antiga Fazenda São Bento, que no século XVII era uma propriedade pertencente aos Beneditinos. Parte da documentação histórica desta propriedade identifica algumas edificações como capela, casa dos monges, senzalas, olaria, engenho de farinha, bem como elenca uma série de atividades desenvolvidas, tais como a fabricação de itens cerâmicos (telhas, tijolos, louças de cerâmica), o

cultivo de mandioca, milho, feijão, produção de sal, além da produção do forno de cal existente na propriedade.

Logo, a autora também utilizou como método comparativo a organização espacial dos engenhos, assim como baseou-se na premissa de que quaisquer modificações ocorridas nas estruturas e nos espaços de trabalho se dariam por conta das atividades produtivas desempenhadas e que, possivelmente, as fazendas também se organizariam segundo os critérios hierárquicos e organizacionais dos engenhos. E mais uma vez, a relação entre espacialidade e funcionalidade se mostra presente nos territórios rurais produtivos.

De acordo com Medeiros (2005), a distribuição das estruturas construtivas identificadas no sítio (igreja; casa dos monges e a senzala) segue uma configuração espacial semicircular que sugere um modelo organizacional associado às fazendas do século XVII. O posicionamento e relação entre os edifícios neste sítio também evidenciam a hierarquia entre os núcleos sociais que prevaleciam nos espaços de atividade rurais produtivas (Figura 6).

Figura 6 - Localização das estruturas construtivas do sítio Fazenda São Bento.  
Localização das estruturas construtivas do sítio Fazenda São Bento.



Fonte: Mércia Medeiros (2005).

#### 2.4.4 Usinas em Pernambuco

Pernambuco também passou por um momento de reinvenção a partir de processos de transformação e adaptação de espaços de engenhos em usinas sucroalcooleiras devido às mudanças tecnológicas, econômicas e comerciais no meio da produção açucareira.

A pesquisa desenvolvida por Gabriela Campagnol (2008) propôs realizar um estudo que buscou as origens das características e transformações dos espaços agroindustriais sucroalcooleiros em alguns núcleos produtores do Brasil, levando em consideração além dos espaços fabris, os destinados ao convívio e habitação dos trabalhadores. O trabalho buscou desvendar as práticas do poder privado em planejar e controlar a organização e construção destes espaços de vivência e trabalho, tendo em vista que o estabelecimento de usinas de açúcar contribuiu por ocupar, caracterizar e transformar áreas rurais em algumas regiões do Brasil, tais como o Sudeste e o Nordeste. E em sua pesquisa realizou análises a partir do levantamento de algumas propriedades usineiras ativas e inativas localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

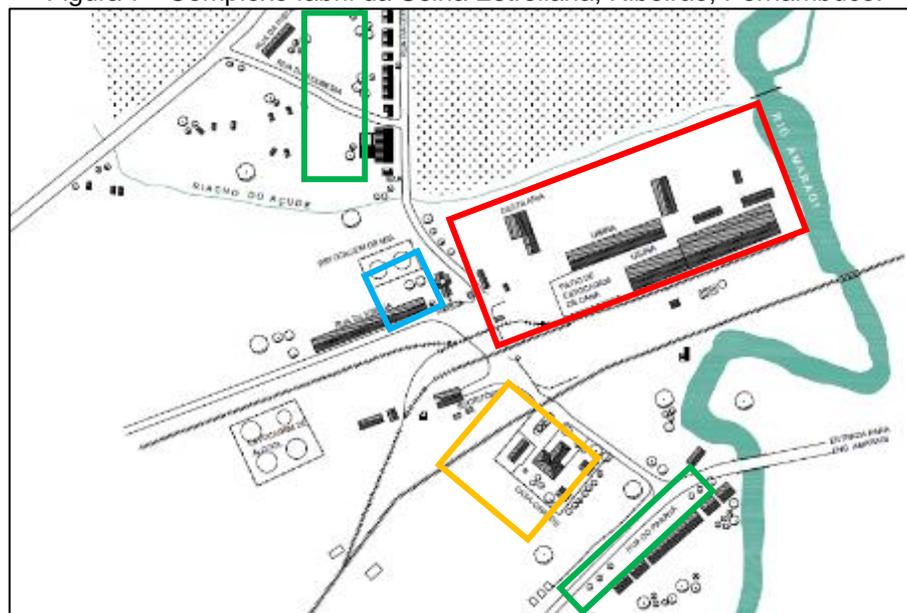
A partir do levantamento realizado por Campagnol (2008) em Pernambuco de usinas fundadas entre o final do século XIX e início do XX como as usinas Catende (Catende-PE); Cucaú (Rio Formoso-PE); Estreliana (Ribeirão-PE); Ipojuca (Ipojuca-PE); Petribu (Carpina-PE); Pumaty (Joaquim Nabuco-PE); Salgado (Ipojuca-PE); Trapiche (Sirinhaém-PE) e União (Primavera-PE) foi possível perceber que os núcleos fabris eram grandes exemplos e estimuladores de ocupação, urbanização, desenvolvimento e controle social em uma pequena escala.

Elementos como a própria fábrica e seus anexos; linha férrea; centros de cunho esportivo; educacional e recreativo; capelas; agrupamentos residenciais e assistência médica eram comuns a quase todas as usinas e geralmente eram dispostos nestes espaços em maior ou menor proporção de acordo com o contingente pessoal e produtivo. De forma geral, eram áreas que detinham um controle social a partir da hierarquização da organização, localização e imponência das unidades construtivas inerentes ao contexto de uma propriedade rural produtiva.

Como exemplo, a organização dos edifícios dispostos no terreno da Usina Estreliana – pátio fabril (vermelho); igreja (azul); casa-grande (amarela); vilas operárias (verde) – mostra que algumas usinas pernambucanas analisadas por

Campagnol (2008) em sua pesquisa, configuram-se a partir de características comuns aos partidos relacionados aos espaços dos engenhos coloniais, no caso, o partido aberto (Figura 7). Uma possível evidência de que o rigor e arranjo construtivo e espacial aplicado à concepção dos antigos engenhos, perduraram e adaptaram-se ao processo de implantação das usinas.

Figura 7 - Complexo fabril da Usina Estreliana, Ribeirão, Pernambuco.



Fonte: Gabriela Campagnol (2008).

Em síntese, observa-se que a instalação de unidades agroprodutivas (engenhos, usinas, fazendas) em áreas não urbanas, sobremaneira, contribuiu enormemente nas transformações do espaço no qual estavam instalados. Devido a isso, além da propagação de grandes áreas de extração, monocultura e impactos ambientais, tais transformações também constituíram povoados e cidades que seriam desenvolvidas e mantidas a partir de atividades agrícolas e industriais em progresso e constantemente conectadas econômica e comercialmente por meio de ferrovias, estradas, canais aquaviários e portos a outras localidades.

Já analisando de maneira isolada as características organizacionais desses espaços agroprodutivos, percebem-se modificações mais particulares que ocorreram ao longo do tempo. Tais mudanças podem ter ocorrido de acordo com os momentos de desenvolvimento da própria tecnologia e por conta de necessidades de adaptação espacial e produtiva a fim de suprir demandas e adequar-se às crises econômicas situacionais. Logo, retomando a discussão sobre os espaços agrofábric e seu

desenvolvimento ao longo dos séculos em que se estabeleceu no Brasil uma cultura sucroalcooleira, de forma geral, entende-se que existem muitas semelhanças e algumas diferenças entre a formação dos engenhos e as usinas.

Compreende-se que os primeiros engenhos, geralmente, possuíam uma menor espacialidade entre os núcleos de produção, moradia e controle entre si. Por vezes, estavam concentrados em apenas um único complexo construtivo subdividido com cada cômodo à sua maneira e função, com espaços independentes, porém anexos. Eram períodos iniciais em que a própria monocultura se adaptava às condições regionais, às demandas do mercado e, ao mesmo tempo, desenvolvia-se uma sociedade rural estratificada.

Já entre os séculos XVII e XVIII, percebe-se um dimensionamento e espacialidade maior nos engenhos. Os núcleos característicos consolidam-se (casa, igreja, engenho, senzala, por exemplo) e tomam seus posicionamentos no espaço de acordo com sua funcionalidade e simbologia. Os edifícios passam a ocupar lugares isolados e de destaque específico dentro do território agroprodutivo. Ênfase na unidade fabril que diante das recorrentes mudanças do modo de produção e das demandas produtivas em ascensão, passou a posicionar-se de forma isolada em áreas mais livres do terreno para possíveis adaptações e redimensionamentos.

O ápice das inovações tecnológicas aplicadas à cultura canavieira, em pleno século XIX, é determinante na modernização dos espaços produtivos que passam a agregar cada vez mais as atividades agrícolas e industriais em um só lugar. Apesar do insucesso dos engenhos centrais, estes começam a implementar a lógica produtiva e espacial que pode ser melhor observada em maior escala nas usinas que se diferenciam dos engenhos, principalmente, em termos de dimensão e autonomia produtiva.

Contudo, as similaridades entre o desenvolvimento e transformações nos espaços de engenhos e usinas ao longo do tempo são marcantes. O que se nota é uma permanência dos núcleos simbólicos e hierárquicos característicos e seus posicionamentos lógicos no espaço. São elementos que se tornam presentes e perpassam o redimensionamento e necessidades adaptativas do modo produtivo.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AMBIENTAL DO SÍTIO FAZENDA MULATA.

A emancipação política do município de Itapissuma é bem recente, pois separou-se de Igarassu apenas no início do ano de 1980. Dessa forma, abordar o desenvolvimento de Itapissuma como território é também discutir seu surgimento a partir do processo de desenvolvimento político e econômico do município de Igarassu, a fim de compreender como o processo de formação territorial e econômica desta região propiciou, de maneira geral, as bases para o estabelecimento da cultura e agroindústria açucareira por meio dos engenhos e usinas, ao longo do tempo.

De acordo com Pereira (2012), foi a partir da implantação da primeira feitoria em Pernambuco (Feitoria de Cristóvão Jacques) em 1516, local hoje conhecido como Sítio dos Marcos, que os colonizadores portugueses exploraram, inicialmente, as terras e seus insumos, como por exemplo o pau-brasil, e buscavam deter o controle territorial e comercial das especiarias e extrativismo.

Porém, com as constantes ameaças de conquista do território por outras frentes de exploração europeias, bem como a eminente necessidade de implantar uma maneira mais efetiva de ocupação e proteção da terra conquistada, em março de 1535, o donatário Duarte Coelho Pereira aporta, por tempo indeterminado, no então conhecido Porto de Pernambuco, localizado na desembocadura do canal de Santa Cruz. Em setembro daquele mesmo ano, após conquista e submissão dos povos indígenas Caetés pelos portugueses, fundou-se a Vila de Igarassu (BARRETO, 2007 *apud* PEREIRA, 2012; LEMOINE, 2008).

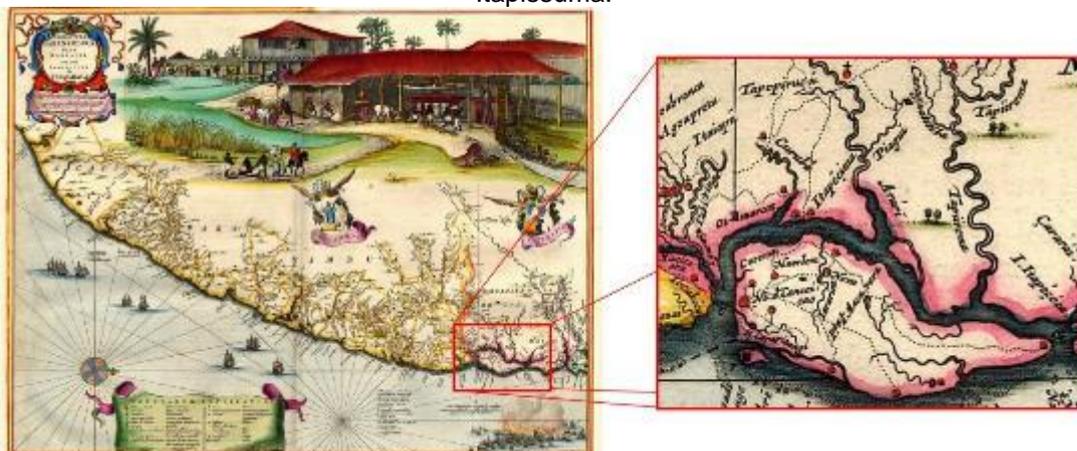
A respeito do desenvolvimento da economia açucareira na região, ao observar o mapa da Capitania de Pernambuco<sup>8</sup> (Figura 8), em destaque para a área de Itamaracá e Igarassu, é importante ressaltar que logo se vê que devido à localização e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na região (situação hídrica e geográfica favoráveis) onde se desenvolveu a Vila de Igarassu e o povoado de Itapissuma, surgem as vantagens do estabelecimento dos primeiros engenhos no

---

<sup>8</sup> PRAEFECTURAE Paranambucae pars Borealis, una cum Praefectura de Itamaraca, "Douzième Volume de la Geographie Blaviane, contenant l'Amérique qui est la V. partie de la Terre. Brasilhis Databes. 2023. Mapa. Disponível em: <<https://brasilhis.usal.es/es/cartografia/praelecturae-paranambucae-pars-borealis-una-cum-praelectura-de-itamaraca-douzieme-volume> > Acesso: 15 Jan. 2023.

local, e como estes espaços fabris, a princípio, viriam ser parte fundamental da grande rede agroindustrial do açúcar em Pernambuco.

Figura 8 - Cartografia da capitania de Pernambuco, 1667. Destaque em vermelho na área de Itapissuma.



Fonte: Brasilhis Database (2023).

Apesar das condições ambientais favoráveis para a instalação de engenhos e de, inicialmente, desempenhar importante papel na produção açucareira da região, de acordo com Pereira (2012), em meados do século XVIII, Igarassu perde relativamente sua posição de destaque no setor. Esta perda ocorre, em partes, devido ao aumento das embarcações que transportavam o produto, bem como pela redução do frete marítimo, colocando sua situação portuária privilegiada em segundo plano, pois gradualmente o porto do Recife passou a assumir uma grande partilha na rota do açúcar. Com isso, aos poucos, Igarassu enfrenta uma estagnação econômica e isolamento comercial no setor açucareiro.

Em relação ao povoado de Itapissuma, de acordo com Fonseca (2009), a nomenclatura do município é originária do tupi-guarani que hoje pode ser interpretada como “Pedra Negra” (“Ita”, pedra; “una”, negra), e para alguns autores, o nome pode ter tido origem também da palavra “Itapicima” que significaria “pedra lisa”, neste caso fazendo menção à rocha ardósia, que era muito encontrada na região.

O local, originalmente, teria sido um aldeamento indígena que, logo após a chegada dos serviços das missões religiosas franciscanas em 1588 liderado pelo Padre Franciscano Melchior de Santa Catarina, tornou-se uma vila. A partir da ocupação holandesa em Pernambuco, entre 1630 e 1654, período ainda vigente da

capitania de Duarte Coelho, foi construída uma ponte primária que ligava a vila de Itapissuma a Ilha de Itamaracá<sup>9</sup> (PEREIRA DA COSTA, 1987; FURTADO, 2010).

Essa atuação constante na área é um mero retrato do que se considerou importante em Itapissuma, que seria seu posicionamento estratégico, condição política como território ocupado e economicamente ativo, além de sua relação com os povoados e vilas do entorno.

Atualmente, Itapissuma é considerada patrimônio da humanidade por ainda conter reservas de Mata Atlântica e, conseqüentemente, estar inserida na APA<sup>10</sup> do Canal de Santa Cruz. É historicamente destacada por ser uma importante região pesqueira, e por seus apelos turísticos, tais como suas iguarias gastronômicas à base de frutos do mar, como por exemplo, a caldeirada, um ensopado de frutos do mar acompanhado de pirão e arroz, e sua orla margeada por um casario histórico que preserva parte de uma arquitetura do período colonial.

Sobre a situação portuária estratégica de Itapissuma, segundo Barreto (2004) apud Furtado (2010), no início do século XX, o trapiche de Itapissuma ainda possuía tamanha importância, pois detinha em torno de 10 barcaças que eram utilizadas para o transporte do açúcar. Tal situação tornou o local um dos portos mais movimentados de Pernambuco, tendo uma considerável parcela da população trabalhando nos diversos armazéns e atividades pesqueiras da região.

No geral, o desenvolvimento territorial e político de Itapissuma deu-se de forma gradual, originando-se como aldeia, povoado, vila, distrito de Igarassu e, posteriormente, cidade. A emancipação do distrito de Itapissuma ocorreu no dia 14 de maio de 1982, sendo elevado à categoria de município do Estado e, por fim, desmembrando-se do município de Igarassu.

### 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO SÍTIO FAZENDA MULATA.

Uma das propostas da presente pesquisa é investigar a história da atuação da Fazenda Mulata no contexto produtivo, econômico e social da região. É importante ressaltar que as fontes documentais a respeito do sítio em questão são escassas, bem como o mesmo ainda não passou por trabalhos arqueológicos de prospecção e

---

<sup>9</sup> Hoje encontra-se completamente remodelada e chama-se ponte Getúlio Vargas.

<sup>10</sup> APA – Área de Proteção Ambiental.

escavação. De tal modo, as origens do sítio apresentam lacunas informativas, o que sinaliza a necessidade de continuidade de estudos históricos e arqueológicos mais aprofundados.

Todos os dados aqui expostos a respeito do sítio Fazenda Mulata são oriundos de relatos orais informais de moradores locais; documentações de acesso público disponíveis na internet; recortes jornalísticos obtidos em bancos de dados digitais; descrições preliminares no relatório do projeto “Primeiros Engenhos Coloniais da Sesmaria Jaguaribe-PE” desenvolvido pela arqueóloga Cláudia Oliveira em 2016; e, documentos históricos do arquivo do Museu de Igarassu que correspondem a um inventário de bens da Família Veiga Seixas datado de 1909<sup>11</sup>. De uma maneira geral, esses documentos apresentam informações pontuais que se referem à existência da Fazenda Mulata, sua atuação e algumas características descritivas a respeito de sua espacialidade e estrutura física, em momentos distintos. São dados que quando reunidos contribuem ao processo revelador de parte da história e atuação desta propriedade rural produtiva.

Portanto, no município de Itapissuma, litoral norte de Pernambuco, localiza-se o sítio Usina Mulata<sup>12</sup>, mais conhecido também como Fazenda Mulata e, atualmente na área do sítio, encontram-se duas edificações visíveis. Segundo Oliveira (2016), a edificação em maior destaque são as ruínas em alvenaria de uma fábrica com chaminé e bueiro. Ainda possui uma área de fornalha e uma casa-grande (vivenda) em seu entorno. Esse tipo de fábrica agroindustrial foi bastante comum no litoral pernambucano desde a década de 1880, em um momento de grandes transformações no setor açucareiro, quando muitos engenhos centrais passaram a ter a tecnologia à vapor em sua força motriz, bem como o surgimento de usinas.

É preciso esclarecer que o sítio em questão possui remanescentes construtivos que ainda resistem ao tempo e que também, dentro do possível, fornecem importantes informações sobre o contexto histórico, possíveis atividades e funções que estão intrinsecamente associadas à proposta analítica da espacialidade, do padrão construtivo e da relação técnica-funcional em um contexto produtivo agroindustrial.

Logo, o sítio Fazenda Mulata (Figura 9), a princípio, trata-se de uma propriedade rural privada que atualmente encontra-se em meio às obras de um empreendimento habitacional. Como já foi mencionado, existem poucas informações

---

<sup>11</sup> Documento histórico sob a guarda do Museu Histórico de Igarassu, Pernambuco.

<sup>12</sup> Sítio com esta nomenclatura cadastrado no CNSA-IPHAN.

sobre seu surgimento e funcionamento. Até o momento foram obtidas apenas algumas informações pontuais de natureza documental e oral sobre a possível origem e história da Fazenda como uma unidade rural produtiva de derivados da cana de açúcar.

Figura 9 - Áreas relativas à casa e fábrica da Fazenda Mulata, Itapissuma-PE.

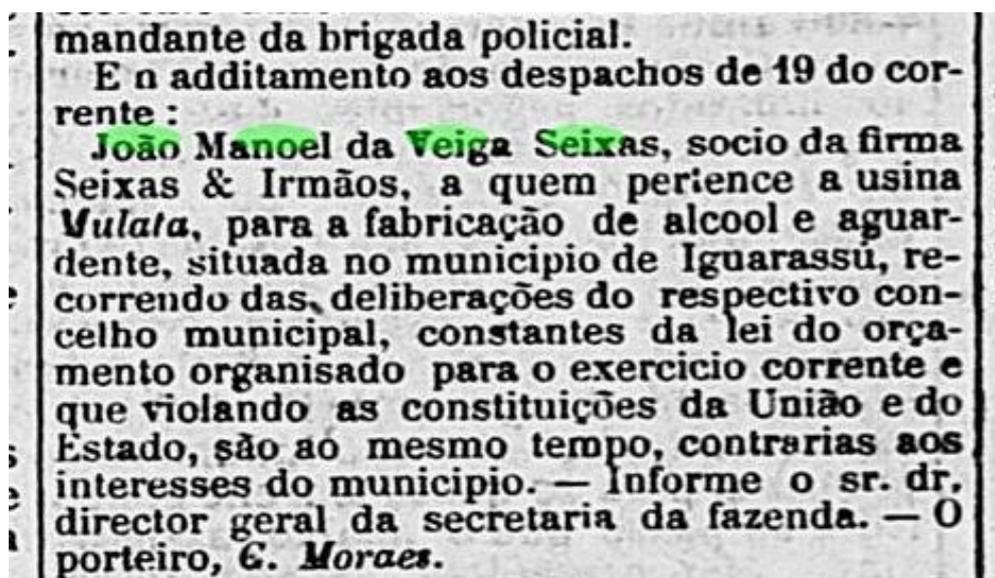


Elaborado por: A Autora (2021).

Os primeiros relatos de moradores locais, por meio de conversas informais, sobre a Fazenda Mulata apontam que a propriedade teria sido do antigo senhor de engenho e Barão de Itapissuma, Epaminondas Vieira da Cunha, já nas últimas décadas do século XIX. No século XX, segundo alguns recortes jornalísticos, a propriedade teria pertencido a família Veiga Seixas, e já como usina, teria produzido álcool e aguardente possivelmente até o início da década de 20 do século XX, a serviço da firma Seixas & Irmãos, para exportação.

Como exemplo destas informações jornalísticas, o jornal recifense “A Província” cujo anúncio datado de 1901 (Figura 10) expressa informações sobre um dos mais antigos proprietários atribuídos à Usina Mulata, João Manoel da Veiga Seixas, sócio da firma Seixas & Irmãos, bem como sobre a produção de álcool e aguardente pela fábrica da propriedade rural.

Figura 10 - Recorte que se refere à Usina Mulata e um de seus proprietários.



Fonte: Jornal A Província: Órgão do Partido Liberal, Recife (1901<sup>13</sup>).

Outro exemplo, também referente ao jornal “A Província”, que entre os anos de 1913 e 1914<sup>14</sup>, anuncia uma série de despachos e transporte da cachaça produzida pela Usina Mulata, por vapores nacionais tais como: o Ceará e Marahú, para a Bahia e Ilhéus, respectivamente, com 100 barris com 4.500 litros (cada embarcação); o Guahyba para o Maranhão com cerca de 50 barris com 4.500 litros; o Itaqui para Porto Alegre com 150 barris com 12.000 litros; o Tocantins para a Bahia com 22-30 pipas com 15.600-16.640 litros; o Commandatuba para a Bahia com 10 pipas com 8.320 litros; o Parus com 19 pipas com 9.880 litros (Quadro 1).

Quadro 1 - Produção e comércio nacional de cachaça da Usina Mulata.

Embarcação	Ano	Produção	Fonte
Vapor Ceará	1913	100/10 barris/4500 litros	Jornal A Província (Recife)
Vapor Marahú	1913	100/10 barris/4500 litros	Jornal A Província (Recife)
Vapor Ghahyba	1913	50/5 barris/4500 litros	Jornal A Província (Recife)
Vapor Itaqui	1913	150/2 barris/12000 litros	Jornal A Província (Recife)
Vapor Tocantins	1913	22 pipas/16640 litros	Jornal A Província (Recife)
Vapor Commandatuba	1914	10 pipas/8320 litros	Jornal A Província (Recife)
Vapor Parus	1914	19 pipas/9880 litros	Jornal A Província (Recife)

Elaborado por: A Autora (2023).

<sup>13</sup> A PROVÍNCIA. Órgão do Partido Liberal. Actos Officiaes. Recife: 22 de fevereiro de 1901. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso: 29 maio 2023.

<sup>14</sup> A PROVÍNCIA. Órgão do Partido Liberal. Exportação. Recife: 17 de julho, 08 de novembro, 09 de novembro, 25 de novembro, 23 de dezembro (Ano 1913); 12 de fevereiro, 22 de maio (Ao 1914). Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso: 29 maio 2023.

Em períodos mais recentes, entre as décadas de 70 e 90 do século XX, algumas documentações de caráter judicial mencionam uma série de desapropriações de terras, cedidas por meio de pagamento de foro, de famílias de agricultores e pescadores. Neste momento, entende-se que a propriedade estava sob responsabilidade da família Alves de Oliveira. Hoje, as terras da Fazenda Mulata abrangem cerca de 1100 hectares e, ao longo dos últimos 10 anos, esta mesma área vem sendo alvo de forte especulação imobiliária, vendas e loteamento progressivo (DECRETO Nº 19749, 1997; DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1983; FURTADO, 2010).

Segundo o Plano Diretor do Município de Itapissuma (2014) atrelado à Lei Complementar nº 895/2014, dentre as diretrizes gerais para uma mobilidade sustentável na cidade, hoje, a área da Fazenda Mulata inclui-se na denominada Zona de Urbanização Preferencial, por se tratar de uma localidade habitada e que ainda possui disponibilidade para futuras ocupações e empreendimentos urbanos. Este aspecto expõe o quadro legal do processo de expansão imobiliária atuante na região e como o patrimônio pode fragilizar-se diante desta exposição. Porém, ao mesmo tempo, as ruínas da Fazenda Mulata<sup>15</sup>, como patrimônio histórico e cultural do município, ainda correspondem como parte integrante do conjunto histórico local e deve estar sob proteção imposta pelas diretrizes de conservação integrada referentes à Zona de Proteção do Patrimônio Histórico Cultural do Plano Diretor.

É registrado, segundo informações do jornal “Diário de Pernambuco”, que em meio a década de 1960, a propriedade da Fazenda Mulata já estava com a sua fábrica desativada e o núcleo residencial servia apenas como casa de temporada e eventos familiares e políticos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1964; 1969).

Sobre isto, Barreto (2010) ainda destaca que na mesma área da Fazenda Mulata, em meio ao processo exploratório de lavra de areia<sup>16</sup>, ocorreram uma série de conflitos por conta de antigas extrações de argila que foram adaptadas para piscicultura, além de antigos arrendatários e agricultores do período de cultivo da

---

<sup>15</sup> Quando me refiro as “ruínas da Fazenda Mulata”, entende-se como a unidade construtiva da antiga fábrica que, de fato, encontra-se em estado de arruinamento. Contudo, é preciso salientar que a morada (vivenda da fazenda) se encontra em bom estado de conservação e ainda em uso.

<sup>16</sup> A área da Fazenda Mulata, em meio a década de 1990 também ficou conhecida pelo denominado “Areeiro da Fazenda Mulata”. Tal designação deu-se porque a área esteve dentre as principais reservas e fontes de mineração de areia comum na região metropolitana do Recife. Trata-se de uma areia de boa qualidade por ocorrer em áreas mais baixas, sob influência de manguezais e rios circundantes, que surge na forma de bolsões ou bancos de areia (BARRETO, 2010).

cana-de-açúcar. Episódios de despejo como este e tantos outros, já ocorriam desde os anos de 1970 a 1980, por motivações de reapropriação de terras ocupadas e utilizadas por antigos trabalhadores e arrendatários da antiga usina e propriedade rural Fazenda Mulata.

Estas ações de desapropriação realizadas pelo Estado foram amplamente motivadas em decorrência da corrida para ampliação e instalação de distritos industriais na região. Dentre essas áreas intervencionadas, está a Fazenda Mulata que tinha parte de suas terras sob propriedade privada e parte pertencente à Marinha (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977; 1979).

Uma publicação do Diário do Congresso Nacional (1983), na seção de assuntos fundiários, expôs de forma clara por parte de representantes políticos da época, informações e denúncias sobre o despejo de várias famílias de agricultores na área da Fazenda Mulata. Tal publicação oficial emitida para o INCRA, reporta que cerca de 150 famílias foram despejadas pelo então proprietário da Fazenda Mulata na época e declara também que as intervenções de despejo teriam ocorrido de forma violenta, com a destruição de bens móveis e imóveis dos residentes. A referida publicação trazia a seguinte notícia:

A propriedade "Fazenda Mulata", sita em Itapissuma-PE, é objeto de um dos milhares de conflitos de terra, verificados permanentemente no Brasil sem qualquer providência das autoridades competentes [...]. Ali, em 1.000 hectares de terra [...] viviam 150 famílias que cultivavam a terra, plantando lavoura de subsistência e fruteiras, vivendo com abundância de alimentos e abastecendo com a sobra de sua produção as cidades vizinhas, pagando foro pelo uso da terra e o chamado "dia de condição", morando em modestas casas por eles mesmos construídas. Em 1977 dali foram expulsos os agricultores por um processo irregular de despejo, no qual não tiveram defesa, lhes sendo negado o direito de retenção por benfeitorias e tendo sido incendiadas suas modestas habitações. A propriedade hoje permanece inexplorada, aguardando o proprietário a valorização imobiliária enquanto os agricultores foram tangidos para a periferia de Itapissuma para viver no desemprego e na miséria (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1983, p.503-504).

Em meio a década de 1990, a área da Fazenda Mulata, também ficou conhecida pelo denominado "Areeiro da Fazenda Mulata". Tal designação deu-se porque a área esteve dentre as principais reservas e fontes de mineração de areia comum na região metropolitana do Recife. Trata-se de uma areia de boa qualidade por ocorrer em áreas mais baixas, sob influência de manguezais e rios circundantes, que surge na forma de bolsões ou bancos de areia (BARRETO, 2010).

Nos longos processos de expulsão e reapropriação de terras, de acordo com Furtado (2010), muitos pescadores que moravam na Fazenda Mulata também foram expulsos e tiveram seu sustento afetado. E próximo àquela região, às margens do canal de Santa Cruz, também ocorria outra ameaça semelhante de comunidades ribeirinhas, em virtude das obras de construção do cais de Itapissuma.

Citar tais eventos agrários ocorridos na área da Fazenda Mulata permitem por um lado, contar parte da história de formação do sítio em uma propriedade rural diversa e funcional que atuava na economia local, e por outro, escancarar estruturas consolidadas de luta de classes e parte da história dos movimentos de luta por políticas de reforma agrária mais eficientes e justas aos moradores e trabalhadores rurais em Pernambuco.

Contudo, ainda diante do exposto sobre tais dados históricos a respeito da Fazenda Mulata e como já foi mencionado, os hiatos documentais acerca da totalidade de sua história de surgimento, funcionamento e atuação no setor açucareiro na região ainda permanece. Assim, são poucos os dados informativos que atestem sobre seu processo de fundação, a quem pertenceu primeiramente, se foi inicialmente um engenho ou engenho central (como é comumente chamado por moradores locais) que transformaram em uma usina em momentos de crise; ou de fato teria sido desde seus primórdios uma usina de produção de açúcar e/ou demais derivados da cana.

Sobre períodos mais recuados da história da Fazenda Mulata, documentos históricos e jornalísticos atestam que a propriedade teria sido em um dado momento, entre o final do século XIX e início do XX, uma Usina Alcooleira que produzia álcool e cachaça. Contudo, alguns recortes jornalísticos mais recentes falam dos momentos áureos do uso do Canal de Santa Cruz e da Acostagem de Itapissuma como locais de trânsito, transporte e escoamento de produtos da região, dentre eles o açúcar oriundo da Usina Mulata (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1967)<sup>17</sup>. Conforme o referido Jornal,

---

<sup>17</sup> Esta foi a única referência documental jornalística que menciona o escoamento de açúcar oriundo da Usina Mulata. As demais referências predominantemente citam a produção e comercialização de álcool e cachaça pela mesma unidade agroprodutiva.

A Vila de Itapissuma, por tradição um povoado de pescadores e barceiros, tem seu posto de acostagem localizado no imenso canal que separa a Ilha de Itamaracá do continente. Já teve sua época de fastígio ao tempo das grandes embarcações a vela que realizavam o transporte de mercadoria através de toda a costa pernambucana. As enormes barcaças que hoje estão rareando, traziam gêneros alimentícios para Itapissuma e dali retornavam carregando cocos, sal, peixes, secos, melaço e rapadura dos engenhos banguês de Itamaracá, e açúcar da usina Mulata (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28 de dezembro de 1967).

Entretanto, sobre a Fazenda Mulata ainda é desconhecida informações mais claras sobre seus primeiros proprietários; os períodos iniciais de atividade e produção da usina, bem como se ocorreram processos transitórios e transformativos na tecnologia, espaço e produção, e como teriam ocorrido.

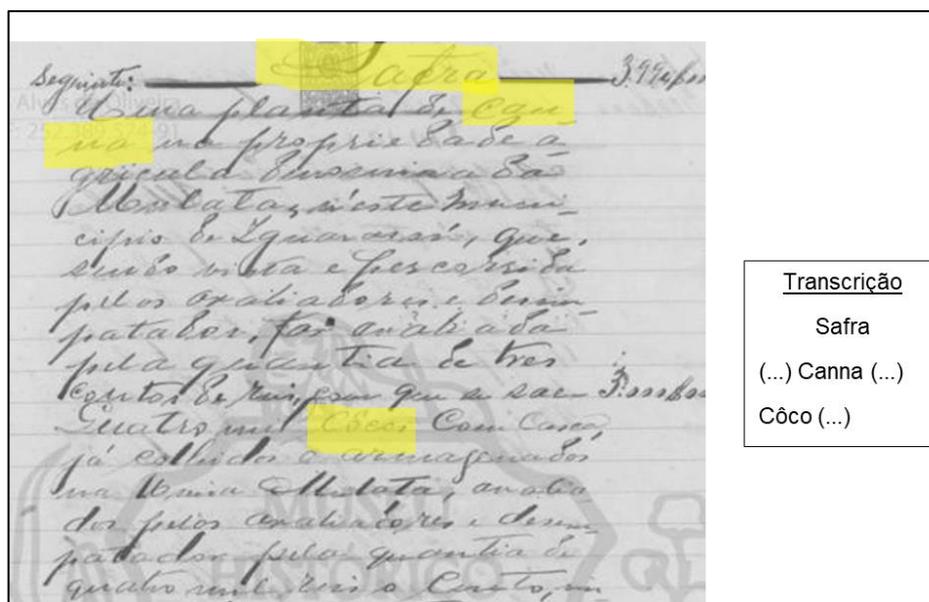
Acerca do documento de inventário de bens da Fazenda Mulata, já mencionado, observam-se indicações quantitativas e monetárias de parte do patrimônio produtivo ou safras da propriedade agrícola (Figura 11)<sup>18</sup>, mostrando a presença de cana de açúcar e cocos colhidos e que permaneciam armazenados nas dependências da Usina Mulata. Nesta mesma seção do documento, foi registrado no item “embarcação” duas unidades (Figura 12)<sup>19</sup>, as quais foram descritas como uma lancha a vela cujo nome seria “Sultana”, além de uma barcaça pequena denominada de “Três Irmãs” (INVENTÁRIO DE BENS, 1909).

---

<sup>18</sup> Transcrição completa: Safra - Uma planta de canna na propriedade agrícola denominada Mulata, n'este município de Iguarassú, que sendo vista e percorrida pelos avaliadores e desempatador, foi avaliada pela quantia de três contos de reis com que se sae. Quatro mil côcos com casca já colhidos e armazenados na Usina Mulata, avaliados pelos avaliadores e desempatador pela quantia de quatro mil reis [ilegível].

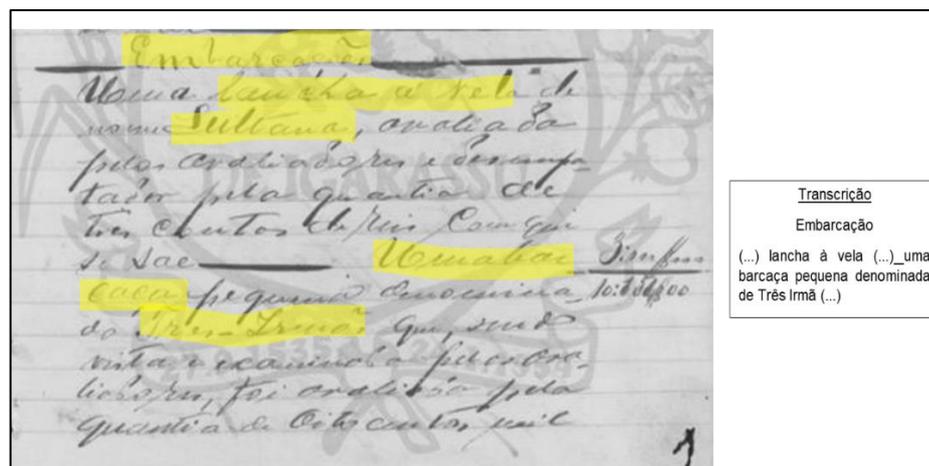
<sup>19</sup> Transcrição completa: Embarcação - uma lancha à vela de nome Sultana, avaliada pelos avaliadores e desempatador pela quantia de três contos de reis com que se sae - Uma barcaça pequena denominada de Três Irmãs que, sendo vista e examinada pelos avaliadores foi avaliada pela quantia de oitocentos mil.

Figura 11 - Trecho do inventário sobre as safras.



Fonte: INVENTÁRIO DE BENS (1909, p. 34).

Figura 12 - Trecho do inventário sobre as embarcações.



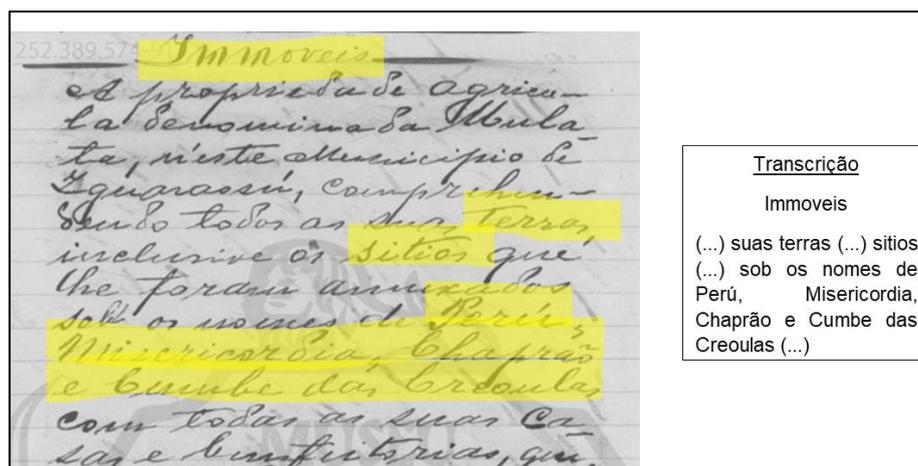
Fonte: INVENTÁRIO DE BENS (1909, p. 34).

Nesta outra seção do documento mencionado acima, são descritos alguns imóveis inventariados que faziam parte do patrimônio da família Veiga Seixas. Logo, é citada a própria propriedade agrícola denominada de “Mulata” que, pertencente no momento ao município de Igarassu, abrangia as terras ou sítios anexados sob os nomes de Peru, Misericórdia, Chapão e Cumbe das Creoulas (Figura 13)<sup>20</sup>. Nesta

<sup>20</sup> Transcrição completa: Immoveis – A propriedade agrícola denominada Mulata, n’este municipio de Igarassu, compreendendo todas as suas terras inclusive as sitios que lhe foram anexados sob os nomes de Peru, Misericórdia, Chapão e Cumbe das Creoulas com todas as suas casas e benfeitorias.

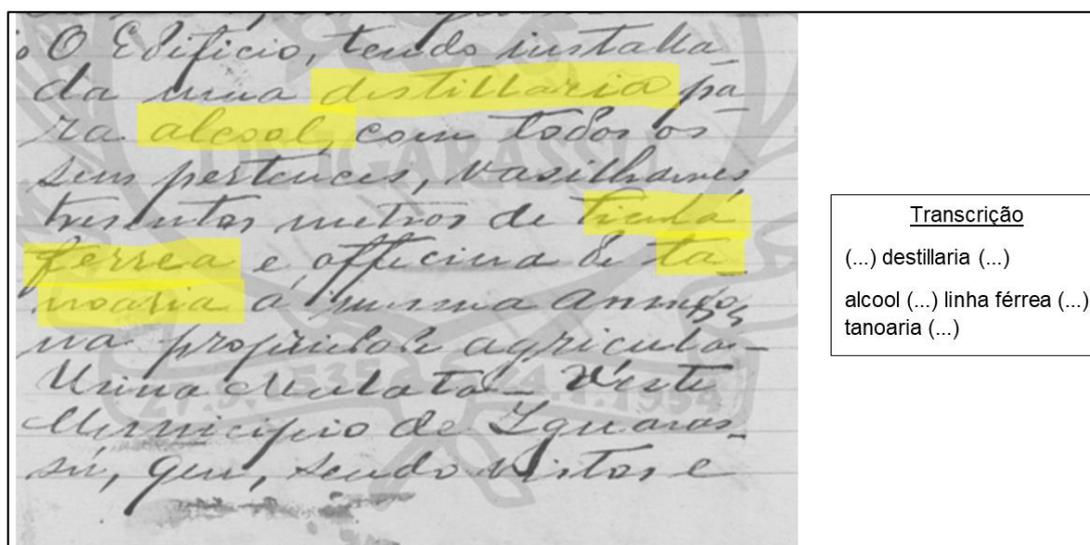
mesma parte, é citada a presença do edifício fabril destinado à uma destilaria de álcool com pertences móveis tais como barris e outros vasilhames, além de instalações de uma oficina de tanoaria e trezentos metros de linha férrea (INVENTÁRIO DE BENS, 1909, p. 34).

Figura 13 - Trecho do inventário sobre as terras e sítios.



Fonte: INVENTÁRIO DE BENS (1909, p. 34).

Figura 14 - Trecho do inventário sobre a destilaria e área fabril.



Fonte: INVENTÁRIO DE BENS (1909, p. 34).

Ainda com base no levantamento de campo dos remanescentes construtivos da área fabril do sítio e relacionando com os alguns itens descritos no Inventário de

Bens (1909), tais como a existência de áreas de plantios agriculturáveis e coqueirais; na área da fábrica e anexos, depósitos com vasilhames para armazenamento, oficina de tanoaria com alguns barris; além de trezentos metros de linha férrea ainda operáveis e demais pertences agregados, observa-se que a Fazenda Mulata teria sido em um dado momento uma propriedade rural agrícola ativa e que teria abrigado em seu edifício fabril, uma usina ou destilaria de álcool (Figura 14)<sup>21</sup>.

Para relatar a situação e atuação da Fazenda Mulata nas primeiras décadas do século XX, antes, é preciso explicar brevemente o contexto histórico vivido pelo setor sucroalcooleiro no mesmo momento. Dessa maneira, de acordo com Andrade (2001), na primeira década do século XX, numerosos engenhos de maior porte foram transformados em usinas e, por outro lado, engenhos de meio aparelho (transição) encerraram atividades por conta do processo de expansão do espaço agrícola e produtivo usineiro. Ainda assim diante da crise, entre 1910 e 1930 houve aumento no investimento e fundação de várias unidades agroindustriais (usinas) na Zona da Mata Norte de Pernambuco, situação esta que iria contra um momento econômico potencialmente desvantajoso.

Já, segundo Perruci (1978), a situação capitalista e os privilégios governamentais beneficiaram o estabelecimento de uma economia usineira mais forte em relação aos antigos engenhos, sendo assim possível uma capacidade de resistir e adaptar-se melhor às circunstâncias de crise. Contudo, a devida importância dessas unidades agroprodutivas passou a decair após o ano de 1930, ao que parece, devido as sequenciais crises açucareiras ocorridas durante o primeiro período republicano e a falta de mercado para o açúcar produzido na região, gerando bloqueios produtivos.

Para entender este contexto de decadência, é importante também compreender a conjuntura política e econômica que culminou nesta situação. Abaixo, de acordo com Perruci (1978), apresentam-se tópicos que explicam a conjuntura de cada momento e seus efeitos no cenário produtivo aqui discutido.

---

<sup>21</sup> Transcrição completa: (...) O Edifício, tendo instalada uma destillaria para alcool, com todos os seus pertences, vasilhames, tresentos metros de linha ferrea e officina de tanoaria á mesma annexos na propriedade agricola Usina Mulata n'este municipio de Iguarassú, que, sendo vistas e (...).

- 1890: curto período de expansão (especulações econômicas pós início do período republicano) e alta dos preços, apesar de dificuldades agrícolas devido as secas de 1888 e 1889;
- 1900: rápida recuperação econômica de preços regionais, porém ocorre estagnação devido a medidas políticas de retenção de despesas públicas;
- 1903: crise e caos econômico após o encilhamento e baixa nos preços, situação a qual foi agravada por agitações políticas no final do século XIX e que repercute em Pernambuco;
- 1903-1904: situação agrava-se devido a péssimas condições climáticas que afetam a safra e, conseqüentemente, a colheita. Oscilação de preços;
- 1906-1913: investimento estrangeiro e política nacional contribuem para uma tendência confortável de alta dos preços. Como efeito, ocorre importante modernização urbana e portuária do Recife;
- 1913-1914: crise mundial, início da 1ª Guerra Mundial e crise financeira regional geram uma baixa nos preços, bloqueios comerciais, paralisação de obras e desemprego;
- 1916-1917: pequena alta dos preços ocasionada por uma boa produção agrícola no Estado que, infelizmente, é rapidamente afetada devido a uma forte estiagem. Ocorrem bloqueios de exportação e importação, crise de abastecimento e greves operárias locais;
- 1918: apesar do fim da Grande Guerra, reavivamento da conjuntura nacional e aumento das exportações, períodos de baixa de preço foram mais frequentes do que os de alta;
- 1922-1924: rápida recuperação regional que é interrompida por crise em 1924;
- 1927-1928: momentânea alta de preços;
- 1928 em diante: economia regional é levada a crise juntamente com o mundo, devido à grande crise de 1929<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Após o fim da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos tornaram-se economicamente hegemônico, passando a serem credores no mercado internacional. A nova situação provocou uma euforia social que mascarava os reais perigos de um rápido crescimento. Logo, em 1929 a crise estabeleceu-se devido a manutenção desenfreada americana em manter o mesmo ritmo de superprodução e especulação financeira, e devido a interdependência econômica de vários países com os Estados Unidos, a crise teve repercussão mundial (ARRUDA; PILETTI, 1994).

Em linhas gerais, a situação econômica dos preços e produção sucroalcooleira em Pernambuco seguia, por um lado, a tendência do mercado mundial e, por outro, sofria oscilações situacionais devido a problemas regionais, como baixa produção agrícola causada por fenômenos climáticos, além de aumento de demanda e falta de incremento produtivo, gerando crises econômicas e sociais locais.

Observando este cenário histórico e correlacionando-o com o contexto da Fazenda Mulata atuante como uma unidade agroprodutiva do setor açucareiro, é possível que seu momento de decadência e desuso coincidam com o que foi discutido por Perruci (1978). Ou seja, os frequentes períodos de oscilação entre momentos de crises econômicas regionais e momentos de recuperação que o setor sucroalcooleiro enfrentou entre 1890 e 1929 (Grande Crise Mundial) e como isso pode ter afetado, sobretudo, a economia açucareira pernambucana e, conseqüentemente, a produção da Fazenda Mulata.

Além disso, observando o quadro abaixo (Quadro 2), ao correlacionar as informações documentais e jornalísticas a respeito da Fazenda Mulata, permitiu-se destacar a linearidade entre a relação do uso dos termos “engenho”, “usina” e “fazenda” e a relação com tempo de atuação e adaptação da própria propriedade agrofábrica e seu processo temporal de decadência. Com isso, além de apresentar as mudanças na terminologia em si, é possível também reforçar a conjectura sobre o dado momento ou período em que possivelmente ocorreu o encerramento das atividades produtivas da usina.

Quadro 2 - Quadro cronológico de uso da Fazenda/Usina Mulata.

Ano	Denominação	Observação
*21843 <sup>23</sup>	Engenho Mulata	Refere-se a José Xavier Cavalcante da Rocha Vanderley como senhor do Engenho Mulata.
		Não fica claro a localização deste engenho (há um engenho com este mesmo nome, porém localizado em Vicência. Fonte: Jornal Diário de Pernambuco. Domingo, 7 de dezembro de 1890, p. 7).
1894 <sup>*3</sup>	Usina Mulata	Ocorre as duas denominações em edições diferentes deste mesmo ano.
1901 <sup>*5</sup> /1904 <sup>*3</sup> / 1909 <sup>*4</sup>	Usina Mulata	Refere-se ao Coronel João Manoel da Veiga Seixas como proprietário na época.
		Referência a produção de álcool e aguardente pela usina.
<sup>*5</sup> 1913/ <sup>*5</sup> 1914/ 1917 <sup>*4</sup>	Usina Mulata	Despacho interno (vapor nacional) de barris de cachaça produzidos pela usina.
1920 <sup>*3</sup>	Usina Mulata	Refere-se a proposta de expansão do raio de ação da usina, devido ao interesse do proprietário na revitalização da ponte Itapissuma-Itamaracá.
1964 <sup>*3</sup> /1965 <sup>*1</sup> /1966 <sup>*1</sup> / 1967 <sup>*1</sup> /1969 <sup>*1</sup>	Fazenda Mulata	Referência recorrente a utilização da casa grande da Fazenda Mulata como local de recepções, festas e encontros sociais, tendo como proprietário na época, Sebastião Lagreca.
		Não menciona a fábrica, bem como qualquer elemento agroprodutivo.
1967 <sup>*3</sup> /1968 <sup>*3</sup>	Usina Mulata	Trata-se de uma retrospectiva jornalística sobre a Vila de Itapissuma. Nesta reportagem a propriedade é denominada como “Usina Mulata” e que a mesma produzia açúcar.
1970 <sup>*3</sup> /1971 <sup>*3</sup> /1973 <sup>*3</sup> /1976 <sup>*3</sup> / 1977 <sup>*3</sup> /1978 <sup>*3</sup> /1979 <sup>*3</sup>	Fazenda Mulata	Já menciona os processos de expulsão de foreiros das terras da fazenda, falta de indenização e irregularidades.
1980 <sup>*1</sup> <sup>*3</sup> /1981 <sup>*3</sup> /1982 <sup>*3</sup> /1984 <sup>*3</sup> / 1985 <sup>*3</sup> /1986 <sup>*3</sup> /1987 <sup>*3</sup> /1989 <sup>*3</sup>	Fazenda Mulata	Expansão do distrito industrial de Igarassu (utilização de parte das terras da fazenda).
		Continuidade de ações de despejo e reivindicações do campo.

Elaborado por: A autora (2023). Fontes jornalísticas: <sup>\*1</sup>Diário da Manhã (PE); <sup>\*2</sup>Diário Novo (PE); <sup>\*3</sup>Diário de Pernambuco (PE); <sup>\*4</sup>Jornal do Recife (PE); <sup>\*5</sup>A Província (PE). Fonte: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

Diante do exposto, entende-se que com a amplitude do contexto crítico que a economia sucroalcooleira vivenciou nos primeiros momentos do século XX, possivelmente a Fazenda Mulata como uma usina alcooleira também passou por situações de mudança, crise, decadência e reinvenção.

<sup>23</sup> A menção mais antiga do jornal Diário Novo (1843), a respeito da propriedade rural produtiva denominada como “Engenho Mulata” não se sabe ao certo se pertencia a Igarassu ou Vila de Itapissuma na dada época. Porém, nesta sessão do periódico jornalístico que expõe informes de um grupo chamado de “Sociedade Euterpina”, são citados dentre vários assuntos, avisos a respeito de fuga de escravos do Engenho Inhamã (Igarassu) e Engenho Tapira (Jaboatão dos Guararapes), bem como uma convocação do senhor do Engenho Mulata para apresentar-se em um dado endereço.

Analisando as informações do quadro explicativo acima (Figura 16), nota-se que entre as primeiras menções até as publicações jornalísticas, os termos “engenho” e “usina” coexistiram, porém com a predominância do termo “usina”. Dito isto, o uso de “usina” como denominação fortalecia, naquele momento, a realidade da Fazenda Mulata como uma unidade produtiva e, de fato, uma usina alcooleira.

A lacuna entre 1921 até 1963, traz à tona o questionamento do que teria ocorrido com a propriedade neste momento. Mudanças de proprietário e cessamento das atividades como usina ocorreram, mas informações detalhadas sobre tal processo não foram obtidas até o momento.

A partir do ano de 1964, observa-se a predominância do uso do termo “fazenda”. A mudança da terminologia pode indicar o processo de adaptação e reinvenção da usina, que não mais produzia derivados da cana, para uma propriedade rural produtiva que praticavam outros tipos de atividades agrícolas (plantio de coco e extração de areia, por exemplo).

Além das mudanças produtivas, o uso do espaço como local recreativo e social é consideravelmente enfatizado neste momento, bem como, a partir do ano de 1970, ganha-se destaque toda questão agrária e a respeito dos impactos ocasionados na vida de antigos trabalhadores, arrendatários e comunidade do entorno.

### 3.2 CONTEXTO AMBIENTAL DA ÁREA SÍTIO FAZENDA MULATA.

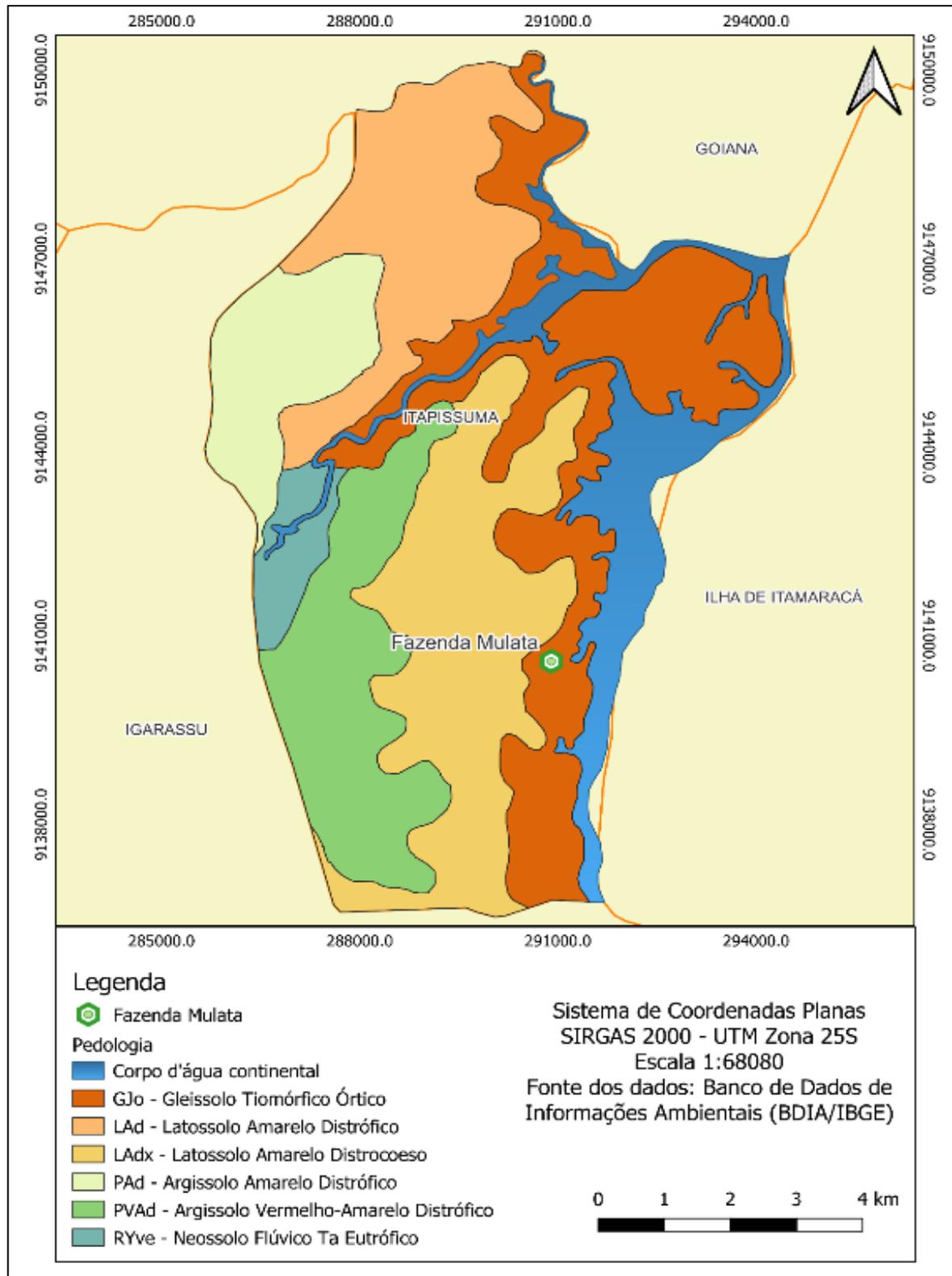
Ainda que os dados históricos apontem que a área da Sesmaria Jaguaribe abrange oficialmente os municípios de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, podemos inserir o sítio Fazenda Mulata nesta contextualização. Isto explica-se pelo fato que até início dos anos 1980 Itapissuma era distrito do município de Igarassu, logo, localiza-se diretamente na antiga área de influência das terras da antiga Sesmaria. De acordo com os dados obtidos até o momento, o sítio Fazenda Mulata, possivelmente, surgiu entre meados e fim do século XIX. A Sesmaria Jaguaribe é objeto de estudo há anos e abrange sítios históricos, como engenhos e fazendas, que contextualizam semelhantemente com a história do açúcar na região e, dessa forma, é necessário descrever os elementos ambientais e históricos da área e correlacioná-los com as condições situacional e espacial do sítio estudado.

O sítio Fazenda Mulata localiza-se no município de Itapissuma, litoral norte de Pernambuco, especificamente sob as coordenadas geográficas 07°46'12,88" S e

34°53'45,70" O. Em um contexto geológico mais amplo, a área de estudo encontra-se inserida na Província Borborema, constituída por sedimentação da Formação Beberibe, especificamente do grupo Barreiras que é uma das unidades geológicas mais abrangentes localizada na zona litorânea (CPRH, 2003; CPRM, 2005).

No contexto do grupo Barreiras, é marcante a constituição argiloarenosa dos depósitos sedimentares (Latosolos e Argissolos, por exemplo. Ver Figura 15), portanto, os solos neste tipo de ambiente são mais úmidos e possuem propriedades mais férteis por motivos da proximidade com lençóis freáticos. Dessa forma, áreas como essas são largamente utilizadas para o cultivo de cana-de-açúcar, plantações de árvores frutíferas e pastagem, bem como para a instalação de núcleos rurais e urbanos, além de parques industriais. Tudo isto leva ao avanço de empreendimentos e exploração da construção civil que afetam áreas com potencial arqueológico e com sítios já reconhecidos e registrados, como por exemplo, o caso da área do sítio Fazenda Mulata (CPRH, 2003; CPRM, 2005).

Figura 15 - Mapa pedológico de Itapissuma e localização da Fazenda Mulata.



Elaborado por: A Autora (2023).

Com relação aos recursos hídricos da área de estudo, a mesma é integrada por rios que fazem parte das bacias de Goiana, Botafogo-Aratuca, Paratibe, Igarassu,

Timbó, Itapessoca, Jaguaribe, além de ser margeada pela própria APA<sup>24</sup> de Santa Cruz. Toda esta malha hídrica também conta com bacias de pequeno porte, cujos rios nascem já próximo a área costeira e deságuam no próprio Canal de Santa Cruz, bem como no Oceano Atlântico (CPRH, 2003; 2018).

A vegetação presente na área de estudo corresponde à reservas de conservação variada de Mata Atlântica, representada por uma cobertura vegetal exuberante e rica em biodiversidade; além de unidades de ecossistemas costeiros associados a manguezais e restingas que, devido à riqueza biológica, tornam-se berçários naturais para espécies faunísticas endêmicas e migratórias, as quais englobam, sobretudo, várias espécies de peixes, moluscos e crustáceos, bem como répteis, anfíbios, mamíferos e aves (CPRH, 2018).

Especificamente, com relação à flora, tal área ainda abriga plantas típicas dessas unidades ambientais, tais como Imbiriba (*Eschweleira ovata*), Sucupira (*Sloanea guianensis*; *Bowdichia virgillioides*), Murici (*Cupania revoluta*), Ingá (*Inga edulis*), Macaíba (*Psychotria sessilis*; *Acrocomia intumescens*), dentre outras espécies da Mata Atlântica; Nas áreas de restingas, ainda encontram-se espécies como o Araçá morango (*Psidium guianensis*), Cajueiro (*Anacardium occidentale*), Mangabeira (*Hancornia speciosa*), Maçaranduba (*Manilkara huberi*) e o Angelim (*Dinizia excelsa Ducke*); e nas áreas de manguezais, as espécies mais frequentes são Mangue-vermelho (*Rizophora mangle*), Mangue-preto (*Avicennia schaueriana*), Mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e o Mangue-de-botão (*Conocarpus erectus*) (CPRH, 2010; 2018).

No âmbito faunístico dos biomas que caracterizam a área de estudo, encontram-se espécies nativas, exóticas, bem como espécies ameaçadas de extinção. Dentre as espécies levantadas, ainda são encontrados répteis como o Jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*); anfíbios como a Perereca (*Phyllomedusa nordestina*); mamíferos como a Preguiça-de-garganta-marrom (*Bradypus variegatus*) e o Tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*); aves como o Tarambola-cinzenta (*Pluvialis squatarola*),

---

<sup>24</sup> A Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz foi criada em 2008, engloba os municípios de Itapissuma, Ilha de Itamaracá e parte de Goiana, e sua criação tem os objetivos de proteger a diversidade biológica e os recursos hídricos e todo o complexo estuarino, de disciplinar o processo de ocupação do solo, de preservar a mata ciliar composta por reservas de Mata Atlântica e áreas de restingas e manguezais, bem como assegurar a conscientização e sustentabilidade do uso dos recursos naturais da área (CPRH, 2018).

Maçarico-de-costas-brancas (*Limnodromus griséus*), Trinta-réis (*Sterna hirundo*) e o Pica-pau-anão-de-pintas-amarelas (*Picumnus exilis*), por exemplo (CPRH, 2018).

Esta região por ainda possuir fragmentos de unidades preservadas são verdadeiros refúgios de vida silvestre, porém os mesmos ainda sofrem a pressão de agentes poluidores, sobretudo antrópicos, ocasionados principalmente pelo vasto e impactante cultivo de plantações de coqueiros e cana-de-açúcar, bem como a própria proximidade com os centros urbanos e áreas de expansão.

Ao estudar a situação arquitetônica dos engenhos em Pernambuco, Gomes (2006) aponta que o cultivo da cana-de-açúcar no Estado concentrou-se majoritariamente na Zona da Mata, devido ao solo do tipo massapê e barro vermelho que seriam mais apropriados à cultura canavieira; além de índice pluviométrico mais regulares.

Sendo assim, deve-se reforçar o fato de que, em um primeiro momento, as condicionantes ambientais e a disponibilidade de recursos desempenharam um importante papel no processo de estabelecimento e prosperidade de engenhos em Pernambuco. Como exemplo destes fatores condicionantes, aponta-se proximidade de cursos d'água para força motriz e escoamento da produção; e de concentrações vegetais mais densas que poderiam fornecer matéria prima para as fornalhas dos engenhos (GOMES, 2006).

É importante apresentar as características ambientais da área em questão, pois é possível identificar a presença de fatores influenciadores e condicionantes para o processo de exploração e ocupação das terras por parte de propriedades rurais, centros urbanos e unidades industriais que se instalaram ao longo dos anos. De acordo com Oliveira (2016), fica evidente que desde o início da colonização no país, áreas como essa tornaram-se objeto de interesse e, inevitavelmente, foram sendo devastadas por monoculturas. Tamanha destruição torna-se cada vez mais comum atualmente devido ao crescimento desenfreado de áreas urbanas e rurais; projetos imobiliários e de lazer; propriedades rurais extrativistas, além da instalação de grandes parques industriais.

#### **4 O SÍTIO FAZENDA MULATA: ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E ESPACIALIDADE**

Em meio às mudanças econômicas, tecnológicas e estruturais, paulatinamente, surge uma lógica construtiva e organizacional em torno das edificações rurais e produtivas. Sobre isso, é importante contextualizar com o que Santos (2011) afirma sobre as transformações ocasionadas pela Revolução Industrial, uma vez que, surgiram novas demandas de organização do espaço tornando-se imperativa uma configuração construtiva própria para as atividades industriais. E assim, a tipologia fabril vai sendo moldada, transformando-se na medida em que ocorrem as inovações tecnológicas.

As primeiras inferências para compreender parte do arranjo construtivo do espaço agrofábril da Fazenda Mulata partem da consideração de que o ambiente construído e os remanescentes construtivos são uma possível ferramenta analítica para investigar as construções do açúcar como um processo dinâmico possivelmente condicionado pelas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas.

De acordo com alguns referenciais discutidos nesta pesquisa, em uma escala macro, os engenhos e, posteriormente, as usinas podem ser vistas como elementos responsáveis por transformações em áreas rurais e citadinas também. E com isso, segundo Campagnol (2008), surge uma tendência em se pensar que não houve um planejamento de construção e ocupação da zona rural. Pelo contrário, houve um próprio planejamento destinado às “construções do açúcar”, o qual sofreu transformações ao longo do tempo por questões tecnológicas e adaptativas, mas que em suma seguiu um devido padrão construtivo e espacial.

A fim de introduzir a descrição do espaço agrofábril do sítio Fazenda Mulata é importante retomar, brevemente, alguns aspectos discutidos para melhor fundamentar a apresentação dos dados. Segundo Campagnol (2008) um dos elementos mais representativos da arquitetura fabril é a chaminé e a respeito das unidades agrofábricas açucareiras, este mesmo elemento se tornou um ícone identitário, pois são símbolos de uma modernização que atingiu a produção do açúcar no Brasil desde o final do século XIX até meados dos anos de 1940. Esta mesma autora ainda afirma que a ordem própria construtiva desses núcleos fabris segue uma justaposição entre uma configuração urbana e rural herdada dos engenhos coloniais que agregam espaço de habitação e trabalho.

Seguindo este contexto, de acordo com Gomes (2006), desde o século XVI, as fábricas tiveram seus desenhos determinados pelo pragmatismo funcionalista. Às vezes resumia-se a um simples telhado apoiado em colunas de alvenaria de tijolos. Sua planta era basicamente retangular, refletindo o desenvolvimento linear das atividades fabris. As tarefas complementares realizavam-se em construções anexas que, geralmente, eram extensões do próprio telhado principal da fábrica. O telhado, por vezes, poderia apresentar-se em quatro águas ou mais e, poderia conter aberturas para permitir a exaustão do calor e do vapor resultantes das tarefas fabris. Já no século XIX, a configuração das plantas baixas desses espaços fabris em determinados formatos ("L", de "T" ou cruz), além da instalação de altas chaminés em alvenaria surgem, principalmente, a partir de sugestões dos próprios fabricantes de máquinas a vapor, tecnologia que passou a ser amplamente utilizada no setor sucroalcooleiro.

Apesar de Campagnol (2008) afirmar que a partir da simples observação dos núcleos construtivos usineiros em si é possível identificar elementos presentes de antigas unidades produtoras, tais como os engenhos. Por exemplo, algumas usinas preservaram posicionamentos marcantes, tais como a localização em cotas altas e visíveis da casa do proprietário com importante visibilidade do conjunto fabril e dos demais núcleos associados que geralmente estão em cota mais baixa e próximo de fontes de água, bem como outras características de setorização e hierarquia pertinentes a estes conjuntos rurais. Ainda assim, podemos afirmar que em espaços relacionados a usinas, o ambiente de produção sofreu significativas modificações dimensionais e arquitetônicas.

No geral, a respeito das unidades construtivas agrorurais e sua funcionalidade, a partir de pesquisas nesta temática apontadas anteriormente, percebe-se a presença de um rigor construtivo e características semelhantes no desenvolvimento e transformação construtiva ao longo do tempo. Sendo assim, no contexto de engenhos, elementos como uma planta baixa longitudinal com vãos e anexos que abrigavam setores específicos da cadeia produtiva (caldeiras, moenda, casa de purgar e armazém, por exemplo); paredes e chaminés em alvenaria de tijolos, telhado em quatro águas ou mais, possíveis aberturas para exaustão de calor, são comuns a estas construções. Tais elementos perduraram, porém sofreram alterações ao longo de sua continuidade no processo de transformação e surgimento dos engenhos centrais e usinas.

E no que diz respeito aos engenhos centrais e usinas, neste percebe-se a presença de algumas características industriais contínuas que fogem um pouco da tipologia tradicional dos engenhos coloniais. Dessa forma, elementos como plantas retangulares subdivididas; horizontalidade e verticalização das plantas; presença de muitos vãos (portadas e janelas) em arco; fachadas com frontão e óculo para iluminação; venezianas para ventilação; profusão de feições lineares, tais como pilastras e cunhais com inspirações ecléticas de um estilo arquitetônico com inspirações que remetem, sobretudo, aos traços Neoclássicos<sup>25</sup>; bem como os ícones industriais, as chaminés cilíndricas em alvenaria de tijolos.

Tendo como base os aportes metodológicos e os estudos de caso apresentados sobre engenhos e usinas em Pernambuco, pode-se inferir, inicialmente, algumas características construtivas e espaciais dos ambientes agroindustriais. A aplicabilidade desta análise sugere que nestes espaços alguns elementos como a chaminé; a presença de vãos e aberturas ao longo das fachadas; espaços amplos e modulados e a busca pela iluminação e ventilação natural, tornaram-se aspectos comuns da linguagem formal da arquitetura fabril e agrofábrica no Brasil.

#### 4.1 A CASA

A casa-grande, em si, é um dos elementos construtivos de maior destaque em estudos sobre contextos de engenhos, principalmente em Pernambuco. No caso da Fazenda Mulata, a casa é um dos marcos históricos mais reconhecidos de Itapissuma, sendo comumente denominada como o “casarão da Fazenda Mulata”.

Segundo Gomes (2006), é possível identificar a partir de características essenciais a recorrência de alguns tipos arquitetônicos que são comumente empregados nas construções das casas grandes em engenhos. Tipos portugueses ou “nortenhos”, comuns nos primeiros engenhos, com casa de taipa, planta retangular ou quadrada, dois pavimentos apoiados sobre colunas de madeira ou alvenaria de tijolos, e podendo apresentar varandas inseridas no meio da fachada sendo ligadas por escadas internas ou externas, formando verdadeiros alpendres; outro tipo

---

<sup>25</sup> “Estilo arquitetônico inspirado na arquitetura greco-romana, predominante na Europa da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX. Representou uma reação aos excessos formais e decorativos do Barroco tardio e do Rococó. (...) Expressa-se pelo tratamento linear e em superfície da construção, cuidadosa simetria, uso de cantaria e de pilastras, destaque nas escadarias, ornamentação restrita aos frontões quase sempre triangulares.” (ALBERNAZ; LIMA, 1998, p. 406-407).

recorrente e muito comum no século XIX, seria o “solar” com dois pavimentos, em alvenaria de tijolos ou pedra (portais e vãos), com planta retangular, escada interna, podendo ter alpendres, porém justapostos ao edifício como anexos; outro tipo seria as casas formadas por um único núcleo construtivo, retangular, em alvenaria e marcadas pela presença de arcadas ou pórticos que cortam algumas de suas fachadas. Um outro tipo que se tornou comum na metade do século XIX por conta da multiplicação do quantitativo de engenhos e demanda produtiva, foi o de casas com apenas um pavimento, planta retangular, alvenaria de tijolos, alpendres cobertos em formato de “U” ou “L”, e escada de acesso ao patamar da casa.

Um outro tipo que é muito associado aos engenhos mais recentes e que se tornou recorrente no período de transição entre os séculos XIX e XX, é o tipo que Gomes (2006) denomina de casas “chalé”. Sobre isso, este mesmo autor afirma que este tipo de casa geralmente estaria associado às fazendas de cana e não diretamente ao engenho em si, devido ao surgimento e predominância das usinas nesse período. Logo, as características básicas desse tipo de casa seriam: um ou dois pavimentos podendo haver um pequeno porão que aproveita o desnível do terreno, estruturas portantes internas e externas, presença de elementos ecléticos como óculo, janelas e portas com bandeiras ogivais, alvenaria em tijolos, telhado em duas águas e alpendre com telhado independente.

Associada à fábrica, encontra-se a casa-grande ou vivenda (Figura 16) que sendo outra edificação em destaque no sítio, está bem preservada e ainda em uso como sede familiar e base de apoio administrativa do empreendimento habitacional. Estruturalmente e esteticamente apresenta duas águas e dois pavimentos; portas, janelas e vãos ogivais; além de óculos nas fachadas frontal e posterior (Figura 17). Também possui algumas adições e adaptações como a cozinha e área de serviço em anexo, bem como um alpendre lateral (Figura 18). De acordo com os tipos descritos por Gomes (2006), observa-se que a casa ou vivenda da Fazenda Mulata segue um padrão estético que acompanha o estilo eclético do tipo “chalé”, o qual foi surgindo na região durante o final do século XIX, tornando-se muito popular nas primeiras décadas do século XX em propriedades rurais como usinas.

A casa ou vivenda da Fazenda Mulata muito representa o setor dominante de uma propriedade rural típica do contexto açucareiro brasileiro. Seu posicionamento, dimensão, arquitetura e até mesmo seu estado de conservação diz muito sobre a necessidade de manter-se uma imagem de poder e controle sobre o espaço fabril e

em detrimento do mesmo, uma vez que, no caso da Fazenda Mulata, a fábrica encontra-se em estado de arruinamento.

Figura 16 - Imagens 1 e 2. Fachadas frontal e lateral da casa da Fazenda Mulata.



Fotos: A Autora (2020).

Figura 17 - Imagens 1 a 3. Fachadas e elementos estéticos ecléticos.



Fotos: A Autora (2020).

Figura 18 - Imagens 1 a 3. Acréscimos (área da cozinha e serviços; alpendre).



Fotos: A Autora (2020).

## 4.2 A FÁBRICA

A partir do levantamento de campo no sítio Fazenda Mulata, foi possível identificar alguns elementos característicos de construções agroindustriais na edificação fabril remanescente. Observa-se na área da antiga fábrica, uma edificação de alvenaria em tijolos com cunhais denticulados nas extremidades; vãos (janelas e portadas) em arco e com óculos em pontos estratégicos e elevados. Boa parte do edifício já se encontra sem cobertura e porções sem reboco, expondo parte da alvenaria. As fachadas da unidade fabril são as que mais se destacam na paisagem e, conseqüentemente, as que mais possuem características importantes para a análise de um possível padrão construtivo.

A partir de uma visão geral, é possível observar algumas características marcantes do estilo arquitetônico Neoclássico no edifício, tais como: o frontão triangular que coroa e ao mesmo tempo arremata o setor do telhado em duas águas; presença de elementos construtivos para melhorar a iluminação e ventilação, como óculos, bandeiras e venezianas nos vãos (portas e janelas); além da forte presença de cunhais, cimbalhas, pilastras semiembutidas e molduras que asseguram a estrutura como um todo, além de funcionarem como guarnições que unificam e enquadram de forma regular as principais faces do edifício. Logo, tem-se uma construção que segue um rigor construtivo e estético comumente observado em outros contextos fabris rurais e urbanos similares no país (Figuras 19 e 20).

Figura 19 - Engenho Central do Porto Real, Resende-RJ (1885 e hoje).



Fontes: Gomes (2006); <http://mapadecultura.com.br> (2023).

Figura 20 - Engenho Central Laranjeiras. Itaocara-RJ (1948 e hoje).



Fontes: <https://www.serranews.rj.com.br> (2011); <http://mapadecultura.com.br> (2023).

Em detalhe, a fachada sul (Figura 21 - Imagem 01) possui, aparentemente, duas partes distintas que são separadas por uma pilastra. A primeira parte seria formada por três portas em arcos encimadas, com dois óculos, além de um frontão e a segunda parte é composta por uma espécie de torre quadrada, com porta central obturada, acima desta, observam-se dois óculos ao centro, finalizada por uma cimalha simples. As extremidades da fachada são arrematadas pelos cunhais denticulados. Em alguns vãos em arco preservaram-se bandeiras em leque de ferro que figuram lanças.

A fachada leste (Figura 21 - Imagens 02 e 03), a de maior dimensão, obviamente possui características semelhantes à fachada oeste. Claramente, percebe-se três setores, os quais são unidos por pilastras e arrematados por cunhais denticulados. Os setores da extremidade possuem vãos (janelas e portadas) em arco, separados por pilastras e o setor central, com fachada mais alta, aparentemente possuía dois pavimentos e também apresenta vãos, portadas em arco com bandeiras em leque de ferro que figuram setas e janelas elevadas e estreitas com venezianas em madeira.

Na porção lateral da edificação ou fachada oeste (Figura 21 – Imagem 04; Figura 22 – Imagens 01 a 03), observa-se uma prolongação do edifício, constituindo-se em dois cômodos ainda com parte da cobertura e fachadas com portas em arco, uma delas com gradil em ferro e outra com bandeira em leque de ferro que também figuram setas. Na fachada posterior, apesar da visibilidade comprometida por conta da vegetação, ainda é possível observar o arremate com cunhal denticulado e cimalha simples (Figura 23 – Imagens 01 e 02). E por fim, na ala oeste da edificação, setor voltado para a casa grande, encontra-se erigida a base e a chaminé única e cilíndrica, em alvenaria de tijolos com coroa de ferro fundido que adorna o topo, e a abertura do bueiro (Figura 24 – Imagens 01 e 02).

Figura 21 - Imagem 01. Fachada Sul; Imagens 02 e 03. Fachada Leste; Imagem 04. Fachada Oeste (fábrica da Fazenda Mulata).



Fotos: A Autora (2021).

Figura 22 - Imagens 01 a 03 apresentam detalhes da Fachada Oeste da fábrica.



Fotos: A Autora (2020).

Figura 23 - Imagens 01 e 02 apresentam detalhes da fachada Norte da fábrica.



Fotos: A Autora (2020).

Figura 24 - Imagem 01. Chaminé; Imagem 02. Em detalhe, a fornalha da fábrica.



Fotos: A Autora (2020).

Segundo, Oliveira (2016), esse tipo de feição estética associada a edifícios fabris já se fez muito presente em outras edificações do porto do Recife, tais como alguns armazéns e alfândegas, ou seja, edificações de caráter industrial, nas quais também foram adotadas o uso de óculos nas fachadas como vãos de iluminação e ventilação, além de torres e cimalthas.

A respeito da planta baixa (Figura 25)<sup>26</sup>, a princípio, o que foi observado em campo; por imagens de satélite; além de vídeos e imagens de drone, de um ponto de vista geral, trata-se de uma planta predominantemente retangular com seções anexas. A porção maior da planta é inteiramente retangular com um pavimento e o centro unido por uma torre de dois pavimentos. E por fim esta área principal, na porção leste, liga-se a parte posterior onde possui os cômodos anexos com propósitos ainda não identificados.

Quanto aos espaços ou cômodos internos do edifício fabril, diante da natureza da pesquisa ser inicial e por meio dos dados preliminares levantados até o momento, ainda não é possível inferir precisamente a funcionalidade específica de cada setor. Por isso, em um momento posterior, seria preciso aprofundar mais as pesquisas e os trabalhos de levantamento arqueológico que podem envolver a prospecção do contexto material e estratigráfico do sítio, bem como da própria edificação uma vez que a mesma pode conter importantes informações sobre fases e mudanças construtivas sofridas ao longo do tempo.

Gama (1983) menciona que as plantas fabris em formato de cruz foram mais recorrentes nas regiões açucareiras, pois eram possuidoras de uma configuração mais internacionalizada. A lógica e a funcionalidade produtiva de espaços como esse eram parcialmente comprometidas devido às compartimentações ou recintos produtivos (por exemplo, setor das moendas, caldeiras, purga e destilação), porém no processo de transição de engenhos para usinas, ainda se observava a adoção ou manutenção das plantas em cruz.

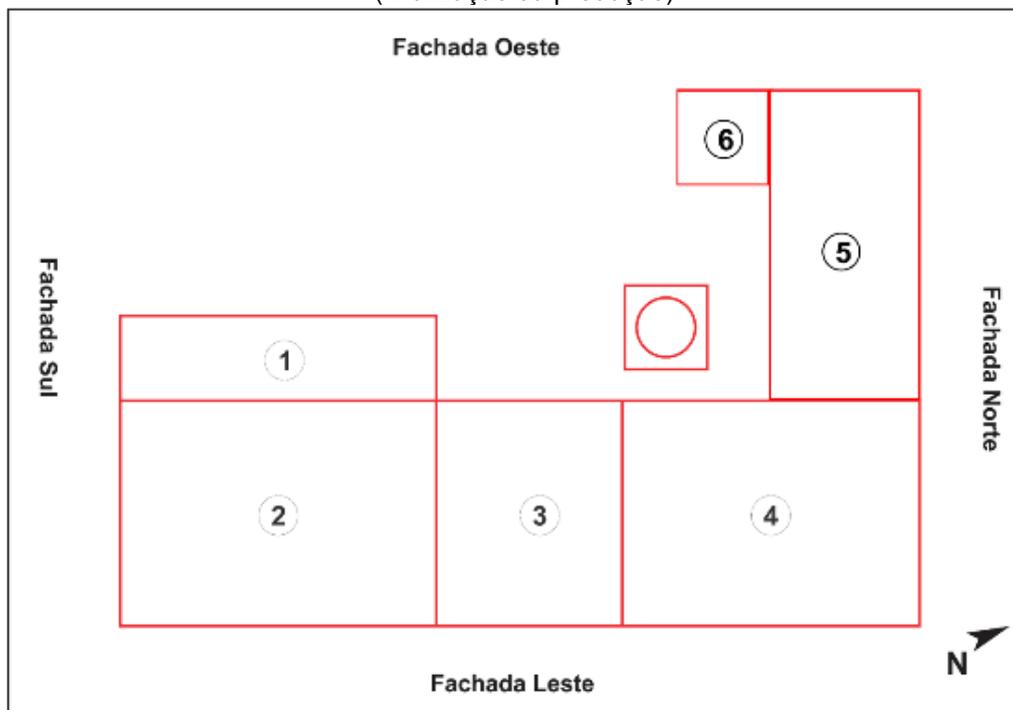
Este mesmo autor comenta que tais plantas (formato cruz) tinham mais aceitação, mas eram mais dispendiosas. Dessa forma, alguns engenhos, possivelmente os de menor porte, adotavam as plantas em formato de “L” ou de planejamento linear que compactavam praticamente toda a linha de produção de uma ponta a outra. Uma forma de setorizar o processo produtivo de forma mais simples e econômica.

---

<sup>26</sup> Algumas áreas internas ou cômodos não foram fotografados, na ocasião, devido a problemas de acesso para realizar o devido registro.

A exemplo disto, a seguir, observam-se duas plantas representativas de edifícios fabris que ilustram bem a configuração do espaço interno funcional de alguns tipos de unidades produtivas sucroalcooleiras. O primeiro exemplo demonstra uma planta modelo em formato “cruz” que conecta e setoriza as etapas produtivas em um único espaço (Figura 26). O segundo exemplo exibe um croqui da planta fabril do engenho central Schmidt, localizado na cidade de Pontal-SP, que ilustra um espaço produtivo linear com subdivisões específicas para cada etapa de produção (Figura 27).

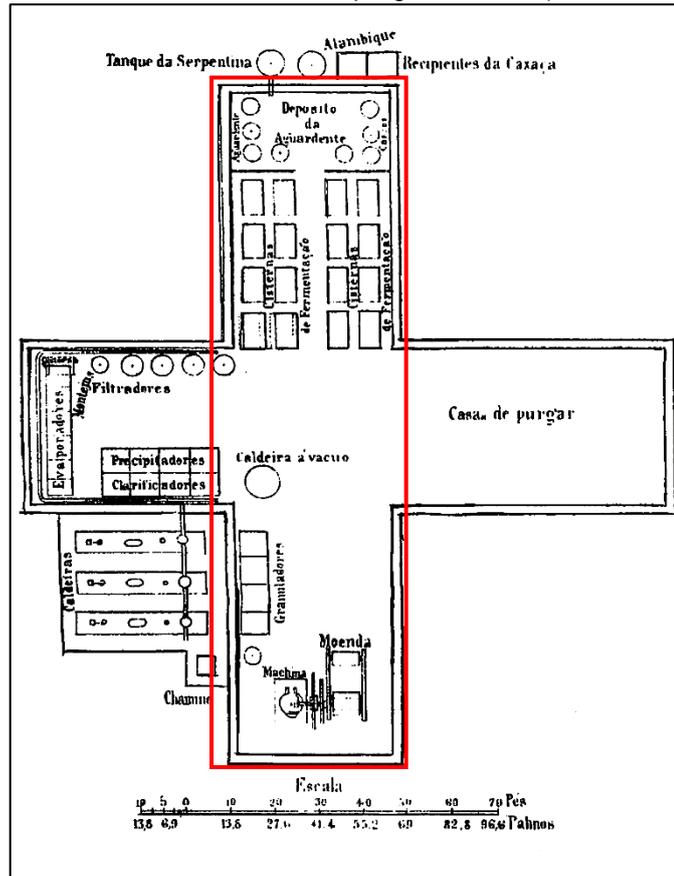
Figura 25 - Planta representativa da fábrica (cômodos)<sup>27</sup> da Fazenda Mulata. Cômodos 1, 5 e 6 (atividades complementares); cômodo 2 (salão principal); cômodo 3 (sala de aparelhagens); cômodo 4 (finalização da produção).



Elaborado por: A Autora (2021).

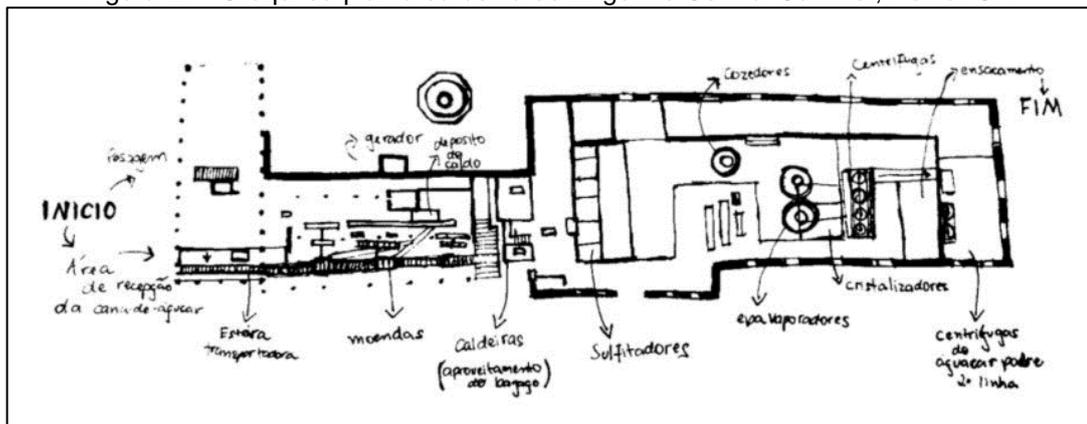
<sup>27</sup> Devido à falta de dados que identifique a função de cada cômodo da fábrica, tal correlação se fez a partir de referências apresentadas no texto, as inferências sobre cada cômodo e sua funcionalidade são apenas hipotéticas.

Figura 26 - Planta em forma de cruz, onde cada asa corresponde a uma etapa essencial (moenda, caldeiras, casa de purgar e destilar).



Fonte: Gama (1983).

Figura 27 - Croqui da planta da usina do Engenho Central Schmidt, Pontal-SP.



Fonte: Paulucci (2018).

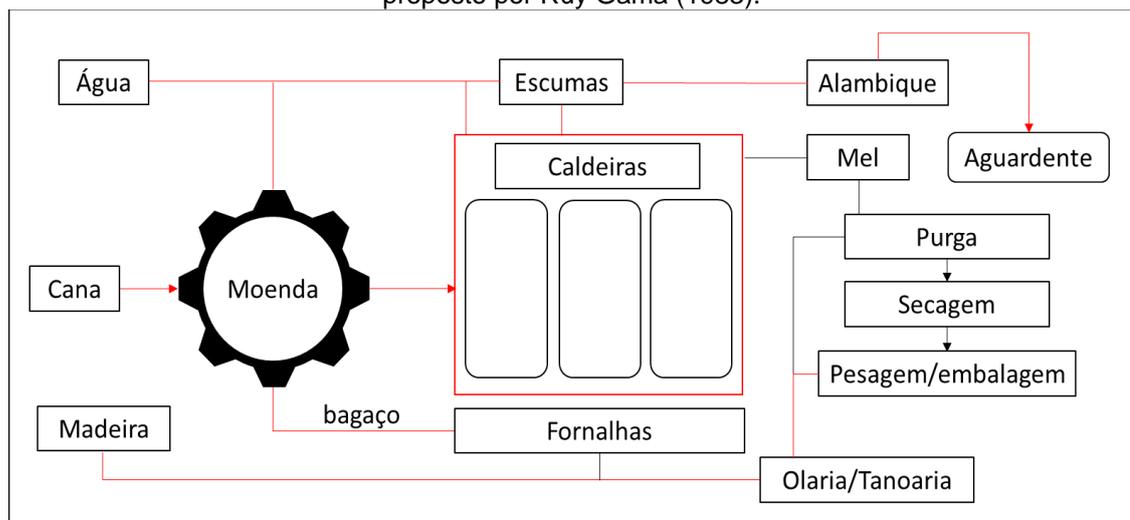
Considerando os exemplos apresentados e correlacionando com a planta representativa das ruínas da fábrica da Fazenda Mulata, é possível observar sua configuração similar às plantas lineares ou em formato “L”, tendo em vista que alguns recintos existentes poderiam ter sido anexados posteriormente diante de

necessidades específicas, mas que não comprometeram, de fato, o arranjo geral da planta. De toda maneira, fica evidente a adoção de uma organização manufatureira mais linear e direta.

Dessa forma, a partir dessas correlações, é possível levantar algumas suposições sobre o processo produtivo e a formação do espaço interno do edifício fabril da Fazenda Mulata. Nota-se que o dado espaço fabril possivelmente foi influenciado pelo modelo linear de produção amplamente disseminado em contextos agroindustriais associados à fabricação de açúcar e seus derivados, bem como, em contextos industriais urbanos.

Por outro lado, a partir do modelo de manufatura linear dos engenhos do século XVII a XIX proposto por Gama (1983), também é possível compreender, de forma simplificada, parte da lógica das etapas produtivas de alguns tipos de engenhos e usinas, bem como da própria fábrica da Fazenda Mulata. No modelo adaptado abaixo (Figura 28) notam-se secções destacadas com a cor vermelha que sinalizam as possíveis fases no processo produtivo da fábrica, tendo início com a entrada da matéria prima (cana), processada na área das moendas (podendo haver reaproveitamento de bagaço), seguida pela etapa de aparelhagens como caldeiras, destilação, fermentação e destino final.

Figura 28 - Modelo baseado no esquema de manufatura linear dos engenhos do século XVII a XIX proposto por Ruy Gama (1983).



Elaborado por: A Autora (2023).

Figura 29 - Planta representativa da fábrica da Fazenda Mulata. Cômodos 1, 5 e 6 (atividades complementares); cômodo 2 (salão principal); cômodo 3 (sala de aparelhagens); cômodo 4 (finalização da produção).



Elaborado por: A Autora (2023).

Apesar do estado de ruína, ao analisar a configuração atual da planta da fábrica, é possível observar a existência de pelo menos seis cômodos internos no edifício, os quais foram numerados de 1 a 6 (Figura 29), por convenção. Em seguida, considerando a inexistência de documentação que ateste a real função de cada setor da fábrica quando esteve em operação e correlacionando com os exemplos de plantas fabris apresentados (Figuras 26 e 27), além do modelo adaptado de manufatura linear (Figura 28) proposto por Gama (1983), entende-se que, possivelmente nos:

- Cômodos 1, 5 e 6 (Figura 33): são cômodos anexos que poderiam ter entradas independentes e compartilhadas com a parte principal do edifício. No geral, esses cômodos possivelmente serviam para atividades complementares como armazenamento e serviços de tanoaria e oficina (apontados na documentação do inventário de 1909);
- Cômodo 2 (Figura 30): possivelmente o salão inicial para entrada da matéria prima e primeiro tratamento (moendas, fornalha, reaproveitamento do bagaço, entre outras atividades auxiliares);

- Cômado 3 (Figura 31): possivelmente a sala de aparelhagens destinada aos maquinários de maior porte e volume (caldeiras; aparelhos de cozimento; destiladores);
- Cômado 4 (Figura 32): possível área destinada a finalização do produto que empregaria as etapas de controle, embalagem e despacho;
- Chaminé (Figura 34): atrelada a área da fornalha presente no cômado 2.

Figura 30 - Imagens 01 a 03 representam o cômado 2 (Figura 31) da fábrica da Fazenda Mulata.



Fotos: A Autora (2021).

Figura 31 - Imagens 01 a 03 representam o cômado 3 (Figura 31) da fábrica da Fazenda Mulata.



Fotos: A Autora (2021).

Figura 32 - Imagens 01 a 03 representam o cômodo 4 (Figura 31) da fábrica da Fazenda Mulata.



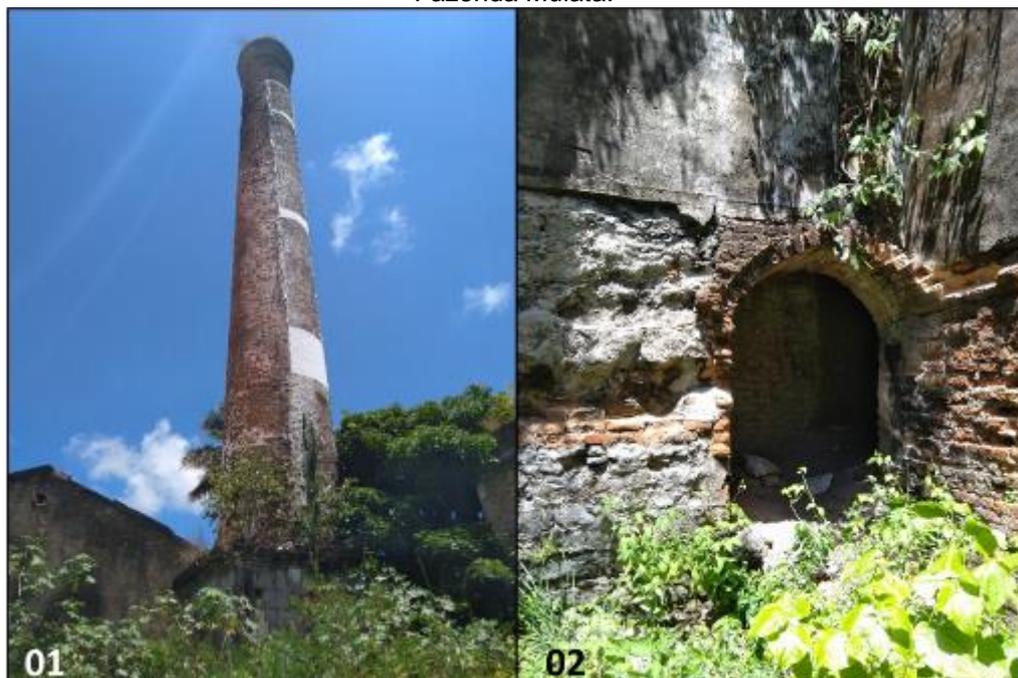
Fotos: A Autora (2021).

Figura 33 - Imagens 01 a 03 representam os cômodos 5 e 6 (Figura 31) da fábrica da Fazenda Mulata.



Fotos: A Autora (2021).

Figura 34 - Imagem 01 representa a chaminé e Imagem 02 a fornalha (cômodo 2) da fábrica da Fazenda Mulata.



Fotos: A Autora (2021).

### 4.3 O ESPAÇO

Com relação a situação espacial e posicionamento das unidades construtivas no terreno da Fazenda Mulata - apesar de apresentar apenas a casa e a fábrica - é possível perceber uma relação linear e hierárquica entre as construções. A planta geral do terreno permite observar uma organização simples, lógica e simbólica entre as edificações e o ambiente.

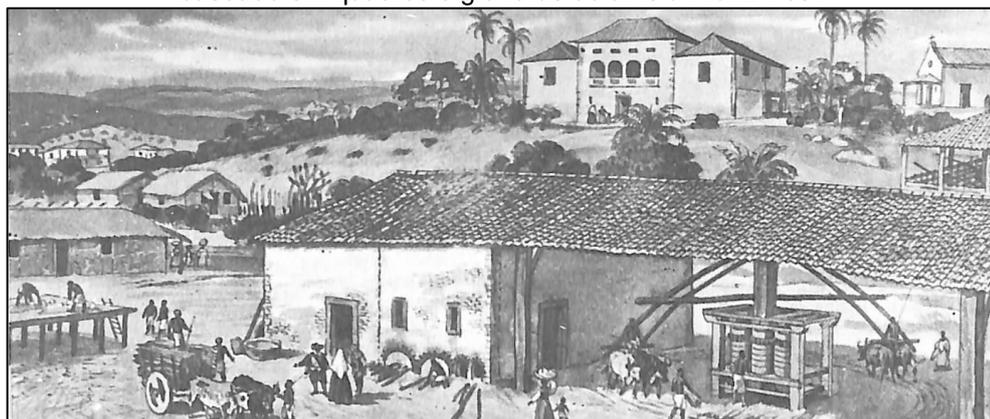
De uma maneira geral, a localização das edificações em questão expõe as necessidades situacionais dos edifícios, e assemelham-se à organização espacial de muitas outras propriedades rurais produtivas (engenhos, usinas ou fazendas). De um lado, o edifício da fábrica encontra-se geralmente em um patamar mais baixo, decíduo e próximo aos acessos fluviais e terrestres para um melhor aproveitamento do terreno no processo de escoamento do produto e transporte. E do outro, observa-se a residência principal que muitas vezes se encontra localizada em um nível mais elevado do terreno, situada em um ponto de visibilidade privilegiada e projetada para total avistamento e controle do espaço fabril podendo estar logo à frente e/ou mais abaixo (Figuras 35 e 36).

Figura 35 - Visão aérea do Engenho Comprido, Vicência-PE.



Fonte: Gomes (2006).

Figura 36 - Engenho em Pernambuco (séc. XVII), e a situação do complexo construtivo. Desenho baseado em quadros e gravuras do artista Franz Post.



Fonte: Gama (1983).

De acordo com a discussão teórico-metodológica apresentada, compreende-se que espaços como o da Fazenda Mulata foram constituídos ou sofreram influência a partir do estabelecimento dos antigos engenhos, que aos poucos foram transformando-se em engenhos centrais e usinas. A priorização de espaços com áreas favoráveis para a obtenção de recursos naturais e de vias de fácil acesso para o escoamento da produção (fluviais e terrestres e, posteriormente, férreas) sempre foram fatores que muito condicionaram o estabelecimento desses tipos de propriedades rurais produtivas.

O desenvolvimento tecnológico e sua aplicação no setor produtivo açucareiro pode ter gerado, em algumas situações, uma menor dependência dos recursos naturais e, com isso, os fatores condicionantes já mencionados podem ter se tornado

mais ou menos válidos. Contudo, ainda assim é possível perceber a permanência de padrões construtivos, estéticos e espaciais na constituição desses espaços, sejam os que precisaram passar por adaptações tecnológicas e estruturais ou não.

A espacialidade do sítio Fazenda Mulata configura-se por dois patamares principais sobre o terreno. Em um ponto mais elevado, observa-se o edifício da casa em posição privilegiada e tendo suas fachadas livres e voltadas para todos os setores do terreno, principalmente, para a área fabril. A fábrica, por sua vez, encontra-se em um setor mais baixo e plano do terreno, próximo à área de influência estuarina do canal de Santa Cruz e vias terrestres de acesso.

Por um lado, a partir da observação de imagens aéreas registradas em 2022, nota-se a dispersão e situação geral dos edifícios no espaço e sua relação e proximidade entre eles e com o ambiente (Figura 37). Observa-se a relação espacial e visual entre os edifícios, ainda que estejam isolados em seus patamares, assim como a própria relação lógica do edifício fabril com as fontes de recursos naturais e acessos.

E por outro lado, observando imagens de satélite de 2010 do Google Earth e do Google StreetView de 2012, também é possível observar ainda parte do muro de isolamento da propriedade; presença de algumas construções que poderiam ser casas de antigos trabalhadores ou arrendatários da propriedade, bem como abrigos de animais da fazenda (estábulo, por exemplo), além de estruturas construtivas circulares que estão situadas no nível do chão da própria fábrica (Figuras 38 e 39). Tais estruturas precisam ser melhor evidenciadas e estudadas posteriormente, a fim de identificar se teriam sido tanques ou reservatórios de caldo ou água da antiga fábrica, bem como alguma outra funcionalidade possível.

Figura 37 - Imagens 01 e 02 representam uma vista aérea da área do sítio e do relevo.



Imagens de drone: Lyon Oliveira (2021).

Figura 38 - Vista geral de parte da propriedade Fazenda Mulata (2010).



Fonte: Google Earth (2023).

Figura 39 - Parte da antiga entrada e muro da Fazenda Mulata (2012).

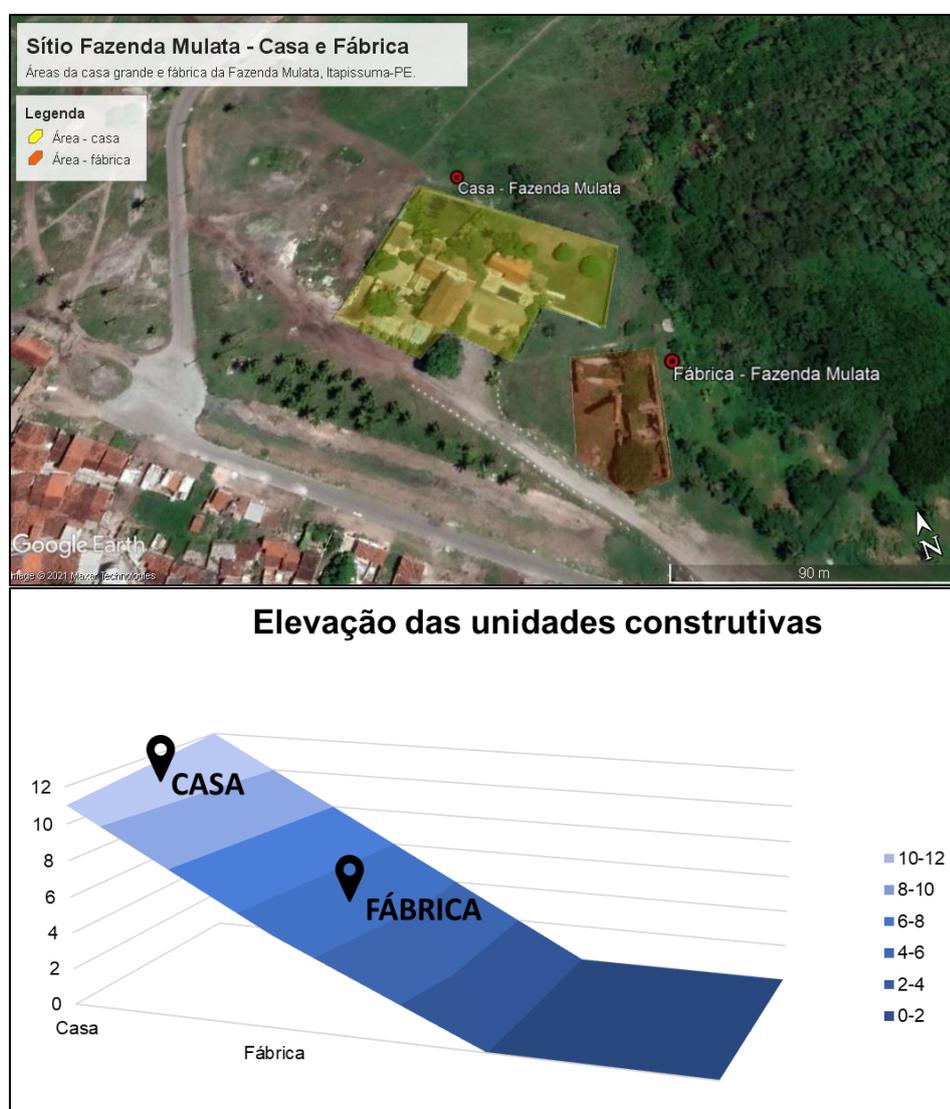


Fonte: Google StreetView (2012).

No geral, compreende-se que o contexto construtivo e espacial da Fazenda Mulata incorpora um rigor organizacional semelhante ao utilizado nos antigos engenhos e usinas. Ao analisar as duas construções remanescentes e seus posicionamentos, observa-se uma organização espacial de acordo com o padrão dos partidos do tipo “aberto”, uma vez que os edifícios se encontram relacionados, porém isolados em seus respectivos patamares (Figura 40).

Acerca da situação de cada edifício em relação ao espaço ocupado, observa-se que a casa está localizada em um nível mais elevado do terreno (aproximadamente 11 metros acima do nível do mar) e a fábrica está em um nível mais abaixo (cerca de 5 metros acima do nível do mar). Essa diferença situacional existente entre os dois edifícios mostra como a espacialidade da Fazenda Mulata também atendeu aos padrões organizacionais dos antigos engenhos, sendo uma das características mais emblemáticas que ilustra o aproveitamento do terreno para suprir e melhorar a demanda produtiva, como também para fortalecer as relações de poder entre os núcleos sociais atuantes nesses espaços.

Figura 40 - Vista geral e elevação das unidades construtivas Casa (01) e Fábrica (02).



Fonte: Google Earth (2022).

Analisando a contextualização histórica e considerações sobre um possível processo de desenvolvimento de um padrão construtivo associado a produção agroindustrial açucareira no país, inferiu-se inicialmente a partir dos remanescentes construtivos no sítio que a unidade agrofábrica da Fazenda Mulata teria sido, em um dado momento, instalações de uma antiga usina de açúcar e álcool<sup>28</sup> atuante na região entre o final do século XIX e início do século XX. O que precisa ser de fato investigado mais profundamente é se esta mesma unidade possui fases construtivas diferentes e se passou por alguma transformação adaptativa para adequar as atividades de um engenho central para uma usina, possivelmente.

Ainda assim, na obra “História das Usinas de Açúcar de Pernambuco” de Manoel Andrade (2001) - a qual analisa historicamente o processo de transformação dos antigos engenhos em usinas e como isto imprimiu grandes mudanças na organização do espaço pernambucano – apesar da apresentação de um grande acervo informativo sobre engenhos centrais e usinas pernambucanas operantes e/ou fundadas em períodos anteriores a 1890, entre 1890 e 1930, e após 1930, em nenhum momento refere-se a Fazenda Mulata como uma usina atuante.

Dito isto, de acordo com o levantamento de informações dispostas em publicações jornalísticas já apresentadas, pode-se a princípio compreender que as referências à propriedade Fazenda ou Usina Mulata, na maioria das vezes, estariam relacionadas a produção de álcool e cachaça e reiteram as informações do Inventário (1909) que menciona a propriedade agrícola como uma usina ou destilaria de álcool.

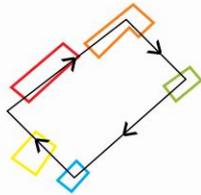
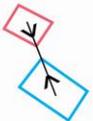
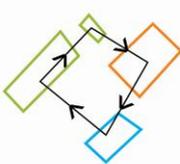
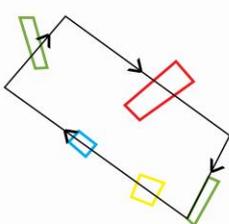
Tais inferências não invalidam o principal objetivo deste trabalho que é a discussão a respeito dos aspectos organizacionais de propriedades agroprodutivas. Logo, é possível pensar a respeito de um modelo ou padrão construtivo quando se relaciona a recorrência ou não de elementos característicos presentes em espaços agroprodutivos semelhantes aos discutidos neste trabalho. Tal padrão pode ser perpetuado e sofrer adaptações ao longo do tempo diante de contextos e necessidades diversas.

---

<sup>28</sup> Possivelmente, as produções de açúcar e álcool podem ter ocorrido simultaneamente e, em um dado momento, a produção alcooleira pode ter suplantando a produção açucareira, de acordo com informações obtidas em jornais sobre a predominância na produção e comercialização do álcool pela usina. Tal possibilidade é melhor discutida por Perruci (1978) e Andrade (2001), quando afirmam a necessidade de readequação que muitas unidades usineiras passaram diante do cenário de crises subsequentes enfrentadas nas primeiras décadas do século XX.

Observando o caso da Fazenda Mulata como uma usina, compreende-se que os elementos construtivos característicos (casa e fábrica, neste caso) e sua situação no terreno, apontam a uma espacialidade e posicionamento semelhantes as demais propriedades rurais produtivas discutidas neste trabalho (Engenho Monjope, Engenho Maranguape, Fazenda São Bento e algumas usinas em Pernambuco). Tais elementos, casa e fábrica, não seguem um padrão conectivo único como ocorria nos primeiros engenhos, mas apesar de possuir edifícios independentes há uma relação entre eles e seu posicionamento no espaço, o que se assemelha aos engenhos mais modernos (centrais) e usinas (Quadro 3).

Quadro 3 - Relação entre os espaços de propriedades agroprodutivas em Pernambuco.

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Engenho Monjope</li> <li>- 5 unidades construtivas (tipo)</li> <li>- Diferença altimétrica</li> <li>- Partido aberto</li> <li>- Relação visual e espacial (quadrangular)</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Engenho/Fazenda Maranguape</li> <li>- 2 unidades construtivas (tipo)</li> <li>- Diferença altimétrica</li> <li>- Partido aberto</li> <li>- Relação visual e espacial (paralela)</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fazenda São Bento</li> <li>- 3 unidades construtivas (tipo)</li> <li>- Diferença altimétrica</li> <li>- Partido aberto</li> <li>- Relação visual e espacial (quadrangular)</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Usina Estreliana</li> <li>- 4 unidades construtivas (tipo)</li> <li>- Diferença altimétrica</li> <li>- Partido aberto</li> <li>- Relação visual e espacial (Quadrangular espaçada)</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Usina/Fazenda Mulata</li> <li>- 2 unidades construtivas (tipo)</li> <li>- Diferença altimétrica</li> <li>- Partido aberto</li> <li>- Relação visual e espacial (paralela)</li> </ul>
<p> <span style="color: orange;">■</span> Casa dos Monges/Casa do Administrador              <span style="color: red;">■</span> Casa Paroquial              <span style="color: blue;">■</span> Capela              <span style="color: yellow;">■</span> Casa Grande  <span style="color: green;">■</span> Senzala/Vila Operária              <span style="color: red;">■</span> Moita/Engenho/Fábrica              <math>\longleftrightarrow</math> Alinhamento e relação espacial         </p>		

Elaborado por: A Autora (2023).

Por outro lado, a relação entre os edifícios casa e fábrica mostra certa distinção, tendo em vista que as fachadas principais não são visíveis entre si (o que comumente ocorre em contexto de engenhos) e ambas estão voltadas para o Canal de Santa Cruz. Ou seja, a fachada principal da casa estaria voltada a porção posterior da

fábrica. A distinção no posicionamento relativo desses dois elementos construtivos sugere duas condições que podem estar relacionadas ou não. Uma seria a relação entre um melhor aproveitamento do terreno e captação e uso de insumos naturais que o ambiente oferecia, para a motricidade e escoamento da fábrica (uso de estradas, leito aquaviário e linha férrea disponíveis. Ver Figura 41); e outra possibilidade seria uma questão estratégica, ao estabelecer uma localização privilegiada para dispor de uma maior visibilidade do espaço.

Figura 41 - Relação entre a usina e possíveis pontos estratégicos para escoamento.



Fonte: Google Earth (2023).

Um outro ponto importante a ser ressaltado é a presença de um espaço voltado a residência dos trabalhadores da fábrica. É muito comum em espaços usineiros e demais complexos industriais a presença de um conjunto residencial ou vila operária destinada aos trabalhadores, e no caso na Fazenda Mulata, tal construção não foi identificada estruturalmente, até o momento, bem como a existência de uma vila operária não é mencionada na documentação da propriedade. Ainda assim, não se pode descartar este elemento por completo, sem antes trabalhos arqueológicos de campo mais minuciosos.

Como já foi mostrado anteriormente, por meio de imagens de satélites do Google Earth das décadas de 1980 e 1990 é possível observar que a propriedade Fazenda Mulata já esteve isolada (murada) em um dado momento e que apresentava estruturas habitacionais independentes. Entretanto, não se observa nestas imagens e

nem atualmente a presença de um complexo construtivo semelhante a uma vila operária, comum em espaços usineiros.

Tais informações podem inferir sobre o porte produtivo da usina da Fazenda Mulata se comparada as grandes usinas que atuavam na época em Pernambuco. Com baixa produtividade, possivelmente não haveria a necessidade de uma grande quantidade de mão de obra, logo, a inexistência de um complexo residencial ou vila operária na propriedade. Por outro lado, a inexistência de uma vila operária também aponta para uma outra realidade que é o desconhecimento da real dimensão da propriedade da Fazenda Mulata em si – a qual se sabe, arrendou vários sítios da região – e, assim, é possível pensar em uma população trabalhadora que residia no entorno e não necessariamente próximo a unidade fabril da Fazenda.

Em adição, uma outra hipótese que surge a partir da discussão sobre a presença ou não de vila operária relacionada a Fazenda Mulata, é o fato da propriedade estar situada muito próxima ao núcleo urbano da cidade, o que poderia sugerir a desnecessidade de estabelecer um complexo habitacional próprio destinado aos trabalhadores da usina.

A Fazenda Mulata que atuou por algumas décadas (século XX) como um espaço agrofábril em Pernambuco, em síntese, segue um modelo organizacional tipicamente semelhante aos núcleos agroprodutivos tradicionais, tais como os engenhos e engenhos centrais. O arranjo em partido aberto, sua espacialidade e situação dos elementos construtivos e a relação destes com o terreno e ambiente apontam a perpetuação de um rigor construtivo que simboliza não somente uma lógica construtiva e funcional, como também de controle social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da fundamentação teórica apresentada no presente trabalho, ao analisarmos o contexto histórico da produção açucareira no Brasil, fica evidente o quanto o estabelecimento dos primeiros engenhos e as várias transformações do próprio processo produtivo do açúcar (do artesanal ao industrial) muito influenciaram o que identificamos hoje como modelos organizacionais e padrões estéticos e arquitetônicos que conformam esses típicos espaços agrofábricis.

Primeiramente, é importante salientar que, de fato, há uma predominância de análises e discussões sobre os partidos construtivos e arquitetônicos relacionados às vivendas (casas grandes) e capelas em estudos sobre propriedades rurais açucareiras. Por outro lado, observa-se uma escassez e superficialidade nas análises dos edifícios fábricis e moradas dos trabalhadores escravizados e livres (senzalas e vilas operárias), havendo uma espécie de seletividade e supervalorização dos símbolos que representam uma classe dominante e apagam uma classe dominada que é expressiva, importante e fundamental ao funcionamento e compreensão do contexto econômico e social da produção açucareira.

A respeito dos padrões organizacionais e estéticos, entende-se que a existência dos planos gerais para a construção de engenhos, como por exemplo o de Vauthier como aponta Gomes (2006), muito podem explicar sobre as transformações e estabelecimento de padrões construtivos nos engenhos e propriedades rurais produtivas que perduraram no cenário açucareiro pernambucano. De uma forma geral, estes planos gerais construtivos dispunham em explicar as situações ideais para a construção e disposição dos edifícios na propriedade. Ou seja, os planos reforçam a ideia de um rigor construtivo que se perpetua, não em todos os casos, mas que comumente repetem-se na paisagem rural pernambucana.

Ainda assim, segundo Gomes (2006) a implantação dos edifícios constitutivos do complexo de engenho, inicialmente, parece não ter seguido um padrão rígido de assentamento, uma vez que, muitas vezes as construções distavam muito pouco entre si quando não ocorria uma concepção multifuncional de um único edifício, ou seja, casa, igreja e fábrica em um único bloco construtivo. Ainda assim, no processo de estabelecimento e consolidação de uma cultura açucareira em Pernambuco, são observadas algumas constantes que podem ser identificadas e caracterizadas como uma lógica construtiva na implantação de unidades rurais produtivas.

Logo, percebem-se características arquitetônicas e construtivas que convergem e definem um tipo de organização e padrão construtivo agroindustrial. É uma condição que se relaciona mutuamente com os aspectos de estilo, técnica, máquina, homem e espaço, em busca de uma otimização do desenho industrial, produção e força de trabalho.

Sobre essas construções, quando inseridas no contexto industrial, são comumente relacionadas à aspectos arquitetônicos práticos e funcionais, além de feições estéticas limpas e simples. Porém, é preciso entender que tais aspectos não são necessariamente sinônimo de despojo ou desinteresse estético e estrutural, visto que em um contexto açucareiro, esse rigor construtivo era fundamental ao funcionamento e razão de ser de muitas propriedades agroindustriais.

Sendo assim, a arquitetura de uma unidade agroindustrial destinada à produção de açúcar e derivados, por exemplo, segue claramente parâmetros arquitetônicos industriais urbanos. Dessa forma, nota-se um movimento singular e amplo ao transpor a modernidade e estética comuns aos centros urbanos aos espaços rurais como forma de expor poder, força e posicionamento social perante uma sociedade.

Em termos práticos e funcionais, o que fica claro é que, inicialmente, os fatores de localização dos engenhos foram certamente centrados nos recursos naturais associados às condições do terreno em si. Logo, a proximidade da água para gerar motricidade e transporte torna-se uma lei para a existência e estabelecimento de muitos engenhos em Pernambuco. E dentro desta lógica organizacional, geralmente observa-se o posicionamento do elemento fabril em uma parte mais baixa do terreno por conta do melhor aproveitamento hídrico; já em um nível mais alto e visível, encontra-se a vivenda por uma necessidade maior de domínio e observação; e na existência de uma capela, esta pode ser avistada no mesmo nível da casa ou acima por conta de seu caráter simbólico.

No que diz respeito ao objeto de estudo, o sítio Fazenda Mulata, apesar da documentação histórica (Inventário de 1909) apenas mencionar o edifício da fábrica e não a casa<sup>29</sup>, ao que parece, ambas unidades construtivas da Fazenda Mulata (casa e fábrica) são contemporâneas, sendo provável então que a propriedade tenha

---

<sup>29</sup> Possivelmente a casa não foi mencionada no inventário devido ainda ser utilizada como residência da família Veiga Seixas e herdeiros.

surgido no último quartel do século XIX, podendo ter funcionado até as primeiras décadas do século XX.

Considerando as referências históricas levantadas sobre a propriedade, sua conformação dimensional e espacial e, portanto, a correlação com a discussão teórica-metodológica apresentada, pode-se considerar até o momento a hipótese de que a Fazenda Mulata teria sido uma usina/destilaria alcooleira. A propriedade ainda contém características que refletem parte da herança oriunda de modelos funcionais e hierárquicos pré-estabelecidos dos primeiros engenhos em Pernambuco. E que, por sua vez, remetem a traços espaciais e estéticos de propriedades campestres semelhantes às inicialmente estabelecidas no Velho e Novo Mundo (das vilas “palladianas” aos engenhos de açúcar na América Espanhola e Portuguesa).

Contudo, considerando as lacunas informativas sobre a história de surgimento e atuação da Fazenda Mulata, ainda não é possível assegurar se a propriedade teria sido, inicialmente, um engenho ou engenho central e se teria passado por adaptações em sua estrutura a fim de suprir as mudanças no modo de produção. E, apesar da análise preliminar das condições construtivas e espaciais do edifício da fábrica da Fazenda Mulata, também não é possível inferir certamente sobre alguns cômodos, se teriam sido ou não acréscimos construídos posteriormente diante de possíveis mudanças e necessidades estruturais da unidade fabril em questão. Tal fato, poderá ser melhor explorado a partir de escavações, levantamento e análise dos materiais e técnicas construtivas do edifício fabril estudado.

Em suma, as considerações até o momento não encerram a discussão sobre o assunto, pelo contrário, lançam questionamentos e propostas interpretativas a respeito de construções industriais que estão de certa forma correlacionadas à momentos de transição sociais, tecnológicos e econômicos. Nesse contexto, percebe-se que os remanescentes construtivos atuam como importantes testemunhos dessas mudanças, permitindo o desenvolvimento de pesquisas mais pontuais acerca da possibilidade de fases e adaptações construtivas, bem como a identificação de diferentes usos ou atividades.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. P. 47-54.
- ALBERNAZ, Maria de Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário Ilustrado de arquitetura**. 1 ed. São Paulo: ProEditores, v. 1 e 2, 1998. 356 p.
- ANDRADE, Manuel Correia. **História das Usinas de Açúcar de Pernambuco**. 2 ed. Recife: Editora Universitária, 2001. P. 168.
- ARAÚJO, Astolfo G. de M. **Por uma Arqueologia Cética**. Curitiba: Prisma, 2019.
- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990. 219 p.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília: Iphan, Programa Monumenta, 2009. 140 p.
- BARRETO, Eduardo Paes. **Estudo de metodologias e instrumentos de ordenamento territorial passíveis de uso à revisão do Plano Diretor de Mineração da região metropolitana do Recife-RMR**. Dissertação (Mestrado). Recife: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mineral, UFPE, 2010. 153 p.
- BOADO, Felipe Criado. **Arqueológicas: La Razón Perdida**. Barcelona: Bellaterra, 2012.
- BOADO, Felipe Criado. Del Terreno al Espacio: Plateamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje. In: **Capa 6: Criterios y Convecciones en Arqueología del Paisaje**. Ed. 1, Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, 1999. P. 1-58.
- BORRAZÁS, Patrícia Manãna; ROTEÁ, Rebeca Blanco; VILA, Xurxo M. Ayán. Arqueotectura 1: bases teórico metodológicas para una arqueología de la arquitectura. **Tapa 25**, Santiago de Compostela, p. 12-92, novembro. 2002.
- CACHIONE, Marcelo; KÜHL, Beatriz Mugayar. **Engenho central de Piracicaba: recuperação da memória arquitetônica a partir da arqueologia industrial**. Curitiba: **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, 2020.
- CALDAS, Renata Maria Vieira. **Arquitetura Industrial em Recife: uma face da modernidade**. Dissertação (mestrado). Recife: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2010. 180 p.
- CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação e Área de Concentração em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008. 592 p.
- CANABRAVA, Alice Piffer. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico, do Império à República**. 3 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. 4, Tomo 2, 1971. 390 p.

CARTA DE NIZHNY TAGIL sobre o Patrimônio Industrial. **Carta de Nizhny Tagil**. The International Committee for The Conservation of The Industrial Heritage (TICCIH) – Brasil. 2003. Disponível em <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>>. Acesso: 08 nov 2020.

The International Committee for The Conservation of The Industrial Heritage (TICCIH) – Brasil. 2003. Disponível em <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>>. Acesso: 08 nov 2020.

CORREIA, Dinorá Rocio Santos. **Arquitetura industrial**: o estudo de um tipo e sua transposição ao clima tropical quente úmido. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. 305 p.

CPRH. **Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Cruz**: (re)conhecendo o valor ecológico, histórico-cultural e econômico. Organizado [por] COUTINHO, Sonia Maria Viggiani; SULAIMAN, Samia Nascimento; CARBONE, Amanda Silveira. Recife: CPRH, 2018. 48p.

CPRH. **Diagnóstico sócioambiental do litoral norte de Pernambuco**. Recife: Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos, Agência Estadual de Meio Ambiente, 2003. 214 p.

CPRH. **Zoneamento Ambiental da área de proteção Ambiental – APA Santa Cruz – Itapissuma, Itamaracá e Goiana, PE**. Serviço para a implantação da área de proteção Ambiental APA – Santa Cruz, Pernambuco. Recife: Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional, 2010. 85 p.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Abreu e Lima, estado de Pernambuco**. Organizado [por] MASCARENHAS, João de Castro et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 19 p.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco. 2 ed. Recife: Editora Universitária, 2021. 870 p.

DECRETO Nº 19749. **Declara de necessidade e utilidade pública pra fins de desapropriação, área de terra e suas respectivas benfeitorias, denominada Fazenda Mulata, situada no município de Itapissuma, neste Estado**. 1997. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-19749-1997-pernambuco-declara-de-necessidade-e-utilidade-publica-para-fins-de-desapropriacao-area-de-terra-e-suas-respectivas-benfeitorias-denominada-fazenda-mulata-situada-no-municipio-de-itapissuma-neste-estado>>. Acesso: 03 dez 2020.

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO**. Recife, 1 e 2 de janeiro de 1977. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pesq=%22fazenda%20mulata%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=94544](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22fazenda%20mulata%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=94544)>. Acesso: 13 fev 2023.

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO**. Recife, 16 de fevereiro de 1969. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&Pesq=%22fazenda%20mulata%22&pagfis=67585](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22fazenda%20mulata%22&pagfis=67585)>. Acesso: 13 fev 2023.

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO**. Recife, 28 de dezembro de 1967. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&Pesq=%22fazenda%20mulata%22&pagfis=55529](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22fazenda%20mulata%22&pagfis=55529)>. Acesso: 13 fev 2023.

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO.** Recife, 8 de novembro de 1979. Disponível em < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pesq=%22fazenda%20mulata%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=145225](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22fazenda%20mulata%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=145225)>. Acesso: 13 fev 2023.

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO.** Recife. 28 de junho de 1964. Disponível em < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&Pesq=%22fazenda%20mulata%22&pagfis=30031](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22fazenda%20mulata%22&pagfis=30031)>. Acesso: 13 fev 2023.

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Câmara dos Deputados.** Brasília: República Federativa do Brasil, Seção 1, Ano 37, n. 011, 1983. P. 503-504.

EISENBERG, Peter. L. **Modernização sem Mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 12 ed. São Paulo: Edusp, 2006. P. 43-46.  
FERRAZ, Socorro. Sesmarias do Açúcar. Sítios Históricos. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica.** Recife: Editora Universitária, n. 26-2, 2008. P. 59-78.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Os fios da memória: Fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio.** In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 19, n. 39, 2013.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia:** o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: Editora Cepe, 2009. 66 p.

FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. **Engenho Maranguape:** uma leitura arqueológica. Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2006. 105 p.

FURTADO, Gilmar Soares. **Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho:** um resgate das ações da comissão pastoral dos pescadores sobre gênero, educação e desenvolvimento local na comunidade de pescadores de Itapissuma, PE. Dissertação de Mestrado. Recife: Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010. p. 43.

GAMA, Ruy. **Engenho e Tecnologia.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983. 359 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira.** 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo 1, 2007. 420 p.

**INVENTÁRIO de João Manoel da Veiga Seixas** (Inventariado). Manoel João da Veiga Seixas (Inventariante). Ferreira Gomes (Escrivão). Igarassu: Juízo de Orfãos da Cidade de Igarassu, 1909.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura.** Recife: Fundaj, Ed. Massangana 2006. 416 p.

LEMOINE, André. As primeiras experiências de implantação do urbanismo e da administração portuguesa no Brasil: o caso da Vila de Igarassu, Pernambuco – 1535-1632. In: **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial.** Mnome – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. 16 p.

MARIUZZO, Patrícia. **Trens e cana-de-açúcar:** engenhos e ferrovias são o testemunho das primeiras atividades industriais brasileiras. Patrimônio Revista Eletrônica do Iphan: Dossiê

Herança cultural n 04, 2006. Disponível em:

<<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/secao.php?id=1&ds=18>>. Acesso: 29 mar 2022.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. São Paulo: **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v.14, n.1, 2006, pp. 11-57.

MEDEIROS, Mércia Carréra. **Reconstituição de uma fazenda colonial**: estudo de caso Fazenda de São Bento de Jaguaribe. Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, UFPE, 2005. 125 p.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas**: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). 2007. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, USP, 2007. 301 p.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, ANPUH-SC, PPGH, 2011.

MESQUITA, Vera Lúcia Menelau. **Do açúcar à “divina” cachaça no engenho Monjope em Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005. P. 176.

MILLER, Joseph C. O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos. In: **Afro-Ásia**, n. 19-20, 1997, p. 9-36.

OLIVEIRA, Cláudia Alves, et al. **Memória perdidas da Sesmaria Jaguaribe**. Recife: Editora UFPE, 2020. 63 p.

OLIVEIRA, Cláudia Alves. **Primeiros Engenhos Coloniais da Sesmaria Jaguaribe-PE**. Período 2013 a 2015. Relatório final-IPHAN. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

ORSER JR., Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PAULUCCI, Camila Gomes Pepi. **Engenho Central Schmidt**: compreensão histórica e arquitetônica. Trabalho de Conclusão de Curso (Extensão). Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, Arquitetura e Urbanismo, 2018. 108 p.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. 3 ed. Recife: Fundarpe, 1987.

PEREIRA, Júlia Rocha. **A rede da indústria do açúcar**: a construção do território de Igarassu-PE. In: VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial e III Seminário Internacional sobre o Patrimônio Industrial e Cultural Ferroviário, 2012, São Paulo. Vi Colóquio Latino-americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. São Paulo: SESC SP, 2012. 18 p.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 246 p.

PIRES, Fernando Tarso Fragoso; GOMES, Geraldo. **Antigos engenhos de açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 212 p.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA. **Lei Complementar nº 895**, de 07 de novembro de 2014. Plano Diretor Participativo. Título V, Capítulo I, Seção I. Itapissuma: Câmara Municipal, 2014. Disponível em: <<https://transparenciagovernamental.com.br/itapissuma/PlanoDiretorMunicipal>>. Acesso: 02 nov 2022.

RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães. Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico. **Revista de Arqueología de la Arquitectura**, Leioa, n. 3, 2007.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Uma transição sutil dos engenhos centrais às usinas. In: **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. Uberlândia: EDUFU, 2020, p. 67-113.

SANTOS, Nilton Pereira. **A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. P. 181.

SANTOS, Roberta Mecking Arantes. **Análise tipológica e o patrimônio industrial: estudo de fábricas doceiras na zona rural de Pelotas, RS**. Dissertação de Mestrado. Pelotas: Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2011, 245 p.

SANTOS, Shirlei Martins dos. **Reconhecendo os engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII**. Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, 1995. 285 p.

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de padrões na Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: **Vestígios, Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 1, 2007, p. 135-148.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 279-310.

THIESEN, Beatriz Valladão. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência, Patrimônio. In: **Revista Eletrônica do Iphan**, n. 4, 2006.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. 2 ed. São Paulo: Odysseus, 2004.

VIDAL, Marly Camargo; MALCHER, Maria Ataíde. **Sesmarias**. Belém: ITERPA, 2009. 190 p.

ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la Arquitectura. Modelando al Individuo Disciplinado en La Sociedad Capitalista. Cidade do México: **Revista de Arqueología Americana**, n. 22, 2003. P 25-41.